



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PRÓ - REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

ERICA ANDRADE DE JESUS

**ARACAJU NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: OPERARIADO FEMININO
E HISTÓRIA LOCAL**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2021

ERICA ANDRADE DE JESUS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do grau de mestre em Ensino de História, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Heimar Souto.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

J58a Jesus, Erica Andrade de
Aracaju na primeira metade do século XX : operariado feminino
e história local / Erica Andrade de Jesus ; orientador Paulo Heimar
Souto. – São Cristóvão, SE, 2021.
201 f. : il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) –
Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. História. 2. História – Estudo e ensino. 3. História local -
Aracaju. 4. Mulheres – Emprego. I. Souto, Paulo Heimar, orient. II.
Título.

CDU 930:37.012-055.2(813.7)

ERICA ANDRADE DE JESUS

**ARACAJU NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: OPERARIADO FEMININO
E HISTÓRIA LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do grau de mestre em Ensino de História, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Heimar Souto.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____
Prof. Dr. Paulo Heimar Souto
Universidade Federal de Sergipe – UFS – (PROFHISTÓRIA)

Membro: _____
Profa. Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
Universidade Federal de Sergipe – UFS - (PPGED)

Membro: _____
Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Universidade Federal de Sergipe -UFS - (PROFHISTÓRIA)

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a minha rocha e fortaleza.

Ao professor orientador deste trabalho, Prof. Dr. Paulo Heimar Souto, por toda a seriedade, profissionalismo, dedicação, gentileza e paciência. Minha eterna gratidão.

À minha querida mãe, Terezinha, meu exemplo de mulher e porto seguro. Às minhas irmãs Carla e Luciana. Aos meus sobrinhos Maxwell, Rosenílson, Adria e Sara Beatriz pelo incentivo, carinho e compreensão.

Aos professores do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) por todas as contribuições, dedicação e doação.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa: Profa. Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição, Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa e Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro, pela generosidade, profissionalismo e gentileza que contribuíram sobremaneira para a melhoria deste trabalho.

Aos colegas do PROFHISTÓRIA. Agradeço especialmente a Jairton Peterson, Gabriela, Ana Paula, Ana Karlla, Ricardo, Natália, José Wilson e Humberto. Minha gratidão e carinho a cada um de vocês, a nossa convivência foi muito agradável e proveitosa.

Ao brilhante aluno Dhionatas Oliveira Araújo pela paciência em desenhar as ilustrações das personagens do caderno de sequências didáticas.

A André Luiz Almeida e a minha tia Maria Conceição pela companhia nas visitas de campo para registros fotográficos.

LISTA DE SIGLAS

ADC (Associação Desportiva Confiança)

BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

CDB (Confederação Brasileira de Desportos)

CND (Conselho Nacional de Desportos)

COS (Centro Operário Sergipano)

ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)

FIFA (Federação Internacional de Futebol)

FSD (Federação Sergipana de Desportos)

FSF (Federação Sergipana de Futebol)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais)

PNE (Plano Nacional de Educação)

PROFHISTÓRIA (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História)

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Localização do Estado de Sergipe e da cidade de Aracaju no Brasil.....	39
Figura 02- O Porto de Aracaju.....	41
Figura 03- A Fábrica Confiança, operários e transeuntes.....	47
Figura 04- Vista parcial da Orla do Bairro Industrial e da Ponte Construtor João Alves	48
Figura 05- Vista aérea da Fábrica Confiança	56
Figura 06- Casas com fachadas que remetem ao passado no Bairro Industrial.....	63
Figura 07- Fachada da Escola Estadual José Augusto Ferraz.....	67
Figura 08- Vista parcial do Estádio Proletário Sabino Ribeiro	70
Figura 09 – Vista parcial do Estádio Proletário Sabino Ribeiro	71

TABELA

Fábricas de Tecidos do Estado de Sergipe (Setembro -1919)	49
---	----

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele.

Hannah Arendt

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar aspectos da trajetória do operariado feminino durante a primeira metade do século XX. Os resultados encontrados possibilitaram fazer conexões entre a História do Bairro Industrial, da cidade de Aracaju e do Estado de Sergipe, ensejando a inserção da História Local, nas aulas de História da Educação Básica, por meio de sequências didáticas. O percurso metodológico compreendeu a revisão bibliográfica, a análise da obra literária “*Os Corumbas*”, o resgate de matérias jornalísticas dos seguintes periódicos: *Sergipe – Jornal*, *Gazeta Socialista* e *O Estado de Sergipe*; visitas ao Bairro Industrial à Sede da Associação Desportiva Confiança, ao Arquivo Público do Estado de Sergipe e ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Os nossos referenciais teóricos foram, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a compreensão dos temas relativos à educação. Para a compreensão das questões relativas ao operariado feminino utilizamos os trabalhos de Matos; Borelli (2012), Rago (1987), Soihet (2012) e Perrot (2006) e para a História Local os nossos aportes teóricos foram as pesquisas de, Samuel (1990), Fonseca (2006) e Zarbato (2018). Através deste trabalho observamos que o ingresso do operariado feminino sergipano no mercado produtivo durante a primeira metade do século XX, trouxe avanços significativos para as mulheres da época, possibilitando-lhes novos campos de atuação. Porém, antigos problemas continuaram a existir como, por exemplo, o assédio sexual e moral, as disparidades salariais entre homens e mulheres e a dupla jornada de trabalho, dentro e fora do lar. Acreditamos que este trabalho poderá, através do resgate da trajetória do operariado feminino, possibilitar a aproximação da História Local dos professores e alunos, ampliando as noções de cidadania e de pertencimento, contribuindo para que estes se reconheçam enquanto sujeitos históricos.

Palavras-chave: Ensino de História; Operariado Feminino; História Local;

ABSTRACT

This study aimed to analyze aspects of the female working class trajectory during the first half of the twentieth century. The results made it possible to make connections between the history of the Industrial district, from the city of Aracaju and the State of Sergipe, allowing for the inclusion of local History, in the History lessons of Basic Education, through teaching sequences. The methodological approach consisted of the literature review, analysis of the literary work "The Corumbas," the rescue of journalistic reports of the following journals: Sergipe – Jornal, Gazeta Socialista and O Estado de Sergipe; visits to the Industrial District to the headquarters of Confiança Sport Association to the Public Archive of the State of Sergipe and to the Historical and Geographical Institute of Sergipe. Our theoretical references were, the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96), the Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) for the understanding of themes related to education. To understand the issues related to the female working class, we used the works of Matos; Borelli (2012), Rago (1987), Soihet (2012) and Perrot (2006) and for Local History our theoretical contributions were the researches of Samuel (1990), Fonseca (2006) and Zarbato (2018). Through this work, we observe that the entry of Sergipe female workers into the productive market during the first half of the 20th century brought significant advances for women at the time, enabling them to new fields of activity. However, old problems continued to exist, such as sexual and moral harassment, pay gap between men and women and double working hours, inside and outside the home. We believe that this work can, through the rescue of the trajectory of the female working class, enable the approximation of the Local History of teachers and students, expanding the notions of citizenship and belonging, contributing for them to recognize themselves as historical subjects.

Keywords: History teaching; Female working class; Local History;

SUMÁRIO

INICIANDO OS TRABALHOS.....	12
JUSTIFICATIVA	18
OBJETIVOS	23
PERCURSO METODOLÓGICO	23
CAPÍTULO I - “CRIANDO CONEXÕES ”- A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	26
1.1 OS ESTUDOS LOCAIS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB 9394/96), NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	30
1.2 A EDUCAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA FRENTE ÀS NOVAS DEMANDAS EDUCACIONAIS.....	36
CAPÍTULO II - “À LUZ DA AURORA”- ARACAJU, UM PROJETO AUDACIOSO.....	39
2.1 ARACAJU.....	39
2.1.1. Aspectos Gerais.....	40
2.1.2 Aspectos Históricos.....	42
2.2 “ENTRE APITOS E CHAMINÉS” – MAÇARANDUBA, CHICA CHAVES, INDUSTRIAL.....	47
2.3 “ARES DE PROGRESSO!”- A FÁBRICA CONFIANÇA.....	56
2.3.1 – Trabalho e cotidiano: vidas operárias.....	63
2.3.2 - Trabalho & Educação: escolas e creches operárias em Aracaju.....	65
2.3.3 - A Associação Desportiva Confiança (ADC): Os desportos, a História Local e o Ensino de História.....	70
CAPÍTULO III- TECENDO HISTÓRIAS -	82
3.1 O OPERARIADO TÊXTIL NO BRASIL E EM SERGIPE.....	82

3.2 ECOS NA LITERATURA: VULNERABILIDADE E PROSTITUIÇÃO EM “OS CORUMBAS”	88
CAPÍTULO IV - A SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
JORNAIS.....	113
APÊNDICE.....	114

INICIANDO OS TRABALHOS

Ensinar e aprender História são grandes desafios para educadores e alunos do século XXI. Esta afirmativa é fruto da observação da realidade cotidiana de trabalho no âmbito escolar na Educação Básica da rede pública do estado de Sergipe e do compartilhamento das experiências trazidas pelos colegas de curso, o Programa de Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe, da turma de 2019, todos, professores de História das redes pública e/ou particular de ensino dos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe.

As percepções presentes nesta dissertação resultam das pesquisas, debates, reflexões e análises realizadas no âmbito do PROFHISTÓRIA que proporcionou oportunidades ímpares para cada mestrando rever e aprimorar a sua prática docente. Compreendemos que as dificuldades que se avolumam na contemporaneidade mediante as tarefas de ensinar/aprender História, não deverão ser entraves à prática de trabalho, mas estimular a busca pela superação dos desafios educacionais, mover esforços de pesquisa e encorajar a não somente analisar, debater e sofrer as mazelas educacionais do Brasil, mas buscar soluções.

A atual trajetória acadêmica pretende fazer-nos capazes de rever a nossa prática docente à luz das teorias educacionais e de propormos mudanças ou readaptações nos conteúdos, abordagens, métodos e técnicas de trabalho partindo das demandas verificadas em nosso cotidiano, bem como da melhor adequação possível às resoluções educacionais vigentes no país. A elaboração dos produtos e/ou descrição dos processos utilizados para chegar ao resultado de cada pesquisa ao final do curso, tem permitido produzir um vasto e diversificado material para uso na Educação Básica nos lugares em que os mestrados profissionais estão em andamento, importa agora utilizá-los.

Pretendemos demonstrar possibilidades de promover um ensino de História que considere questões relacionadas às vivências dos estudantes e dos professores no tempo presente, cuidando para não incorrer no anacronismo ou privilegiar uma historiografia eurocêntrica e elitista. Partindo desse princípio, esperamos contribuir para ampliar a compreensão da História Local da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, através do resgate da trajetória do operariado feminino sergipano. Acreditamos que poderemos auxiliar professores e alunos, a ampliar as noções de pertencimento e de cidadania, contribuindo para

a sua percepção enquanto sujeitos históricos, pessoas que participam ativamente da comunidade em que vivem, interferindo em seus rumos.

Antes de prosseguirmos as apresentações iniciais, precisamos adentrar em uma questão singular que impactou diretamente não só a condução desta pesquisa, mas, convulsionou a saúde, a economia e a educação causando impactos nas sociedades em todo o planeta. A Pandemia do (Covid-19), o novo coronavírus, surgiu na província de Wuhan, na China e se disseminou rapidamente por todo o globo. Os primeiros casos no Brasil foram noticiados a partir do mês de março de 2020, desde então o contágio tem sido acelerado. A descoberta de novas variantes mais resistentes aos tratamentos e com uma capacidade de contágio ainda maior agrava a crise no Brasil enquanto escrevo estas linhas após um ano de pandemia, em março de 2021.

No Brasil muitas pessoas têm sido infectadas a cada dia, milhares perderam as suas vidas, enquanto outros lutam contra as sequelas deixadas pela doença. Porém, a desobediência às determinações das autoridades de saúde através, das aglomerações nos mais diversos espaços e das festas clandestinas continuam a acontecer. O transporte público, historicamente ineficiente, é agora um ambiente privilegiado para a propagação do vírus, em virtude da ausência do distanciamento social e da falta de higienização dos veículos, estações e terminais. Diante deste cenário de incertezas, que afeta não somente a saúde pública, mas, outros setores como a economia e a educação, a campanha de vacinação, considerada uma das medidas de maior importância para conter o avanço do vírus, ocorre de forma lenta no Brasil.

As pesquisas de campo e em arquivos estavam em fase inicial e começavam a render as primeiras fontes para subsidiar a construção deste texto quando foi decretado o isolamento social ainda no mês de março de 2020 comprometendo parte importante do trabalho. Em Sergipe assim como em outras localidades, as instituições de pesquisa, os estabelecimentos comerciais e educacionais, os templos religiosos, dentre outros lugares, foram fechados. Foi um verdadeiro desafio pesquisar e escrever nestas condições. Em meio aos trabalhos fui infectada pelo (Covid-19). Os sintomas foram consideravelmente leves: febre, tosse seca persistente e fadiga, porém, o maior desconforto foi a perda total do olfato e do paladar por cerca de um mês, problema que deixou pequenas sequelas ainda sensíveis após um ano de infecção.

Outro ponto a ser considerado é que a prática profissional educacional passou por mudanças abruptas para se adequar a nova realidade que se impôs. O ensino remoto com a utilização de plataformas voltadas para a educação à distância ou adaptadas a esta finalidade, assim como o uso de aplicativos de uso *on-line* se tornaram indispensáveis.

Continuemos. Mesmo com tantas dificuldades e transformações inesperadas no cotidiano e com as vidas revolidas, avançar é preciso. O processo de ensino / aprendizagem de forma remota, híbrida ou presencial precisa prosseguir. Sigamos cumprindo o nosso papel social, contribuir para preparar as novas gerações para o futuro é a nossa missão profissional.

O professor é o profissional responsável por mobilizar conteúdos, abordagens e metodologias de ensino, a partir dos conhecimentos adquiridos em sua trajetória acadêmica e na sua prática de trabalho, orientando-se pelas diretrizes contidas nos currículos locais e pela BNCC. O docente será, na maioria das vezes, com maior ou menor grau de liberdade, o principal agente imbuído da tarefa de tornar o processo de ensino / aprendizagem possível. Esta tarefa não é fácil, pois, requer o aperfeiçoamento profissional que possibilitará a obtenção de índices satisfatórios de aprendizagem para os alunos. O preparo intelectual é imprescindível para o trabalho educacional, assim como a prática constante da leitura, a continuidade dos estudos e a aproximação com as teorias produzidas no âmbito acadêmico. Adotar estas medidas poderá auxiliar o professor a refletir sobre a sua prática de trabalho e contribuir para o aperfeiçoamento do mesmo enquanto profissional.

Uma base teórica sólida e a atualização constante são necessárias, assim como o repensar cotidiano das práticas de trabalho, fazendo as correções e adaptações pertinentes a cada situação. Este é um caminho possível para aperfeiçoar o processo educacional: a continuidade dos estudos com o aprofundamento teórico através do contato com a produção historiográfica que tornará o profissional da educação capacitado para ampliar o escopo das suas reflexões e consequentemente das suas ações.

O professor de História tem perante a sociedade, um papel a cumprir, a responsabilidade social de fazer com que o seu aluno compreenda ser um sujeito histórico, pessoa capaz de tornar melhor o mundo à sua volta. (PINSKY; PINSKY, 2007, p. 22) Para isso, o docente precisa estar preparado, ter aprofundado conhecimento histórico, cultural e percepção social da realidade dos seus alunos para tornar as aulas de História um ponto de

contato entre a realidade cotidiana e o que os seres humanos produziram em diferentes espaços e épocas.

Entretanto, os profissionais da educação, assim como outros de diversas áreas no Brasil, são subvalorizados e realizam o seu trabalho mediante dificuldades de diversas ordens: formação deficitária, ambientes laborais inadequados, falta ou insuficiência de materiais, exposição à violência e má remuneração, são alguns dos reflexos que retratam a realidade da maior parte dos trabalhadores do magistério no Brasil, contribuindo para a sua desmotivação. Entretanto, a despeito da desvalorização sofrida, pode-se verificar a disposição de muitos educadores em qualificar as suas práticas de trabalho, fato comprovado pela adesão aos programas de pós-graduação com destaque para os mestrados profissionais voltados para a área educacional em diversos estados do país atualmente. No Brasil, em que pese à histórica desvalorização do magistério, a busca pela continuidade dos estudos demonstra a disposição dos professores em melhorar a qualidade do seu trabalho, ainda que para isso precisem sacrificar horas de descanso e de convívio familiar, ou mesmo abdicar de algum dos seus empregos para poder conciliar a rotina acadêmica e profissional.

Outro aspecto a pontuar em relação à educação é que os profissionais, os alunos, as famílias e a sociedade passam por constantes mudanças, sobretudo no século XXI, marcado pela presença massiva das informações que chegam incessantemente através das mais diversas mídias sociais ao alcance de grande parte das pessoas do planeta. As tecnologias desenvolvidas ou aperfeiçoadas durante este século, com ênfase para a *internet* a partir dos anos 1970, alteraram as relações humanas nas mais diversas esferas sociais, políticas e econômicas.

As mudanças verificadas nos veículos produtores e difusores das informações se refletem diretamente na escola que é parte da sociedade. Através dos *smartphones*, alunos e professores, recebem constantemente informações úteis, inúteis, válidas ou totalmente incorretas que chegam ao ambiente escolar e podem interferir na qualidade e dinâmica do processo de ensino-aprendizagem. Neste caso, o papel do professor de História será fundamental para auxiliar os alunos a discernir quais informações podem ser consideradas válidas, criticar as fontes e distinguir “informação” e “educação”.

...é bom não confundir informação com educação. Para informar aí estão, bem à mão, jornais e revistas, a televisão, o cinema e a internet. Sem dúvida

que a informação chega pela mídia, mas só se transforma em conhecimento quando devidamente organizada (PINSKY; PINSKY, 2007, p. 22).

Diante da profusão de informações e fugacidade das relações sociais na atualidade surgem algumas perguntas de caráter mais geral: qual é a importância de aprender História no contexto da contemporaneidade? Qual é o papel do professor na era da informação? O quê e como ensinar? Como a História pode contribuir para a compreensão de mundo dos estudantes? Qual é a importância da História Local? Os aspectos históricos locais são abordados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Curricular?

Este trabalho pretende contribuir para responder a estas questões. Para tanto, analisamos aspectos da trajetória do operariado feminino aracajuano na primeira metade do século XX. Observamos que há uma carência de materiais sobre a história das mulheres que possam ser utilizados na Educação Básica. Para facilitar a compreensão deste tema, procuramos demonstrar as relações vivenciadas pelas mulheres no processo de conquista de espaços de atuação social mais efetiva a partir do início do século XX, no Brasil e em outras partes do mundo, demonstrando a luta pela aquisição de direitos civis, políticos, profissionais e sociais. Como resultado das pesquisas realizadas, além deste texto, elaboramos um caderno de sequências didáticas com sugestões de conteúdos e atividades para as aulas de História da Educação Básica, com possibilidade de uso por professores de outros componentes curriculares.

Refletir sobre aspectos da história das mulheres operárias aracajuanas e de outras partes do Brasil foi um percurso escolhido para conectar tópicos que costumam ser negligenciados nas aulas de História. Através do resgate histórico de informações sobre o operariado feminino, pretendemos também atingir uma maior compreensão da História Local da cidade de Aracaju no contexto pesquisado. Defendemos a importância destas duas temáticas, a trajetória do operariado feminino e a História Local da cidade de Aracaju, como capazes de contribuir para a formação de um corpo discente que compreenda que as diferenças dos indivíduos contribuíram para a constituição das características e peculiaridades das comunidades e sociedades em que vivemos. Neste ponto ressaltamos a importância do trabalho docente. O professor de História é um dos responsáveis por auxiliar os alunos a interpretarem a realidade, por isso é importante que ele compreenda a dimensão da responsabilidade social do seu trabalho, para que possa disponibilizar aos seus alunos as

informações necessárias à compreensão de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, despiando-os de conclusões apressadas e combatendo preconceitos. “Exatamente porque a informação chega aos borbotões, por todos os sentidos, é que se torna mais importante o papel do bom professor.” (PINSKY; PINSKY, 2007, p. 22).

Outro fator que devemos considerar sobre a importância do professor na atualidade é o seu papel mediador entre as informações, produzidas por fontes diversas e os seus alunos. A profusão de informações produzidas e difundidas na maior parte das sociedades contemporâneas requer cuidados para evitar a propagação de notícias falsas. As mensagens de texto, áudio, vídeo, fotografias e “memes”, dentre outros, recebidas e enviadas em todos os instantes podem causar uma exaustão cerebral e, contraditoriamente, desinformam quando facilitam a proliferação de notícias falsas. Selecionar e verificar as informações são questões que se tornam vitais em tempos em que qualquer pessoa “pode” produzir e difundir conteúdos e em que estudantes interpelam constantemente seus professores sobre os *posts* mais recentes dos seus influenciadores digitais favoritos.

Diante deste panorama é importante que o professor de História esteja intelectualmente preparado, tenha domínio do conhecimento relativo ao seu componente curricular e uma boa compreensão das áreas afins. Ainda assim precisará estar atento ao que acontece ao seu redor, pois, ao auxiliar os alunos a interpretar as interações sociais que ocorrem no tempo presente, poderá ajudá-los a compreender as mudanças e permanências observáveis ao longo da História. Assim, “... preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia.” (PINSKY; PINSKY, 2007, p. 19). Então, em nossas reflexões acerca do ensino e da aprendizagem da História, analisamos algumas práticas que possibilitam atingir um nível de trabalho mais eficiente.

Além do professor, o aluno é parte imprescindível do processo educacional. A forma como este participa das aulas, das reflexões e das atividades propostas é fundamental para que a aprendizagem ocorra. O envolvimento e a colaboração dos alunos contribuem para que haja um melhor aproveitamento do que é proposto pelo professor.

No entanto, é preciso observar que as crianças, jovens e adultos apresentam complexidades, especificidades e subjetividades que devem ser consideradas no âmbito educacional. O contexto social do qual fazem parte também influencia em sua educação e há

que ser considerado, sobretudo pelo professor de História, que pode encontrar maneiras de inserir em suas aulas os aspectos culturais e o processo histórico da localidade em que trabalha. Ao fazer o uso de conteúdos que possuam sentido de proximidade com o cotidiano da comunidade escolar, pode ser gerado ou fortalecido o sentimento de pertencimento. O professor pode facilitar esta ação ao interligar os conteúdos locais aos regionais, nacionais e internacionais sempre que possível demonstrando a vivacidade e a proximidade que a História pode ter conosco, a depender da forma como ela é resgatada.

JUSTIFICATIVA

O estudo da História nas escolas da Educação Básica continua a ser associado por alguns alunos a um ato desagradável e entediante. A disciplina é considerada por estes, ainda no século XXI, apesar das múltiplas inovações didáticas e metodológicas, um amontoado de acontecimentos antigos e sem sentido para a sua vida prática. Murilo Mendes, já na década de 1930 atestava que, “Nossos adolescentes também detestam a História. Votam-lhe ódio entranhado e dela se vingam sempre que podem”. [...] “A História como lhes é ensinada é realmente odiosa.” (MENDES, 1935, apud NADAI, 1993, p. 1). Esta perspectiva pode ser verificada pelo professor através de relatos de alguns alunos no seu cotidiano, é uma visão arraigada deste componente curricular que perpassa as gerações. Neste sentido muitos profissionais da educação através de diferentes iniciativas, têm buscado romper este paradigma.

O resgate da História de pessoas e de acontecimentos que, na maioria das vezes, não se conectam com a realidade local é um desafio a ser enfrentado pelo professor na tentativa de dotar o seu trabalho de significado para si e para os seus alunos. O ato de instigar o educando ao protagonismo, ou seja, a mudança de perspectiva e da forma de aprender a História com foco na maior participação e produção do conhecimento histórico por parte dos alunos com a mediação docente é fator primordial para que as concepções negativas sobre o estudo da História possam ser superadas.

Para que o estudo da História deixe de ser associado a um ato mnemônico é necessário criar mecanismos e estratégias, mudar o escopo das ações, os materiais e metodologias utilizados. A permanência de uma visão negativa pode se transformar em um entrave para o

aprendizado ao criar uma barreira que separa o professor e o componente curricular dos alunos, o que dificulta o processo educacional.

A partir da percepção das dificuldades cotidianas da prática docente e das demandas dos alunos inseridos em realidades sociais cada vez mais dinâmicas, procuramos respostas capazes de contribuir para dirimir as questões elencadas anteriormente. O tema desta pesquisa surgiu então, da percepção adquirida durante o cotidiano de trabalho de que há uma baixa compreensão dos alunos sobre a trajetória feminina ao longo da História e sobre a História Local da cidade de Aracaju e do Estado de Sergipe. Contribuir para reverter este quadro é, certamente, um desafio. Para tal é necessário pesquisar e tornar o resultado das pesquisas acessível, inserindo-o nas aulas de História de maneira articulada ao currículo escolar geral e não como um conteúdo alienígena e descontextualizado.

Desta forma, procuramos resgatar através desta pesquisa alguns aspectos que acreditamos que possam contribuir para ampliar a compreensão da História. A análise de aspectos sobre a História das mulheres, da cidade de Aracaju, do Bairro Industrial, da Fábrica Confiança e da Associação Desportiva Confiança (ADC), considerou a possibilidade de conectar professores, alunos e comunidade. A partir dos vestígios históricos que perpassaram épocas e resistiram à ação do tempo, como monumentos, prédios, pessoas, lugares e instituições, podemos compreender a presença da história na atualidade, seja nas mudanças ou nas permanências. Os aspectos sociais e culturais revisitados nesta pesquisa foram a nossa bússola.

Sugerimos possibilidades de trabalho através da utilização dos temas e das atividades do caderno de sequências didáticas, elaborado através dos resultados desta pesquisa. Entretanto, as devidas reflexões e adaptações precisarão ser feitas pelos profissionais da educação na elaboração das suas aulas, porque, cada lugar possui as suas especificidades, os seus temas, monumentos e pessoas capazes de despertar os alunos para a valorização dos aspectos históricos e culturais presentes em sua comunidade. A complexidade do cotidiano docente já exige que façamos adaptações constantes. Dentro de uma mesma escola identificamos realidades diferentes entre turmas ou turnos, assim, a versatilidade é uma característica que costuma fazer parte do labor diário do profissional da educação, fator imprescindível caso pretenda utilizar os temas locais nas aulas de História.

Pesquisamos elementos que serviram de subsídio para a construção deste texto e do caderno de sequências didáticas, a partir da perspectiva da História das mulheres e da História Local. Um dos temas que resgatamos foi trajetória da Firma Ribeiro, Chaves e Cia., conhecida como Fábrica Confiança, fundada em 1907 e a constituição da Associação Desportiva Confiança (ADC), oriunda nesta unidade fabril no ano de 1936, por compreender que estas instituições se conectam intrinsecamente com a História do Bairro Industrial e com o desenvolvimento urbano e industrial da cidade de Aracaju e o Estado de Sergipe. Existem trabalhos anteriores que, abordam a História das instituições citadas anteriormente¹, porém, este se difere dos mesmos por utilizar o resultado das pesquisas para contribuir com a inserção da História das mulheres e da História Local nas aulas de História da Educação Básica.

De modo mais específico, pesquisamos as seguintes questões: a atuação do operariado feminino em Aracaju, Sergipe e no Brasil; a busca feminina pela aquisição dos direitos civis, políticos e sociais; a contextualização histórica do Bairro Industrial, da cidade de Aracaju e do Brasil, no final do século XIX e início do século XX; a industrialização e a urbanização de Aracaju, de Sergipe e do Brasil. Com relação à educação e ao ensino de História pesquisamos: a importância da História local para o ensino de História, a História Local na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Verificamos se a Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem os temas ligados à História das mulheres e aos temas locais e procuramos ressaltar a importância do professor de História na atualidade.

Defendemos que o resgate dos aspectos anteriormente citados contribui para a melhor compreensão da História das mulheres e da História Local que é deficitariamente conhecida por parte da população aracajuana. Nota-se um verdadeiro distanciamento na vivência

¹ SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. *“O Paraíso Termina Quando o Trabalho Começa”: Cotidiano operário e poder disciplinar na Fábrica Têxtil Confiança (Sergipe, 1943-1957)*. Dissertação de Mestrado, UFS, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5672/1/WAGNER_EMMANOEL_MENEZES_SANTOS.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

RIBEIRO, Sérgio Dorenski Dantas. *Da fábrica ao campo de futebol, vender tecido e vender espetáculo: tecendo os fios da história de um: “Casamento Feliz”*. Dissertação de Mestrado (Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, (SC), 2005. Disponível em: <http://labomidia.ufsc.br/index.php/aberto/teses-e-dissertacoes/doc_download/334-09-da-fabrica-ao-campo-de-futebol-vender-tecido-e-vender-espetaculo>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

cotidiana das pessoas comuns e dos estudantes diante das questões históricas locais. Assim, suscitar o passado local e articular a compreensão das questões locais, regionais, nacionais e globais auxilia a partilhar aspectos da História e da memória, fortalecendo as noções de identidade e de pertencimento, o que contribui para a atuação das pessoas na sociedade em que vivem de forma mais efetiva enquanto cidadãs, portadoras de direitos e deveres.

Diversos fatores podem ser elencados na tentativa de explicar a dificuldade de parte das pessoas para compreender determinados aspectos históricos e para relacioná-los à sua vida cotidiana, exporemos dois deles, a seguir. O primeiro é fundamentalmente explicativo e interfere não somente da compreensão da História, mas, dos demais componentes curriculares: a educação brasileira apresenta índices insatisfatórios em avaliações internas e externas com relação ao nível de interpretação de textos por parte dos alunos². É um grande desafio auxiliar aos estudantes que não possuem um nível satisfatório de leitura e interpretação de texto a entenderem a História. Além da habilidade leitora, para assimilar este componente curricular é necessário que o discente tenha um nível de abstração que o possibilite apreender aspectos dos usos e costumes de outras épocas e espaços associando-os, sempre que possível, ao seu cotidiano.

Outro fator capaz de explicar a falta de conexão entre os indivíduos e a História é que, embora as pesquisas em História Local sejam numerosas, pouco dos seus resultados chegam à escola e menos ainda à comunidade em geral: monografias, dissertações e teses, em sua maioria, não são devidamente aproveitadas na Educação Básica, já que as informações levantadas nas pesquisas não são enviadas às estantes das bibliotecas escolares em forma de material didático. A importância da História Local se deve ao fato de que ela auxilia ao professor na tarefa de tornar a História mais próxima, sem ela fica difícil fazer as conexões entre macro e micro estrutura.

Assim, para que seja possível aproximar os conteúdos de História contidos nos livros didáticos (que costumam privilegiar aspectos relacionados aos grupos socialmente dominantes) da realidade vivenciada pelos alunos em seu cotidiano, é desejável que o professor se dedique a pesquisar. Ainda que não saia a campo ele poderá ler as produções

² De acordo com dados divulgados pela Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de 2018, o Brasil obteve média 413 em leitura, o que corresponde ao nível 2, considerado o mínimo aceitável em uma escala que vai do 1 ao 6. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-desempenho-do-brasil-no-pisa/>. Acesso em: 17/Abr./2020.

científicas que contribuem para enriquecer o conhecimento acerca dos conteúdos trabalhados, com o objetivo de encontrar formas de inseri-los em seus planos de aula. No entanto, esta operação demanda tempo e vontade, é uma ação opcional, sendo que muitos dos profissionais da educação, para manter um padrão de vida digno, precisam se desdobrar e trabalhar em mais de um turno /escola além de levar trabalho para casa. Ossos do ofício do professor.

Embora atualmente exista um número maior de publicações que outrora sobre aspectos da História e da cultura local sergipana e aracajuana em diversos formatos como livros didáticos ou científicos, cordéis e revistas científicas, dentre outros, raramente essas produções atingem a um público significativo e a população continua, em sua maioria, desconhecendo ou conhecendo superficialmente a História do lugar em que vive. Algumas publicações desta natureza, inclusive, não estão indisponíveis para compra, pois não há exemplares nas livrarias ou mesmo nas editoras, dificultando demasiadamente o acesso às produções restritas, muitas vezes, a bibliotecas nas quais somente é permitida a consulta local ao acervo. Todavia, enquanto não existir uma política educacional que busque valorizar os aspectos locais não somente relacionados à história, as pesquisas científicas não gerarão conhecimento histórico para as escolas e para a comunidade.

Existe outra questão que precisamos observar. Há lugares que não contam com instituições que visam à preservação da memória, há outros que as possuem, porém, em condições insatisfatórias de funcionamento. Muitos monumentos históricos são mal conservados, como se pode observar na cidade de Aracaju. Os materiais didáticos que fornecem informações corretas como suporte de trabalho para a abordagem da História Local são insuficientes.

Nesses casos um esforço ainda maior há que ser empreendido. Além da tarefa de promover um ensino de qualidade em condições adversas, em virtude da falta de formação adequada, da má remuneração, da inadequação dos materiais e em alguns casos a falta do livro didático, da má estruturação predial das escolas, dentre outros, é necessário que o docente que pretende fazer o uso dos temas locais, pesquise para encontrar fontes capazes de fornecer as informações necessárias.

As lacunas historiográficas existem e se fazem presentes de forma sensível na Educação Básica, mas os novos trabalhos no campo da História Local podem contribuir para diminuir a distância entre o estudante e a História. Através das pesquisas, as mais diversas

localidades poderão contar com materiais de qualidade para preservar suas memórias e histórias que antes estavam relegadas ao esquecimento. O ensino de História se aprimora através do uso de produtos ou processos diferenciados que utilizam os conteúdos locais como fio condutor das análises. Este trabalho pretende contribuir para dirimir a dificuldade da apreensão da História e notadamente da História Local e de aspectos da História das mulheres.

OBJETIVOS

Geral

Possibilitar a inserção da História Local da cidade de Aracaju, Sergipe, nas aulas de História da Educação Básica, através do resgate da trajetória do operariado feminino sergipano, durante a primeira metade do século XX.

Específicos

Compreender a inserção da mulher sergipana em postos de trabalho na indústria têxtil no início do século XX; analisar as percepções de setores da sociedade brasileira sobre as mulheres; revisitar aspectos da História do Bairro Industrial, relacionando-os à cidade de Aracaju, ao estado de Sergipe, ao Brasil e ao contexto internacional; elaborar um caderno de sequências didáticas com sugestões de temas e atividades para a Educação Básica de História e de outros componentes curriculares, resgatando aspectos da trajetória do operariado feminino nos contextos local e nacional como forma de acesso para a História Local da cidade de Aracaju.

PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico consistiu na revisão bibliográfica, na análise de matérias dos seguintes jornais: *Sergipe – Jornal*, *Gazeta Socialista* e *O Estado de Sergipe*, na análise da obra literária, “*Os Corumbas*”, nas pesquisas no Arquivo Público do Estado de Sergipe, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e em localidades do Bairro Industrial como a Sede

da Associação Desportiva Confiança situada no Estádio Proletário Sabino Ribeiro e a orla situada às margens do Rio Sergipe.

Analizamos também a produção didático-pedagógica, “A condição de existência dos trabalhadores pobres durante a Revolução Industrial Inglesa (1780-1848)”, França (2018), obra que faz parte do Projeto “*Os desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE - 2016*”, da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Esta publicação é voltada ao uso na Educação Básica e faz a análise de temas relacionados ao mundo do trabalho, propondo abordagens e atividades diversificadas, servindo de importante subsídio para a construção do caderno de sequências didáticas que propomos neste trabalho.

Outro caminho metodológico percorrido foi o uso de fotografias tendo em vista que, “Nunca ficamos passivos diante de uma fotografia: ela incita nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem”, pois, “Toda a imagem é histórica. O marco de sua produção e o momento da sua execução estão indefectivamente decalcados nas superfícies da foto, do quadro, da escultura, da fachada do edifício.” Defendemos que a fotografia é importante para o estudo de diversas áreas do saber. Para a História, retratando o passado ou o presente, ela é um recurso capaz de ampliar a compreensão do momento resgatado, fornecendo o elemento imagético como mais uma categoria de análise, contribuindo para apreender a atmosfera do contexto estudado. (MAUAD, 1996, p. 15)

As questões relacionadas ao Patrimônio Histórico e Cultural foram também consideradas embora não sejam o foco principal deste trabalho. Conhecer-las e valorizá-las auxilia na preservação da memória, na construção da História Local e das identidades individuais e coletivas. O patrimônio de cada localidade possui significados afetivos constituintes da memória coletiva, ajudam a contar a História do lugar, trazem características que são testemunhos de épocas anteriores. “[...] pensar o Patrimônio Cultural é pensar a ação humana através do tempo, é ler nos edifícios, praças, igrejas ou castelos as relações sociais que ali se estabeleceram, as histórias de dominação e resistência, os encontros e desencontros que se desenrolaram nestes lugares.” (ZARBATO, 2018, p. 103).

A seguir, principiaremos as análises que nortearam a constituição deste trabalho. No primeiro capítulo discutimos as questões relativas ao ensino de História, compreendendo a importância das pesquisas em História Local para a Educação Básica, analisamos como os

estudos locais se apresentam nos dispositivos legais da educação brasileira: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum Curricular. Procuramos compreender qual é o papel da História frente às demandas das sociedades contemporâneas.

No segundo capítulo expusemos aspectos da História Local da cidade de Aracaju, através da análise do Bairro Industrial. Fizemos um breve histórico e apresentamos os aspectos gerais da capital de Sergipe. Discutimos também a importância da Fábrica Confiança e da Associação Desportiva Confiança para as relações estabelecidas com a população do bairro, da cidade de Aracaju e de Sergipe. Para tanto, questões como as relações entre patrões e operários, a inserção feminina no operariado têxtil, a oferta de serviços sociais dentre eles os desportos, foram analisadas.

No terceiro capítulo procuramos compreender as questões relativas ao operariado feminino no Brasil e em Sergipe. Fatores como as visões preconceituosas de setores da sociedade sobre as mulheres, a influência da moral burguesa do século XIX, a luta feminina por direitos políticos e sociais, as condições de trabalho das operárias de Aracaju e do Brasil, os abusos sofridos no ambiente de trabalho e a visão literária de Amando Fontes sobre a situação das operárias em, “*Os Corumbas*”, foram analisados.

No quarto capítulo demonstramos como foi o processo de elaboração do caderno de sequências didáticas que serão utilizadas no ensino de História. Explicitamos qual é o seu público prioritário, exploramos as possibilidades de uso do material por docentes de outros componentes curriculares, apresentamos as sequências didáticas como um possível instrumento para a inserção da História das mulheres e da História Local nas aulas de História e justificamos a escolha dos temas propostos.

Finalmente, tecemos considerações acerca da construção deste trabalho retomando algumas das reflexões consideradas primordiais demonstrando as dificuldades encontradas no percurso, refletimos acerca das especificidades da docência e das experiências educacionais compartilhadas com os colegas e professores do PROFHISTÓRIA.

CAPÍTULO I -“CRIANDO CONEXÕES” - A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Os estudos realizados tomando por base os aspectos locais têm adquirido cada vez mais espaço no âmbito da historiografia e chamado a atenção também em relação ao ensino de História. A percepção do valor presente nas comunidades, bem como as possibilidades de abordagens por elas fornecidas são relevantes no mundo atual em que a quantidade e a velocidade das informações se propagam de maneira incontável e há uma sensação de que as “certezas” são cada vez mais questionáveis, fazendo-se necessário buscar referências próximas para dotar o conhecimento histórico de sentido.

Desta forma, o pesquisador da História Local nunca pode perder de vista o sentido de que, “A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua.” (SAMUEL, 1990, p. 220). Partindo de questões particulares, pertinentes a uma determinada localidade, pode-se relacioná-las aos acontecimentos históricos de caráter mais amplo para promover respostas a anseios específicos, demonstrando que as conexões com outras realidades no tempo e no espaço contribuem para fomentar a noção de pertencimento e construir as identidades individuais e coletivas.

Fonseca (2006) defende a importância de ter cuidado para que ao aproximar a escala de análise e fragmentar espaços, temas e problemas de pesquisa, não se prejudique a compreensão dos alunos. Uma saída para esta questão é proposta pela autora, “É possível, por exemplo, trabalhar a singularidade e universalidade dos problemas sociais de nossas cidades quando comparamos um bairro de periferia das grandes cidades mineiras com um bairro das cidades de outros países da América, Ásia ou África.” (FONSECA, 2006, p. 134).

A História Local é, portanto, um campo da historiografia que dialoga com o ensino de História, fornecendo possibilidades de aproximação entre os alunos, os professores, as localidades estudadas e historiografia local, tornando-a presente e com funções específicas, a saber: realização de estudos historiográficos sobre a realidade do local em que os entes envolvidos no processo de ensino/aprendizagem da História estão inseridos, portanto, a promoção de um ensino de História significativo, que reconheça o valor dos conhecimentos

históricos prévios dos alunos para a construção de cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres na sociedade, porque, “Conhecer a história local colabora no processo de construção da identidade, fator fundamental para o exercício da cidadania.” (ZARBATO, 2018, p. 24).

Outro aspecto a ser observado contempla a valorização do Patrimônio Histórico e Cultural em conjunto com a História Local para promover a aprendizagem da História em uma perspectiva em que o aluno seja considerado enquanto portador de pensamento crítico. Esta ação possibilita a realização de trabalhos de campo, pesquisas, visitas a arquivos, museus e monumentos, ou seja, permite realizar atividades em que os alunos se envolvam e, com a mediação do professor, possam produzir conhecimento histórico e não ser apenas meros reprodutores dos mesmos. Porque, “a educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares. Isto requer de nós uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço do mundo no qual vivemos, por menor que ele seja.” (FONSECA, 2006, p. 127).

É papel do professor, “... criar condições para que as interpretações históricas sejam esquemáticas e não referenciadas no acúmulo da Ciência histórica...” (ZARBATO, 2018, p. 24). O educador precisa então estar preparado para promover uma aprendizagem histórica ativa com os seus alunos, para isso é preciso romper paradigmas e rever a prática docente, encontrar nos aportes teórico-metodológicos e na prática de ensino realizada, caminhos capazes de modificar a forma de ensinar a História.

A inserção dos temas transversais nas aulas de História, bem como a interdisciplinaridade, promovem no educando uma compreensão mais ampla e diversificada dos temas propostos pelas atividades escolares. A cultura, em seus mais variados aspectos é parte importante de cada povo e de cada localidade, portanto, não pode ser desprezada para a compreensão histórica, deve ser valorizada, de modo que o educando faça o levantamento dos aspectos culturais da comunidade em que vive e os reconheça enquanto partes importantes de suas vidas, do seu cotidiano, fatores que o distinguem e que o fazem pertencer e comungar valores humanos.

Este trabalho pretende analisar que a aprendizagem da História pode ocorrer através de conteúdos e formas de abordagens que nem sempre são considerados, mas, que podem contribuir para a construção da cidadania ao passo que aproximam aquilo o que é ensinado na

escola à realidade dos educandos, fazendo-os perceberem-se, de fato, enquanto partes da sociedade e sujeitos históricos, através da valorização daquilo que reflete o passado e que dialoga com o presente.

Se a palavra História faz lembrar a muitos alunos algo tedioso, monótono e sem sentido por apresentar acontecimentos, lugares e pessoas distantes no tempo, no espaço e que não se relacionam à sua realidade, muito tem sido feito para reverter este quadro. As pesquisas realizadas assim como os materiais didáticos, têm avançado bastante nesta questão, inovam nos conteúdos, abordagens e atividades propostas, entretanto, parecem continuar aquém das expectativas, impressão colhida no cotidiano escolar ante as reclamações dos alunos durante as aulas.

Fonseca (2006) defende a necessidade da obrigatoriedade da História Local na Educação Básica, pois, segundo ela,

Do ponto de vista de uma proposta pedagógica, podemos construir uma “pedagogia de memória” que faça frente aos problemas de identidade, pertencimento, pluralidade cultural, étnica e religiosa e exclusão social que marcam as nossas escolas. Nesse sentido, a história local pode ter um papel decisivo na construção de memórias que se poderão inscrever no tempo longo, médio ou curto, favorecendo uma melhor relação dos alunos com a multiplicidade da duração. (FONSECA, 2006, p. 132)

Importa ressaltar o papel do professor diante desta questão, embora as pesquisas científicas e a qualidade dos materiais didáticos estejam se aprimorando, cabe também ao profissional da educação avançar em busca de qualificação para poder de refletir e, quando necessário, ter subsídios para rever a sua prática de trabalho. É preciso estar apto para mediar a relação entre os alunos e o conhecimento histórico. Tornar os alunos capazes de analisar a sua realidade, as fontes históricas, as relações sociais e o Patrimônio Cultural, é uma operação que somente o profissional capacitado conseguirá fazer. Mobilizar os aparatos necessários para ampliar o escopo das suas reflexões e práticas é parte deste processo.

Compreendemos então a necessidade de construir o conhecimento histórico e não tomá-lo como algo pronto, valorizar a vivência dos estudantes, pesquisar o passado da sua comunidade, demonstrar a importância das pessoas que dela fazem parte, dos seus costumes e saberes. (FONSECA, 2006, p. 132). Desta forma, “É preciso que o professor se lembre que o saber não surge espontaneamente, nem é algo dado, mas adquirido, produzido e transformado pelos homens.” (FREITAS NETO, 2003, p. 64). As pesquisas em História Local partem de

interesses específicos que surgem das carências de respostas fornecidas pela historiografia. É necessário haver empenho para suprir as lacunas temáticas por parte daqueles que consideram a importância dos estudos locais, este é o espaço privilegiado de ação do pesquisador local.

Assim, novos problemas e objetos de pesquisas surgem a todo o tempo, pois, partem de demandas originadas no dinamismo da sociedade. A partir destas questões, são formuladas hipóteses e, no caso da História Local, os pesquisadores oriundos das mais diversas localidades e que tenham o interesse de reconstituir passado do lugar em que vivem terão papel fundamental, porque “frequentemente, o historiador local estará utilizando a reflexão acumulada sobre sua experiência de vida...” (SAMUEL, 1990, p. 221). Ademais, a realização das pesquisas em História Local necessita de um esforço suplementar, um desafio além da construção do relato historiográfico: importa fazer com que os resultados encontrados possam ser levados a quem mais interessa, ou seja, às populações locais e notadamente a comunidade escolar.

As pesquisas locais promovem uma multiplicidade de abordagens historiográficas de temas e personagens esquecidos que passam a ter a sua História recuperada. Reconstituem também a trajetória das comunidades, auxiliando na construção da identificação com o lugar, criando ou ampliando a noção de pertencimento e contribuindo para a construção da cidadania. (FONSECA, 2006, p. 134). Esta perspectiva é sobremaneira importante porque demonstra claramente aos educandos a ampliação da noção de sujeito histórico. Ao perceber a valorização de alguém que faz parte do seu convívio como tema de uma pesquisa de História, o aluno verá a importância da sua comunidade, das pessoas que nela vivem e de si mesmo. Esta é uma forma prática de trazer a História para perto e dotá-la de significado.

Observamos, por fim, que a História Local tem conquistado espaço e que as pesquisas neste âmbito podem contribuir para a aproximação entre a História e os aspectos que fazem parte da realidade dos alunos. Por partir de questões singulares contribui para reconstituir o passado das mais diversas localidades, contribuindo para ampliar a noção de sujeito histórico, de pertencimento e para fortalecer a noção de cidadania. Compreendemos também que existe a possibilidade de pesquisar a História Local através da análise de temas variados, ligados à cultura, ao patrimônio, às pessoas da comunidade, aos costumes e até mesmo aos temas pouco convencionais como, por exemplo, a trajetória das equipes esportivas, que são capazes de fornecer elementos para reconstituir a História das localidades em que elas se desenvolveram.

1.1 OS ESTUDOS LOCAIS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB 9394/96), NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O Brasil tem uma superfície de 8 515 767 km², divididos em cinco regiões, vinte e seis estados e o Distrito Federal, está subdividido em 5 570 municípios e conta com uma população estimada em 211, 8 milhões de habitantes³. É o quinto país em extensão territorial e toda essa grandiosidade se reflete na diversidade que pode ser observada em sua população, cultura e nos seus costumes em geral. Os aspectos educacionais são influenciados pelas dimensões territoriais do Brasil. Há diferenças entre as regiões do país, nos estados e municípios quanto à qualidade da educação ofertada, demonstrando a necessidade do respeito às diversidades, bem como do esforço para diminuir as discrepâncias tão prejudiciais aos entes envolvidos no processo educacional.

Para atender às demandas educacionais, compreendendo que as esferas governamentais devem garantir o acesso à educação em condições minimamente equitativas e satisfatórias para todas as regiões do país, esforços administrativos têm sido empreendidos. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, demonstrou preocupação efetiva com as questões educacionais. O artigo 205 assevera que: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Defendemos a posição de que as pesquisas no âmbito da História Local, bem como a sua adequação para os conteúdos didáticos e para as práticas educacionais são essenciais para o fortalecimento das memórias individuais e coletivas, para a construção da identidade e a consequente tomada de consciência do estudante acerca do seu lugar no mundo e dos seus direitos e deveres em sociedade. Para tanto, os dispositivos institucionais como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96)*, os *Parâmetros Curriculares*

³ Dado disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020#:~:text=IBGE%20divulga%20estimativa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20para%202020,-Editoria%3A%20Estat%C3%ADsticas%20Sociais&text=O%20IBGE%20divulga%20hoje%20as,77%25%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202019>. Acesso em: 24 de abr. de 2021.

Nacionais (PCN) e a *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, foram analisados com a finalidade de compreender, a partir destes documentos, a importância de interligar os conteúdos de História geral, nacional, regional e local.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no 26.º artigo, inciso 4.º, prevê que “O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. O texto demonstra a preocupação de assegurar um ensino da História do Brasil comprometido com a promoção da valorização dos aspectos culturais das diversas etnias que compõem o povo brasileiro, com ênfase, para as que são numericamente predominantes desde o início da colonização.

Os estudos que fazem o levantamento dos aspectos históricos locais são responsáveis por reduzir a escala de análise do macro para o micro, sem deixar de relacionar estas duas esferas. Empreendem pesquisas sobre municípios, cidades, bairros, comunidades quilombolas, indígenas, de imigrantes, dentre outras, contribuindo para alcançar o que foi proposto pelo texto legal, ou seja, a promoção de um ensino de História do Brasil que valorize a contribuição das diversas etnias para a formação do povo brasileiro.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram diretrizes organizadas pelo Governo Federal Brasileiro para orientar o trabalho educacional de cada componente curricular. Em 1997, foi apresentada a versão final dos PCN para a 1.ª a 4.ª séries (1.º e 2.º ciclos), e em 1998 a versão destinada para a 5.ª a 8.ª séries (3.º e 4.º ciclos) e para o Ensino Médio. No tocante ao ensino e à aprendizagem da História para o Ensino Fundamental, no 3.º ciclo, os PCN de História já compreendem a necessidade de aproximar o aluno e os aspectos históricos para iniciar a abordagem dos temas estudados, para tanto, trazem a seguinte indicação,

Nessa faixa de idade do estudante, sugere-se ao professor iniciar o estudo dos temas na perspectiva da História do cotidiano. Essa é uma escolha didática para os alunos distinguirem suas vivências pessoais dos hábitos de outras épocas e relativizarem, em parte, os padrões de comportamento do seu próprio tempo. (BRASIL, 1998, p. 54)

Ainda com relação ao 3.º ciclo, o ensino de História objetiva auxiliar aos alunos a: “refletir sobre as transformações tecnológicas e as modificações que elas geram no modo de vida das populações e nas relações de trabalho”. (BRASIL, 1998, p. 54). Desta forma, esta

pesquisa se coaduna com o objetivo supracitado justificando-se por procurar compreender, o processo de urbanização e industrialização da cidade de Aracaju, assim como analisar as relações de trabalho observadas na Fábrica Confiança, o contexto da criação da Associação Desportiva Confiança, a participação feminina no mundo fabril, dentre outros temas.

Partindo da concepção de que o aluno seja capaz de analisar a sociedade em que vive, pretendemos sensibilizá-los a compreender não somente a História pura e simplesmente, mas o seu reflexo nos desdobramentos da sociedade atual. No Eixo Temático: História das Relações Sociais, da Cultura e do Trabalho, “Propõe-se que as questões atuais sensibilizem os alunos para o estudo do passado. Conhecendo outras realidades temporais e espaciais os alunos podem dimensionar a sua inserção e adesão a grupos sociais diversificados.” (BRASIL, 1998, p. 56).

Um dos objetivos para o 4.º ciclo estabelece que os educandos possam, “refletir sobre as grandes transformações tecnológicas e os impactos que elas produzem na vida da sociedade” (BRASIL, 1998, p. 66). O Eixo Temático: História das Representações e das Relações de Poder reitera a posição referente ao ensino de História expressa no ciclo anterior, segundo o qual: “na História as reflexões partem do presente para melhor compreender o passado.” (BRASIL, 1998, p. 68). Ao analisar questões atuais como, por exemplo, o desenvolvimento urbano da cidade de Aracaju, do Bairro Industrial e a atuação das mulheres na sociedade sergipana e brasileira do século XXI, os alunos com auxílio do professor, serão orientados para fazer conexões entre o presente e o passado para tornarem-se capazes de refletir com uma maior profundidade sobre os conteúdos propostos e sobre as relações sociais em sua totalidade.

Quanto ao Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem uma modificação significativa: a organização dos componentes curriculares por áreas do conhecimento. Esta perspectiva de abordagem possibilita a interdisciplinaridade ao passo em que envolve os conteúdos dos diversos componentes que se relacionam. A área denominada Ciências Humanas e suas Tecnologias engloba a História, a Geografia, a Sociologia e a Filosofia e faz alusões diretas ou indiretas à Antropologia, ao Direito, à Política, à Economia e à Psicologia.

Ainda no que concerne ao Ensino Médio, os PCN, destacam a importância de promover o uso da tecnologia como recurso necessário no processo educacional para as

Ciências Humanas assim como para as outras áreas do conhecimento. As orientações contidas no documento pretendem fazer “uma síntese entre humanismo e tecnologia, em que a mão do homem e o teclado do computador estejam ambos a serviço da construção de uma sociedade mais justa e solidária.” (BRASIL, 1998).

Os PCN, com as suas versões finais entregues nos anos de 1997 (para as 1.^a a 4.^a séries do Ensino Fundamental) e 1998 (para as 5.^a e 8.^a séries do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio), foram destinados às escolas públicas e privadas de todo o país e tinham a meta de possibilitar a aquisição da cidadania por meio da apreensão dos conteúdos considerados necessários. Os parâmetros possibilitaram a adaptação para as diversas realidades do país, o que facilitou a inserção das temáticas relacionadas à História Local. Desta forma, “ao se identificar com seu lugar no mundo, ou seja, o espaço de sua vida cotidiana, o aluno pode estabelecer comparações, perceber impasses, contradições e desafios do nível local ao global.” (BRASIL, 1998).

Outro fator importante dos PCN é que eles demonstraram a importância de utilizar variadas fontes históricas: relatos de pessoas da comunidade, fotografias, objetos, vestimentas, músicas, construções, ferramentas de trabalho, dentre outros vestígios que poderiam ser utilizados para substanciar o estudo de aspectos da História local. Desta forma, os parâmetros orientaram à promoção de uma aprendizagem da História de forma ativa e participativa, compreendendo o aluno como agente na construção do conhecimento histórico com a mediação do professor.

A percepção de que os alunos fazem a sua própria leitura de mundo, ou seja, possuem conhecimentos prévios que podem ser utilizados como parte importante do processo de aprendizagem também está presente nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental. O documento propõe que o estudo da História parta das questões do presente para buscar as conexões com o passado, atendendo a necessidades práticas, concorrendo para, construir ou fortalecer laços identitários, fomentar o sentimento de pertencimento, ajudar a tornar o aluno um cidadão crítico e capaz de participar ativamente da discussão das questões que envolvem a comunidade em que está inserido.

Outro instrumento legal elaborado para balizar as questões relativas aos currículos adotados pelas escolas brasileiras surgiu como parte constituinte da Política Nacional da Educação Básica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) teve a sua versão final

entregue em 2018. O documento possui caráter normativo, ou seja, serve como referência para a constituição dos currículos escolares em todo o território nacional nos âmbitos, estadual, e municipal da Educação Básica com base nas prerrogativas do Plano Nacional de Educação (PNE). A base pretende ajudar a formar uma “sociedade justa, democrática e inclusiva...” (BRASIL, 2018).

A BNCC pretende fazer com que os alunos desenvolvam ao longo dos anos da Educação Básica dez competências gerais, através das “aprendizagens essenciais”. Cada competência, por sua vez, está atrelada ao desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes que ajudarão ao educando a responder a demandas da sua vida prática. (BRASIL, 2018). Estes objetivos fazem parte também da aprendizagem da história, sobretudo no tocante ao uso de referenciais próximos à realidade dos alunos e professores, relacionando-os ao contexto histórico mais amplo. É interessante que o processo de ensino-aprendizagem da História esteja associado às questões do presente para auxiliar o educando a compreender a sua realidade e ajudá-lo a perceber-se enquanto parte ativa da sociedade em que vive. Esta é uma questão que importa ser considerada, pois, pode interferir de forma positiva no desenvolvimento do educando e nas relações que ele mantém com a sua comunidade.

A BNCC tem como proposta, balizar as diversas ações realizadas no âmbito da Educação Básica em todo o território nacional, garantindo o mínimo necessário para que os alunos de todas as regiões do país possam ter assegurados os seus direitos de acesso e permanência na escola, em condições de “igualdade educacional” ainda que as “singularidades [precisem] ser consideradas e atendidas”. Para tanto se faz necessário compreender que “as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos”. Esta diversidade de currículos busca atender às demandas educacionais de cada estado ou município, possibilitando a inserção dos temas pertinentes a cada localidade. (BRASIL, 2018). Ainda sobre a mesma questão, podemos verificar que,

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino... (BRASIL, 2018).

No documento em análise, a habilidade (EF09HI02) propõe “Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954”. Esta habilidade justifica a necessidade de relacionar aspectos da

História Nacional à realidade local para ampliar o escopo das explicações históricas em sua relação com as necessidades das mais diversas localidades do país. A habilidade, (EF09HI05) também defende a necessidade de compreender aspectos relacionados ao lugar em que se vive, segundo ela, o aluno poderá ser capaz de “Identificar os processos de modernização e urbanização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive”. (BRASIL, 2018, p. 429). O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) já atentava para esta questão ao passo em que defendia a necessidade de abrir espaço para inserir no currículo escolar as particularidades de cada região,

...os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996).

A legislação educacional brasileira a partir das últimas décadas do século XX demonstra a necessidade de atrelar uma organização comum de “aprendizagens essenciais” a diretrizes, competências, habilidades e aos currículos formulados para atender aos anseios educacionais das mais diversas realidades do país, desta forma, vale ressaltar a importância de ampliar a quantidade e a qualidade de pesquisas no âmbito da História Local, investir em um ensino que considere a aquisição de competências e habilidades capazes de fomentar nos alunos valores e atitudes necessárias a sua efetiva participação na formação de uma sociedade mais justa e igualitária. É importante também auxiliar ao educando a se reconhecer enquanto agente social e sujeito histórico, pessoa capaz de modificar o curso da sua vida e interferir nos rumos da sociedade, que respeita as diversidades e o meio ambiente. No tópico a seguir discutiremos qual o lugar da História diante das demandas da sociedade atual. Observaremos a importância da História diante da contemporaneidade, procuraremos demonstrar como o professor pode auxiliar aos seus alunos não somente a compreender os objetos de conhecimento propriamente ditos, mas interpretar analiticamente as informações a que tem acesso e o mundo em que vive. Defendemos a importância do professor de História, da sua capacitação profissional constante e da sua valorização profissional como formas de impulsionar o processo educacional. Aprofundaremos estas questões a partir do próximo tópico.

1.2 A EDUCAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA FRENTE ÀS NOVAS DEMANDAS EDUCACIONAIS

A trajetória humana na Terra é marcada pelas descobertas, experimentos, invenções e inovações tecnológicas desde os primeiros ancestrais no período Pré-histórico, este processo continua em curso na contemporaneidade. A apropriação do mundo por meio da transformação da natureza ou mesmo de objetos que já existem por outros aperfeiçoados é uma característica dos seres humanos. A partir das últimas décadas do século XX, e, sobretudo, a partir do século XXI, entretanto, as inovações tecnológicas nos campos das ciências, da informática, da biotecnologia, da química e da nanotecnologia promoveram uma guinada na forma em que os indivíduos se relacionam entre si e com o mundo.

A inserção cada vez mais intensa das novas tecnologias no cotidiano, bem como as relações estabelecidas entre as pessoas que já nasceram sob o signo do novo e as gerações anteriores, transformou diversos fatores da vida humana. Como estas mudanças, sobretudo as inovações tecnológicas e na produção e difusão das informações, têm atingido diretamente a escola, as novas perspectivas educacionais não as podem perder de vista. A educação precisa considerar as demandas atuais, se adequar sempre que possível e prosseguir sendo um importante instrumento de desenvolvimento da sociedade para que não seja menosprezada ou vista como algo ultrapassado e dispensável. Diante da era da informação em que vivemos, ela continua sendo um meio eficaz para auxiliar aos educandos a compreender que as suas escolhas conduzirão o curso de suas vidas e os auxiliarão a se posicionarem socialmente enquanto cidadãos participativos e conscientes dos seus direitos e deveres.

Para que a educação funcione de forma eficiente e alcance as finalidades propostas, vários aspectos interligados necessitam ser postos em prática. É importante, por exemplo, que os educadores possam estar em constante atualização, quanto à sua formação continuada e quanto às suas práticas pedagógicas. Porém, há um evidente descompasso no ritmo de adaptação de grande parte dos professores às novas tecnologias voltadas à educação e a demanda atual, sobretudo a partir do ano de 2020, quando a pandemia do (covid-19) impôs a necessidade do ensino remoto com o uso massivo da tecnologia. Fatores como insuficiência ou má gestão dos recursos financeiros atrasam este processo. Muitos professores tem uma extensa carga horária de trabalho e são mal remunerados, fatores que dificultam uma capacitação para utilizar os meios tecnológicos em suas aulas.

As demandas educacionais das gerações atuais necessitam de respaldo, exigem respostas eficientes, novas questões pedem respostas diferentes. Não se pode negar a interferência da tecnologia no cotidiano, se bem utilizadas elas podem auxiliar no processo de ensino / aprendizagem, se forem desconhecidas e subutilizadas se tornam mais um entrave para a construção de um ensino de qualidade.

Destacamos a necessidade de capacitação dos professores para lidar com as novas tecnologias e melhor aproveitá-las em suas aulas, seja por meio da iniciativa pública, privada ou pessoal, esta é uma realidade que não pode ser adiada. Saber extrair possibilidades, explorar o novo, adaptar-se, mudar conceitos e concepções pode transformar a relação professor/aluno, contribuindo para construir uma aprendizagem que não se restrinja a valores, concepções e padrões pré-estabelecidos, mas que consiga transformar a quem aprende e a quem ensina.

A educação contribui para que o aluno se relacione ativamente com as outras pessoas, ajuda-o a compreender-se enquanto membro da sua comunidade, do seu estado, do seu país e a perceber-se enquanto cidadão do mundo, capacitando-o a encontrar maneiras inteligentes para resolver as questões que fazem parte do seu cotidiano. A escola participa deste processo auxiliando aos educandos a encontrar sentido em sua existência e na educação. A História os auxilia a compreenderem-se enquanto pessoas que constroem as suas trajetórias observando que as suas escolhas, bem como as dos outros membros da comunidade, criam as relações sociais e as concepções de mundo compartilhadas. O ensino de História pode auxiliar no processo de suscitar indivíduos capazes de avaliar o curso da sua vida e de fazer parte das transformações que quer ver na sociedade. O professor contribui para aguçar a capacidade crítica e analítica dos seus educandos, quando, por exemplo, auxilia-os a compreender temas importantes como a política, demonstrando que a mesma é um recurso social imprescindível, embora o seu seja historicamente deturpado no Brasil, em virtude da corrupção e da ineficácia da administração pública. O professor explica que ela é um importante instrumento de atuação social, possibilitando a reivindicação de direitos, assim como o cumprimento dos deveres pelos cidadãos. A atuação do profissional da educação capacitado e socialmente engajado é importante para preparar futuros cidadãos, que sejam igualmente conscientes do seu papel social.

Outro instrumento que pode ser utilizado com objetivo de dotar o ensino de História de sentido é o uso de produções sobre a História Local, que possibilitam fazer levantamentos históricos sobre questões que interferem de modo mais próximo no cotidiano dos educandos, permitindo relacionar presente e passado de forma vívida observando, por exemplo, os monumentos e as vivências das pessoas mais antigas da comunidade, compreendendo que o processo histórico continua o seu curso, auxiliando-os a encontrar sentido em suas existências.

Para alcançar êxito nas questões suscitadas nos parágrafos anteriores e auxiliar aos educandos a irem além da simples apreensão dos conteúdos, o professor de História pode realizar o seu trabalho de forma plural, procurando novos sentidos e possibilidades. Então, planejar aulas, atividades e projetos que explorem temas, conteúdos, fontes de pesquisa e metodologias diferenciadas auxilia a melhor compreensão do que se propõe estudar, já que cada tema resgatado atende a finalidades que poderão atender às demandas atuais e serão capazes de possibilitar efetuar mudanças nas situações do presente por meio da atuação de todos os que fazem parte do processo de ensino/aprendizagem. Problematicando os acontecimentos vividos e compreendendo-os de forma ampla, o educando cumpre com uma finalidade que vai além das exigências escolares, torna-se consciente do seu papel, do seu poder de atuação e de transformação social.

Acreditamos que a História poderá auxiliar o educando a compreender mais profundamente aspectos que contribuíram para constituir a sociedade em que vive, tornando-se capaz de avaliar os seus problemas, as suas limitações e os seus aspectos positivos.

A seguir, veremos fragmentos da História da cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe e do Bairro Industrial, uma das localidades mais antigas da capital sergipana. Pretendemos demonstrar a importância de pesquisar e utilizar as informações sobre diversas localidades no cotidiano escolar, para que os alunos possam compreender que a História pode ser acessada através dos vestígios da cultura material, dos costumes, saberes e monumentos deixados por seus antepassados.

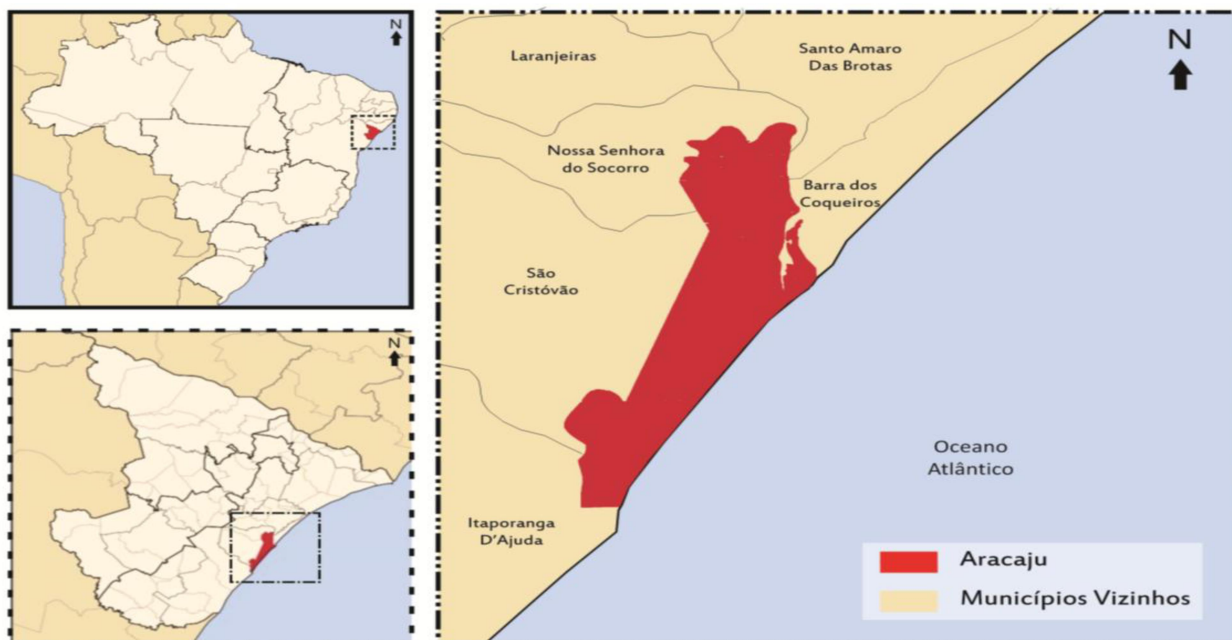
CAPÍTULO II - “À LUZ DA AURORA”- ARACAJU, UM PROJETO AUDACIOSO

2.1 ARACAJU

Pesquisar a História das cidades é resgatar a trajetória do seu povo. As pessoas, os costumes, os lugares, os monumentos e as instituições constituem a cultura de um determinado grupo, sendo elementos que adquirem características únicas, importantes para sedimentar os laços de pertencimento entre os seus habitantes.

O passado comum e os elementos culturais socialmente compartilhados constituem fatores importantes para fortalecer o sentimento de comunidade. Cada localidade possui fatores que contribuem para dotá-la de características peculiares. Aracaju surgiu a partir de necessidades existentes na Província de Sergipe d’el Rey em meados do século XIX, a administração local tinha planos audaciosos para a nova capital. Na fase inicial de povoamento, os primeiros habitantes vinham do interior compondo gradualmente uma nova sociedade que foi se organizando e ganhando características próprias.

Figura 01 : Localização do Estado de Sergipe e da cidade de Aracaju no Brasil



França, 2014.

2.1.1. Aspectos Gerais

Aracaju é a capital de Sergipe, estado localizado na região nordeste do Brasil, banhado pelo Oceano Atlântico. Possui uma população estimada atualmente em 657. 013 habitantes e território de 182,163 km, subdividido em 39 bairros.⁴ O índice de desenvolvimento humano da cidade é de 0,77. (IBGE, 2010). ⁵ Os limites do município são os seguintes: ao norte, o município de Nossa Senhora do Socorro, a leste, o município de Barra dos Coqueiros e o Oceano Atlântico, ao sul, Itaporanga d’Ajuda e a oeste, o município de São Cristóvão. (FRANÇA, 2014, p. 22).

O Estado de Sergipe é banhado por seis bacias hidrográficas: São Francisco, Sergipe, Vaza-Barris, Piauí, Real e Japarutuba, além do Grupo de Bacias Costeiras 1 (GC1) e do Grupo de Bacias Costeiras 2 (GC2) . A cidade de Aracaju é banhada pelos seguintes rios: Vaza Barris, rio do Sal, rio Poxim, rio Pitanga e rio Sergipe. Este último margeia a parte central da cidade e teve grande importância para o seu desenvolvimento desde o contexto da sua fundação a partir da segunda metade do século XIX.

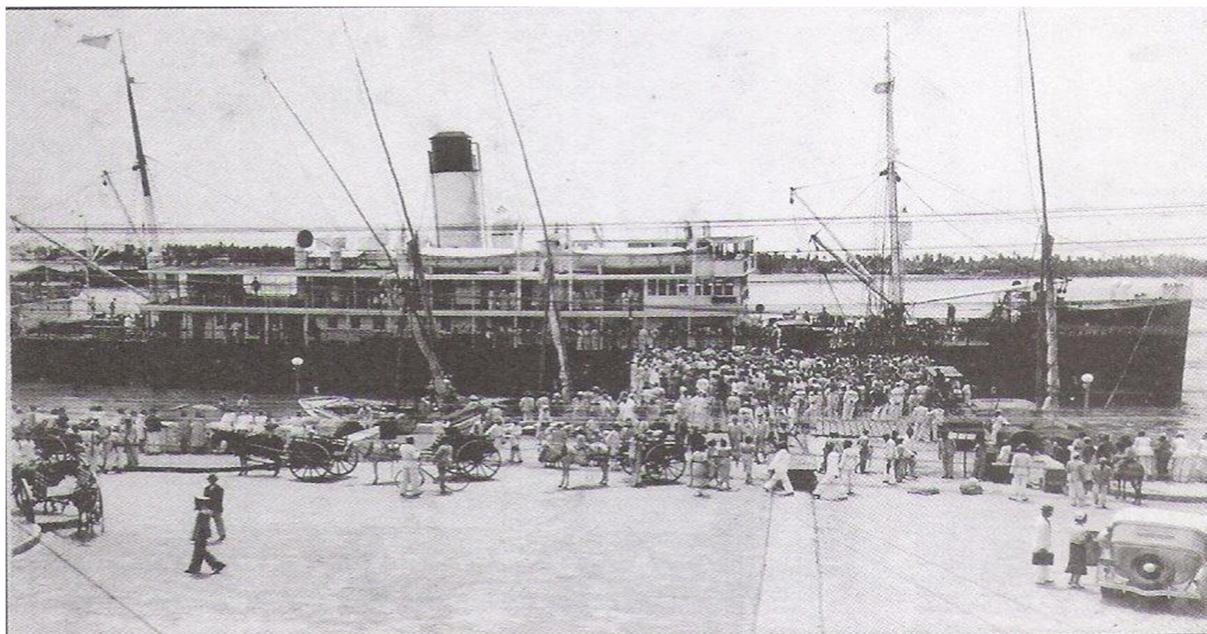
Aracaju está localizada à margem direita do estuário do Rio Sergipe, elemento importante no momento de localização da cidade e na economia municipal, especialmente até a primeira metade do século XX, quando o porto tinha intensa movimentação. A implantação do sistema ferroviário, na segunda década do século XX e, posteriormente, a abertura de rodovias contribuem para o fortalecimento da economia municipal, intensificando os fluxos e dinamizando a vida da cidade. (FRANÇA, 2014, p. 23).

O Rio Sergipe foi fator determinante para a instalação da nova capital. Segundo o Presidente da Província, Inácio Barbosa, o povoado de Santo Antônio do Aracaju tinha “muito boas águas”. Por favorecer os contatos comerciais, a navegação, a pesca e por fornecer água para as necessidades básicas da população aracajuana, o rio tornou-se importante para o desenvolvimento do lugar. Revisitando o contexto do século XIX época da transferência da capital provincial, verificamos a relevância do Rio Sergipe e das condições portuárias que oferecia para a execução do projeto encabeçado pelo Presidente da Província. Segundo Porto (1945) “O fator geográfico na fundação de Aracaju foi preponderante. O pôrto foi a bandeira desfraldada pelos adeptos da idéia da mudança da Capital” (PORTO, 1945, p. 22). O Rio

⁵Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 21/Mar./2020.

Sergipe abrigava o motivo do pretenso sucesso da empreitada da transferência da capital e o porto era um elemento necessário para a realização das transações comerciais do período que eram voltadas à exportação de gêneros agrícolas, especialmente o açúcar.

Figura 02: O Porto de Aracaju



Correio de Sergipe (2005 apud. FRANÇA, 2014).

Além dos fatores explanados, o Rio Sergipe foi importante também para dar suporte às indústrias têxteis que se instalariam em Aracaju a partir do final do século XIX. A proximidade com os rios era vital para o sucesso da indústria têxtil. Necessária em várias etapas do processo de produção de tecidos, “a água era um componente imprescindível para as indústrias têxteis nas seções de branqueamento, tinturaria e estamparia para o resfriamento das máquinas e conservação da temperatura, pontos fundamentais para determinar a qualidade do tecido e a manutenção das máquinas.” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 8). Procuraremos compreender como ocorreu o processo de industrialização de Aracaju, através da análise de fatores históricos e sociais ligados à Fábrica de Fiação e Tecelagem Confiança.

Aracaju tem passado por constantes mudanças em sua configuração territorial, com a ocupação das chamadas áreas de expansão⁶, a população cresce em virtude da natalidade e

⁶ A chamada Zona de Expansão Urbana é uma região em litígio judicial entre os municípios de Aracaju / SE e São Cristóvão / SE visando a demarcação e posse dos territórios. Em decisão do STF ficou estabelecida a necessidade de realizar um plebiscito para consultar aos moradores para que estes decidam sobre por qual município serão geridos. Disponível em: <https://www.destaquenoticias.com.br/stf-suspende-cobranca-de-iptu-na-zona-de-expansao/>. Acesso em: 31/05/2020.

pela chegada de moradores vindos de outras regiões do país e do mundo. Neste panorama, novos e antigos problemas coexistem tornando-se desafios a serem enfrentados pela administração pública e pela população em geral. Sistema de saúde, segurança, educação, economia, saneamento básico, mobilidade urbana, lazer, entre outros, são fatores que precisam da atenção da administração municipal com o apoio do estado, da união, da iniciativa privada e da população em geral.

2.1.2 Aspectos Históricos

Todas as cidades possuem uma história particular que demonstra o seu processo de ocupação e apropriação dos espaços pela população residente. Aracaju é uma capital relativamente recente se formos compará-la a outras do Brasil. Somente a partir de meados do século XIX o lugar que se tornaria o centro administrativo provincial passou a ser efetivamente ocupado como parte da proposta política e econômica semeada pelo governo da Província de Sergipe d'el Rey. O Decreto Provincial n.º 473 de 17 de março de 1855, transferia a administração da cidade de São Cristóvão para o Arraial de Santo Antônio do Aracaju, Inácio Joaquim Barbosa, o Presidente da Província foi o idealizador da transferência.

Embora a cidade tenha uma data inaugural a sua instalação não se deu de uma hora para outra tampouco se processou de forma improvisada. Podemos verificar esta informação no fragmento a seguir. O excerto demonstra que o governo provincial, desde o ano anterior à transferência, instalava órgãos do aparato administrativo onde Aracaju se localizaria,

A partir de Novembro de 1854 a praia do Aracajú [*sic*], perto da foz do rio Sergipe, foi o alvo predileto das providências governamentais. Para ela foram transferidas a Alfandega e a Mesa de Rendas Provinciais; criaram-se aí uma Agência do Correio e uma Sub- Delegacia Policial; pintou-se a atalaia. O porto ia aparecer... (PORTO, 1945, p. 20).

Lançadas as bases para a concretização do projeto de transferência da capital, existiam ecos dissonantes. Havia muita desconfiança diante da iminência da efetivação do plano de Inácio Barbosa. Um dos fatores que contribuíam para o descrédito eram as condições naturais da localidade que abrigaria a nova capital, embora o presidente da província atribuisse a alguns destes elementos o motivo da transferência. No período, o Arraial de Santo Antônio do Aracaju era descrito de forma pouco atrativa. Segundo alguns escritos, o lugar era “obscuro” e “muito pouco citado das crônicas da época”.

O município está assentado sobre terrenos inconsolidados de Sedimentos Quaternários, da Planície Litorânea, com altitudes médias de 4 metros acima do mar. Estas condições ambientais proporcionam a presença de lagoas, riachos, restingas, dunas e manguezais que, ao lado da ocupação urbana, foram sendo pressionados, através de aterros, desmonte de dunas, canalização de riachos, entre outras ações. Na parte oeste do município aparecem terrenos do Terciário, com destaque para a Formação de Barreiras, sendo, portanto, mais elevados. (FRANÇA, 2014, p. 22).

Inúmeras críticas eram feitas às condições de saneamento do povoado, “a praia do Aracaju era, em 1855, uma estreita faixa de terra muito baixa e alagável entre dunas, mangues e pântanos.” (GRAÇA, 2005, p. 28). Ainda assim, a geografia foi fator fundamental para definir a transferência. Porto (1945) destaca que foram justamente as questões geográficas, que tornaram o projeto inaciano vitorioso, segundo ele, os fatores geográficos foram preponderantes. Encontrar uma forma para escoar os produtos de forma eficiente baratearia os custos da produção. A província possuía poucos recursos, não tendo condições para ter uma capital e um porto em lugares separados. Aracaju solucionaria este problema, serviria às duas finalidades ao mesmo tempo. (PORTO, 1945, p. 22)

A mudança da capital se deu por imperativos econômicos e geográficos, neste ponto, a localização litorânea de Aracaju foi fundamental. Com uma economia agroexportadora cujo principal produto era o açúcar, a província dependia do mar para realizar as exportações e para manter a comunicação com as localidades vizinhas. A mudança tornou-se inevitável. (PORTO, 1945, p. 17). “A capital foi arrastada pelo porto”, antigas cidades como São Cristóvão, Estância, Maruim e Laranjeiras que se destacavam economicamente no período foram derrotadas pelas condições portuárias de Aracaju. Portanto, “Aracaju foi uma das mais felizes vitórias da geografia!” (PORTO, 1945, p. 23).

O fragmento a seguir demonstra a importância da produção açucareira para a economia sergipana durante os séculos XIX e XX, correspondendo sozinha a mais da metade das exportações, justificando a necessidade da mudança da capital para baratear os custos com a venda do produto assim como para dinamizar os contatos externos de Sergipe.

Sendo um Estado predominantemente rural, com atividades produtivas principais voltadas para o comércio externo (nacional e internacional), entre os produtos de maior representatividade se destacava o açúcar, que, em 1899, correspondia a 76,51% do valor total das exportações e, em 1929, essa participação ainda atingia 56,98%. (DANTAS, 2016, p. 15)

Mesmo com as justificativas econômicas do presidente provincial, diversas autoridades eram contrárias à proposta. Alguns deputados, por exemplo, não apostavam na viabilidade do local escolhido que aparentava ser um tanto quanto desajeitado para a finalidade determinada. Existiam muitos interesses envolvidos nesta questão, cidades como Estância, Maruim e Laranjeiras se destacavam na economia sergipana há muito tempo. Entretanto, se para muitos, a transferência era uma ideia fadada ao fracasso, não o era para Inácio Barbosa, independentemente das vozes contrárias, o projeto foi levado à frente, de maneira que, “... a onda dos acontecimentos foi avassaladora. A Assembleia, colhida quasi [*sic*] que de surpresa, recebia em seu recinto o projeto elevando o povoado Santo Antônio à categoria de cidade e transferindo para ele a capital da província.” (PORTO, 1945, p. 21).

Nada impediu a marcha do projeto e este foi, finalmente, sancionado em 17 de março de 1855, constituindo um dos atos de mais profunda repercussão na vida sergipana. Foi mesmo uma verdadeira subversão política, econômica e social: deslocou para o norte o centro de gravidade da política local; alterou o intercâmbio das mercadorias e fez declinar núcleos até então florescentes; criou a primeira “cidade livre” de Sergipe. (PORTO, 1945, p. 21).

A cidade nasceu despretensiosa para muitos que não compreendiam como uma localidade pantanosa e insalubre poderia dar lugar ao novo centro administrativo local, mas, grandiosa na mente do seu idealizador, Inácio Barbosa tinha um plano audacioso para Aracaju. Embora tenha surgido da necessidade urgente de subsidiar o desenvolvimento econômico da província, a capital teve a sua instalação programada. Ao contrário de muitas outras cidades que surgiram a partir do povoamento espontâneo, Aracaju foi construída, portanto, se enquadra na categoria de cidade planejada, já que o seu povoamento e instalação obedeceram a um projeto urbanístico.

O encarregado de elaborar o projeto, “Sebastião José Basílio Pirro, capitão de engenheiros, que aqui se achava desde 1848, foi talvez o primeiro engenheiro brasileiro a receber a elevada tarefa de planejar uma cidade nascente.” O projeto, “se resumia num simples plano de alinhamentos”. (PORTO, 1945, p. 36) O traçado original apresentava 32 quadras, com ruas de 110 metros cada, assemelhando-se a um tabuleiro de damas. Entretanto, ainda que o autor demonstre a simplicidade do plano, destaca que a iniciativa de planejar a instalação de uma cidade, assim como lançar determinações de estilo arquitetônico e de conservação a serem cumpridas pelos proprietários dos imóveis, como aconteceu em Aracaju, era algo pouco comum no período.

Os esforços de Francisco Pereira da Silva, prefeito de Aracaju à época e também engenheiro, em conjunto com o trabalho de Basílio Pirro foram necessários para combater “trezentos anos de desordem urbana”. Entretanto, em sua análise, Porto, encontra uma aparente contradição entre as motivações iniciais que moveram os esforços da mudança da capital e o planejamento urbano elaborado pelo engenheiro Basílio Pirro porque “O seu plano negava as razões geográficas e topográficas que tanta influência tiveram em sua fundação.” (PORTO, 1945, p. 41). Ao traçar linhas retas para organizar o arruamento da cidade, os contornos naturais eram desprezados em nome do ideal arquitetônico vigente na Europa do período e que estava sendo adotado em outros lugares.

É importante compreender, entretanto, que embora a capital do Estado de Sergipe tenha sido previamente planejada, outros pontos da cidade foram ocupados aleatoriamente posteriormente, obedecendo a demandas diversas da população, atraída para nova capital pelas oportunidades de trabalho. Ressaltamos também que algumas determinações impostas pelo plano urbanístico e por resoluções provinciais posteriores dificultavam o cumprimento por parte de alguns proprietários de casas da capital. Devido à falta de condições financeiras para executar o que era exigido, muitos preferiram fugir dos olhos das autoridades e fixar moradia em lugares mais afastados.

Para exemplificar o exposto, podemos verificar o que determinava a Resolução Provincial de três de setembro de 1856, que trazia algumas determinações a serem cumpridas pelos proprietários de imóveis da cidade de Aracaju. Foram decretadas, por exemplo, a proibição de fazer telhado de palha e a obrigatoriedade de “caiar”, ou seja, pintar a fachada das casas duas vezes ao ano. A impossibilidade de obedecer a algumas determinações por razões financeiras, fez com que populares migrassem para regiões mais afastadas da parte central da cidade dando origem a novos bairros que surgiram ignorando os ditames estilísticos e excludentes da capital. (PORTO, 1945, p. 41).

É exatamente neste contexto de expansão territorial e populacional que o Bairro Industrial foi formado como pode ser verificado no trecho a seguir: “Nesse processo as reformas foram expulsando os pobres para a periferia. O bairro Chica Chaves, que depois seria denominado de Industrial, foi-se tornando mais populoso.” (DANTAS, 2004. p. 54). Este lugar passou por diversas mudanças em sua nomenclatura ao longo do tempo. Segundo

Porto, nos anos iniciais da ocupação de Aracaju era denominado Massaranduba⁷, na segunda metade do século XX a sua população passou a denominá-lo Chica Chaves. (PORTO, 2011, p. 132). Aprofundaremos a compreensão desta questão ao abordarmos mais detalhadamente alguns aspectos da trajetória do Bairro Industrial na próxima seção.

No século XX ocorreram algumas mudanças importantes em Aracaju e em Sergipe. Sobre tudo a partir da segunda metade deste século houve a chegada de imigrantes vindos de outras partes do país para morar em Aracaju, muitos deles se instalaram em bairros periféricos, passando a viver de forma precária. O aumento populacional foi acompanhado do povoamento territorial de novas áreas, promovendo a especulação imobiliária e aumentando os impactos ambientais. Diante disto, observamos que a infraestrutura urbana não acompanhou o ritmo das ocupações, ocasionando um déficit ou a baixa qualidade na oferta dos serviços públicos para a população. Diante deste quadro, problemas como falta de saneamento básico, mobilidade urbana ineficiente e formação de localidades com moradias irregulares foram se avolumando na cidade. Neste período houve também avanços em alguns pontos, sobretudo nas últimas décadas do século XX. Algumas obras realizadas pela administração municipal e pelo governo estadual, por exemplo, embelezaram a cidade de Aracaju preparando-a para as atividades econômicas ligadas ao turismo. Foram realizadas melhorias na rede viária, facilitando as condições de mobilidade urbana. Porém, muito há que ser feito, as localidades periféricas continuam a conviver com antigos problemas que demonstram a ausência e/ou a ineficácia do poder público.

Em pleno século XXI, Aracaju segue a sua trajetória, continua expandindo os seus limites, desafiando concepções, se desenvolvendo, crescendo, mostrando que, embora tenha problemas e desafios a enfrentar, conseguiu cumprir a finalidade pretendida por seu fundador. Inácio Barbosa ficaria orgulhoso ao ver o quão se mostrou vitoriosa a sua proposta encarada com desconfiança por muitos de sua época.

No próximo tópico analisaremos a constituição e o desenvolvimento do Bairro Industrial, da Fábrica Confiança e da Associação Desportiva Confiança, procurando compreender as relações travadas entre estas instituições, o bairro em que se desenvolveram e a cidade de Aracaju. Analisaremos as seguintes questões acerca do operariado: como viviam?

⁷ Há divergências na escrita do nome primitivo do Bairro Industrial. Duas formas de nomeá-lo (Massaranduba e Maçaranduba) são encontradas, inclusive em obras diferentes de um mesmo autor.

Qual era a relação entre eles e os seus patrões? Qual era a situação feminina no ambiente de trabalho e na sociedade aracajuana da primeira metade do século XX? Finalmente procuraremos compreender qual foi a importância da formação de equipes esportivas para as fábricas e para a sociedade. Analisaremos como estes elementos podem ser considerados para a abordagem dos temas de História Local na Educação Básica.

2.2 “ENTRE APITOS E CHAMINÉS” – MAÇARANDUBA, CHICA CHAVES, INDUSTRIAL.

*“Às cinco horas em ponto o som rouco da sirena da Têxtil cortou os ares. Logo empós, apitou a Sergipana. E os aterros se encheram de operários”.*⁸

Figura 03: A Fábrica Confiança, operários e transeuntes (Sem data).



Disponível em: <<https://www.adconfianca.com.br/memorial.php#gallery-1>> Acesso em: 11 de nov. de 2020.

A cena descrita no excerto da obra literária “*Os Corumbas*” que inicia esta seção, foi por muitos anos, corriqueira no lugar que revisitaremos nas próximas páginas. A fotografia acima demonstra a cena descrita por Amando Fontes, autor do livro.

Passaremos a analisar aspectos da história do Bairro Industrial, uma das localidades mais antigas de Aracaju, marcado por características peculiares que faz parte do imaginário coletivo da cidade. O Rio Sergipe, os pescadores, as canoas, a orla, o Parque da Cidade, o

⁸ FONTES, Amando. *Os Corumbas*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1967, 8ª ed. p. 170.

Estádio Sabino Ribeiro, as casas antigas e modernas, as chaminés das fábricas e um *Shopping Center* compõem o cenário atual. No passado, as fábricas de tecidos e o movimento dos operários marcaram época e caracterizaram este lugar indispensável para entender parte da história da capital de Sergipe.

Figura 04: Vista parcial da Orla do Bairro Industrial e da Ponte Construtor João Alves.



Foto da Autora. 31 de jan. de 2020.

O Industrial é um dos 39 bairros de Aracaju, localiza-se na zona norte, próximo ao centro comercial e administrativo da cidade. O seu povoamento foi acelerado com a mudança da capital da Província de Sergipe d'el Rey da cidade de São Cristóvão para o Povoado de Santo Antônio do Aracaju em 17 de março 1855. Porto (2011) assinala que, “Em uma região próxima à zona central desenvolveu-se a localidade denominada inicialmente, Massaranduba”.

O Massaranduba foi inicialmente ocupado por pessoas de origem simples, em sua maioria, pescadores e migrantes que vinham do interior em busca de melhores condições de sobrevivência. Graça (2005) observa que o processo que levou à ocupação da região se iniciou no século XIX com a formação de uma colônia de pescadores, sendo os casebres as moradias mais comuns no período. A proximidade em relação ao centro da cidade e ao Rio Sergipe eram atrativos populacionais. A pesca era a principal atividade econômica desta população, garantia alimento e renda através da comercialização dos excedentes. A partir do final do século XIX, empresários do setor industrial investiram recursos na localidade, atraindo a população para ocupar os postos de emprego disponíveis.

Neste período a indústria têxtil estava em franco desenvolvimento no país. Em Sergipe a situação era a seguinte: entre 1900 e 1919, as unidades deste segmento passaram de uma para oito. (DANTAS, 2016, p. 17). A produção algodoeira sergipana era significativa possibilitando o fornecimento de matéria-prima abundante e com preço competitivo para o desenvolvimento local deste setor da economia. O fragmento abaixo comprova esta informação.

Dos produtos da lavoura, parece ter sido o algodão aquele que, depois da cana, se tornou o mais cultivado. Se bem que sua participação na pauta de exportação declinasse como matéria-prima (1899-1929), isso se deveu ao fato de ser absorvido em grande parte nas próprias fábricas de tecidos do Estado em franca expansão. (DANTAS, 2016, p. 16)

A tabela a seguir demonstra a situação da indústria têxtil em Sergipe nas duas primeiras décadas do século XX.

Fábricas de Tecidos do Estado de Sergipe (Setembro -1919)							
Cidade	Nome	Firma Social	Capital	N. de Fusos	Operários menores	Operários Adultos	Horas Trabalho
Aracaju	Sergipe Industrial	Cruz, Ferraz e Cia.	1.000:000\$000	10.820	47	813	9
Aracaju	Confiança	Ribeiro, Chaves & Cia.	600:000\$000	8.000	70	353	9
Estância	Santa Cruz	Cia Ind. de Estância	1.250:000\$000	6.000	30	500	9
Estância	Senhor do Bonfim	E. Silveira, L. Ribeiro e D. Ribeiro	800:000\$000	4.800	61	249	9
Propriá	Emp. Indl. de Propriá	Brittos, Menezes e Cia	600:000\$000	3.860	105	235	10
São Cristóvão	Emp. Indl. De São Cristóvão	Azevedo, Amado e Cia	1.050.000\$000	8.100	46	280	9

Fonte: José Joaquim Pereira Lobo. *Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa*, em 07.09.1919, p.

38. (apud DANTAS, 2016, p. 17)

Os dados da tabela acima atestam a importância que a indústria têxtil vinha adquirindo em Sergipe e a sua difusão em alguns municípios do estado, além da capital. Em Aracaju, as duas primeiras indústrias do segmento a entrar em atividade se instalaram no Bairro Industrial. A presença das fábricas foi importante para a trajetória deste lugar, conferiu-lhe características peculiares e gerou esperança de dias melhores para os seus moradores, traziam ares de progresso e desenvolvimento.

Diversos fatores podem ser elencados para compreender a dinâmica das populações humanas desde tempos remotos. A busca por condições favoráveis de sobrevivência comanda o processo de migrações territoriais. A ocupação do Bairro Industrial foi um desdobramento da expansão populacional e territorial da cidade de Aracaju logo após a sua fundação, processo intensificado durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Na seção anterior vimos que Aracaju foi criada através um planejamento urbanístico.

O plano elaborado para o estabelecimento da cidade e os decretos municipais posteriores que versavam sobre a obediência a padrões pré-estabelecidos de arruamento e estilo arquitetônico de residências e estabelecimentos comerciais compeliavam a população economicamente menos favorecida a se afastar do “tabuleiro de xadrez”, como era conhecida a parte planejada da capital. Sobreviver já era algo sacrificante para estas pessoas, manter qualquer padrão em suas moradias era algo impossível. Destarte, a solução encontrada por muitos foi se estabelecer em lugares em que não houvesse a obrigatoriedade de cumprir tais determinações.

Os menos abastados, e não eram poucos, vendo nas novas determinações um empecilho à obtenção de moradias ao alcance de seus limitados haveres, tomaram uma resolução heroica. Gritaram o seu *alea jacta est* e atravessaram...o Caborge, pulando para fora dos limites do “quadro”. (PORTO, 1945, p. 50).

O “quadro” a que se refere o autor era o plano urbanístico da cidade de Aracaju, citado anteriormente, projetado pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro. Procurando meios para sobreviver e suprir as suas necessidades de moradia, trabalho e alimentação, a população expandiu os limites da nova capital. Neste sentido, os bairros Santo Antônio e Industrial se destacaram desde o início do povoamento de Aracaju como importantes lugares de atração populacional e desenvolvimento de atividades econômicas, o excerto a seguir confirma esta informação,

Os escritos históricos sobre Aracaju informam que os bairros Santo Antônio e Industrial disputam o pioneirismo na nova capital. Para alguns, antes mesmo do alto da colina ser transformado na matriz de Santo Antônio, feito de Antônio de Mendonça furtado, já se verificava o transporte de açúcar, lenha e outros produtos através da prainha do bairro Industrial que permitia o aportamento de navios. Isso foi fazendo com que pescadores e, mais tarde, outros moradores decidissem residir próximo à colina. (GRAÇA, 2005 p. 31).

Um fato curioso marca a trajetória do Bairro Industrial. Ao longo da sua história, o mesmo, passou por diversas mudanças em sua nomenclatura. Porto (2011) analisa que o lugar inicialmente conhecido como Massaranduba, ao longo do século XIX passou a ser chamado, Chica Chaves. O autor afirma não haver relatos precisos que comprovem a origem deste nome. O trecho a seguir demonstra como os moradores aderiram à mudança,

Nos primeiros anos da Capital, era chamado de Maçaranduba, como se vê em anúncios de jornais e pedidos de aforamento de terrenos de marinha. No correr da segunda metade do século passado, vai ficando conhecido como Chica Chaves, nome que caiu no gosto do povo e que ainda muito se ouvia nas primeiras décadas do século atual, disputando com os novos nomes aplicados ao bairro. (PORTO, 2011, p. 132).

O nome que durante muito tempo designou a localidade, Chica Chaves, tem referências imprecisas. Há relatos não fidedignos que atribuem sua origem a uma antiga moradora, D. Francisca Chaves⁹, dona de um sítio onde está atualmente localizado o Manuel Preto e o antigo Engenho Velho, no caminho da Getimana. Não se tem comprovação da existência desta personagem, existem apenas relatos e documentos inconclusivos a respeito, entretanto, o seu alegado nome foi um dos que designaram o bairro durante parte dos séculos XIX e XX, permanecendo no imaginário popular por muito tempo. (GRAÇA, 2005, p. 156).

Além dos nomes anteriormente citados, o Bairro Industrial recebeu outros. “O Tecido” e “Siqueira de Menezes” foram outras denominações utilizadas para designar este lugar. Entretanto, estes últimos nomes não contaram com a adesão popular. Porto (2011) analisa o momento em que há uma tentativa oficial de rebatizar o bairro e demonstra o insucesso do intento. Segundo o autor, “a 20 de dezembro de 1913, no governo do General Siqueira de Menezes, sob o impulso do *animus bajulandi*, era festivamente inaugurado o ‘Bairro Siqueira de Menezes’”. Todavia, a intenção de homenagear o Presidente do Estado também não logrou êxito. (PORTO, 2011, p. 132).

⁹ O sobrenome da lendária senhora não deverá levar a concluir algum parentesco com um dos acionistas da Firma Ribeiro, Chaves & Cia., proprietária da Fábrica Confiança, já que as informações sobre a sua existência são imprecisas.

O fator preponderante para a adoção e consolidação da nomenclatura atual, entretanto, foi o entusiasmo da população diante das duas indústrias ali instaladas. A partir do final do século XIX, e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, o Industrial passou a abrigar duas fábricas de tecidos. A Fábrica Sergipe Industrial iniciou as suas atividades em 1884, sendo a pioneira do setor têxtil da província. (PASSOS SUBRINHO, 1983, p. 101) A segunda foi a Fábrica Confiança, que pertencia à Firma Ribeiro, Chaves & Cia., que iniciou as suas atividades em 1908. “O funcionamento da Fábrica Sergipe Industrial, em março de 1884, e o início da construção da Fábrica Confiança, em julho de 1908, fizeram aflorar aos lábios aracajuanos, sob sentimentos de progresso, o título de Bairro Industrial.” (PORTO, 2011, p. 132). A mudança do nome foi oficializada em “13 de Janeiro de 1920, através do artigo 1.º da lei n.º 250, assinado pelo Intendente Municipal Antônio Baptiste Bittencourt”. (GRAÇA, 2005).

As fábricas Sergipe e Confiança eram símbolos do progresso, da modernidade e tornaram-se o orgulho dos habitantes, pois, conferiam a este lugar uma característica peculiar, pois, o Estado de Sergipe no início do século XX mantinha nas atividades ligadas ao setor primário a sua base econômica. Orgulhosos, os moradores adotaram finalmente uma definição ímpar, Bairro Industrial, nome capaz de superar os anteriores e permanecer no imaginário coletivo no século XXI. O sentimento de modernização era compartilhado pelos aracajuanos, o memorialista Mário Cabral, destaca em seus escritos que “Duas modernas fábricas de tecidos enriquecem o parque industrial da cidade: a Confiança e a Sergipe.” Demonstrando o entusiasmo compartilhado pelos habitantes da capital. (CABRAL, 1948, p. 100).

As indústrias de tecido desempenharam papel fundamental na geração de emprego e renda na capital de Sergipe. A economia pouco diversificada e dependente da produção e venda gêneros agrícolas necessitava do desenvolvimento das fábricas para ampliar as receitas estaduais. A remuneração paga aos operários, ainda que insuficiente, movimentava o comércio local. Os salários eram irrisórios, mal permitiam a sobrevivência da classe operária, entretanto, não havia muitas alternativas no período. Aracaju no início do século XX era uma cidade com poucas opções neste sentido. Santos (2017) analisou as condições de vida dos operários em Sergipe, “Os trabalhadores têxteis sergipanos passavam por situações precárias nas condições básicas de vida, que incluíam o acesso aos transportes, as moradias irregulares, a ineficiente assistência médica, poucos itens no vestuário e, principalmente, o aumento no preço dos alimentos.”

Os salários eram insuficientes para sustentar famílias inteiras que deixavam as suas cidades de origem no interior em busca de “uma vida melhor” na capital. Isto pode ser compreendido através da leitura do trecho abaixo. O fragmento da obra, que embora tenha cunho literário, retrata a realidade de muitos retirantes brasileiros.

Foi Josefa quem aventou a ideia de se mudarem para o Aracaju. E enumerava suas razões: ‘Na Capital, havia emprego decente para as duas meninas mais velhas. Era nas Fábricas de Tecidos. Estavam assim de moças, todas ganhando bom dinheiro... Pedro não custaria em conseguir um bom lugar, como ferreiro ou maquinista... Uma outra vida, enfim.’(FONTES, 1967, p. 10).

A migração era a solução vislumbrada por muitas famílias, as fábricas eram um atrativo, o sonho de muitos que acreditavam na mudança de vida, no melhor emprego, na oportunidade de estudar. Mas, de onde vinham os esperançosos migrantes do interior sergipano?

Eram praieiros de S. Cristóvão e Itaporanga; camponeses do Vaza-Barris, da Cotinguiba; sertanejos de Itabaiana e das Caatingas- que, num dia ou noutro, tangidos pela mais áspera miséria, haviam desertado de seus lares, na esperança de uma vida melhor pelas cidades... (FONTES, 1967, p. 19).

O que movia estas pessoas era a esperança de dias melhores, mas a maioria delas se tornava uma massa de trabalhadores mal remunerados e com poucas alternativas para reverter o quadro de dificuldades e dependência socioeconômica. Sem outras oportunidades de trabalho, recebendo pagamentos irrisórios e com o custo de vida elevado, o desemprego de um trabalhador poderia comprometer a sobrevivência de toda a família.

Na capital as condições da população operária não eram as melhores. Ribeiro (2005) destaca que, “os trabalhadores enfrentavam dificuldades de moradia, saúde, alimentação, principalmente nos bairros periféricos, a exemplo do Bairro Industrial, por falta de iniciativas do poder público.” A esperança de progresso, diante da instalação das fábricas têxteis logo pôs em xeque duas situações recorrentes, a exploração da classe trabalhadora pelo poder patronal e a falta de investimentos em políticas públicas capazes de suprir as necessidades mais básicas da população. Analisaremos melhor estas questões adiante.

Além de exercer influência direta na economia, a presença das fábricas possibilitava o surgimento de relações sócio – culturais para as pessoas que nelas conviviam. No ambiente fabril o trabalho era duro e em muitos casos insalubre, mas nele aconteciam os encontros rotineiros que possibilitavam o desenvolvimento de diversas formas de sociabilidades. As indústrias mudavam a fisionomia do bairro, tornavam-no movimentado e vívido, diferente dos

demais da pequena capital. O trecho a seguir, do memorialista Mário Cabral, versa sobre esta questão,

O Bairro Industrial (antigamente chamado Chica Chaves e primitivamente conhecido com o nome de Massaranduba) é o bairro mais romântico da Cidade de Aracaju. Pode não parecer, mas é. Bairro humilde, bairro proletário, bairro de gente pobre. Pela manhã longos apitos chamam os operários para o trabalho. E as ruas se enchem de homens e de mulheres a caminho das fábricas enormes. À tarde saem os operários, em bandos, uma confusão de cores berrantes compondo uma tela bonita, encharcada de vida e de colorido. (CABRAL, 1948, p. 149-150).

Nas linhas anteriores analisamos alguns aspectos da trajetória do Bairro Industrial, lugar que se desenvolveu entre os séculos XIX e XX, continuando a sua trajetória na contemporaneidade. O povo simples, operários e pescadores, deu origem a este lugar, as iniciativas pública e privada atuaram conjuntamente para a instalação das primeiras fábricas de tecido da capital sergipana, alterando a sua fisionomia. A industrialização, ao passo em que gerava desenvolvimento econômico para Sergipe, para Aracaju e para os capitalistas, proporcionava uma vida limitada para o operariado, diante disso, a renúncia às próprias vontades não era resignação, mas, necessidade diante da falta de opções de postos de emprego. Destarte, o trabalho nas fábricas de tecido da cidade de Aracaju nas primeiras décadas do século XX, era tão necessário quanto desgastante para a maior parte dos seus operários em virtude da jornada laboral estafante, da insalubridade dos locais de trabalho, dos baixos salários, da ausência de garantias trabalhistas ou da falta do seu pleno cumprimento.

O Bairro Industrial faz parte da história de Aracaju, do passado e do presente. Contrariando as expectativas dos entusiastas do “progresso”, desenvolveu-se timidamente, tem ares de esquecido pelo poder público, é pouco valorizado pela população aracajuana apesar da proximidade com a área central da cidade e da história que possui. A efetiva “industrialização”¹⁰ não se tornou realidade, contraditoriamente, o fator de diferenciação do bairro no século XX, foi um dos responsáveis pela sua desvalorização em virtude dos impactos ambientais causados pela atividade fabril. Graça (2005) analisa que, “A concentração de indústrias no bairro provocando tráfego intenso e pesado, ruído, vibração e a

¹⁰ Como parte da política de industrialização do país foi criado em 1971, o D.I.A. (Distrito Industrial de Aracaju), para estimular tanto o desenvolvimento da indústria como a ocupação de novas áreas habitacionais. FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Diagnóstico da Cidade de Aracaju**. Relatório Final. Etapa 03. Aracaju: PMA /SEPLOG, 2014. p. 39.

poluição do ar e da água também fizeram com que a área perdesse valor para a atividade residencial das classes médias e abastadas”.

O desenvolvimento necessário ao bem-estar da sua população ofertando infraestrutura adequada, segurança, emprego, renda e oportunidades de lazer são tarefas a cumprir. Graça (2005) analisa a visão da população aracajuana sobre o Bairro Industrial na contemporaneidade, segundo ela, “O próprio bairro, na visão de parte dos Aracajuanos, é lembrado como decadente, pobre e periférico a despeito de abrigar uma atividade geradora de riqueza.” Ressaltamos que ao longo do século XX indústrias de outros segmentos produtivos se instalaram nesta localidade, algumas continuam em funcionamento, outras encerraram as suas atividades.

Embora o Bairro Industrial não tenha se desenvolvido da forma esperada e falhe na prestação de serviços essenciais à população, continua sendo parte importante da história da cidade de Aracaju. Tem um passado atrelado às fábricas de tecidos e a outras atividades industriais. A Associação Desportiva Confiança (ADC), agremiação esportiva composta por proletários fundada em 1936 neste mesmo bairro, alcançou torcida significativa em Aracaju e em outros municípios de Sergipe, sendo um elemento cultural importante do estado. O Estádio Proletário Sabino Ribeiro, praça esportiva da ADC, é parte da paisagem do lugar fazendo lembrar um passado glorioso, entretanto, o atual estado de abandono é um aspecto marcante na localidade, o passado glorioso e promissor entra em conflito com a realidade atual com ares de decadência.

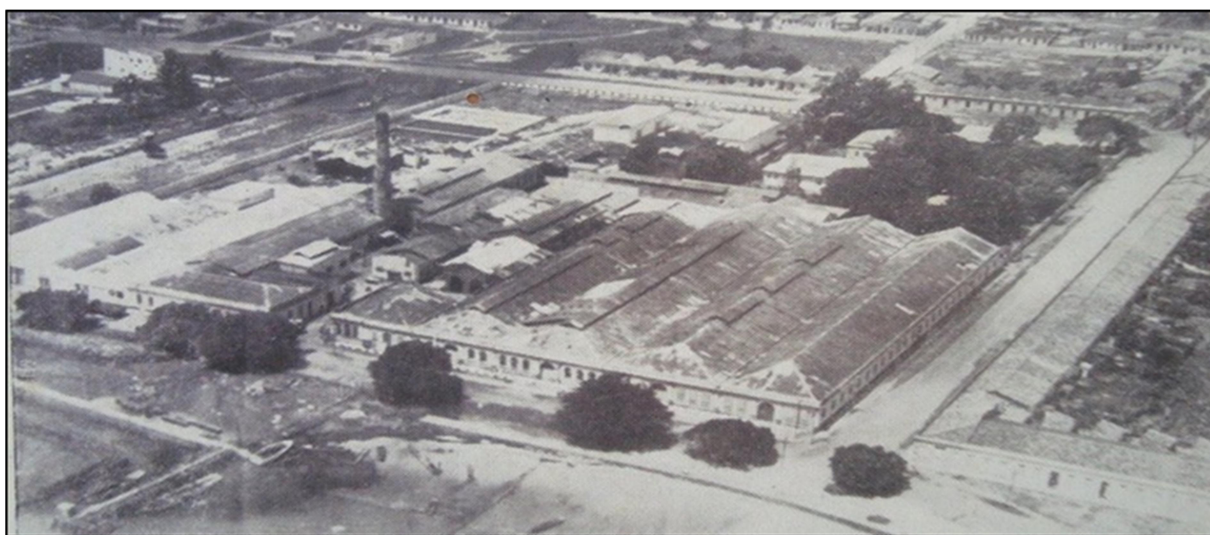
Outras localidades da cidade padecem dos mesmos males. A oferta dos serviços públicos se mostra ineficaz, sobretudo nas regiões periféricas. Há muito a ser feito para que Aracaju possa oferecer qualidade de vida à maioria dos seus habitantes.

No próximo tópico passaremos a analisar como se deu a constituição e o desenvolvimento da Fábrica Confiança, avaliaremos quais papéis esta instituição desempenhou no Bairro Industrial e na cidade de Aracaju. Compreenderemos que a sua atuação foi além do campo econômico, a fábrica teve papel de destaque na sociedade aracajuana, participou ativamente da consolidação de uma nova forma de relacionamento entre patrões e empregados em Sergipe, originou a Associação Desportiva Confiança, faz parte do imaginário da população aracajuana e do Estado de Sergipe.

2.3 “ARES DE PROGRESSO!”- A FÁBRICA CONFIANÇA.

No início do século XX existiam em Sergipe algumas indústrias de tecidos em funcionamento, duas das maiores deste segmento estavam localizadas em Aracaju. As fábricas Sergipe Industrial e Confiança dinamizavam a economia do Bairro Industrial e da cidade, as suas imediações eram movimentadas pela presença dos operários e moradores do lugar. Feiras-livres foram instaladas no entorno das fábricas, desenvolvendo um intenso comércio local. (GRAÇA, 2005, p. 62). A presença das fábricas com as suas chaminés expelindo fumaça, com os seus apitos rompendo o silêncio e chamando os operários para o trabalho, alteraram o cotidiano do bairro pacato e da pequena capital.

Figura 05: Vista aérea da Fábrica Confiança (Sem data).



Disponível em: <<https://www.adconfianca.com.br/memorial.php>> Acesso em: 21 de mar. De 2020.

O modelo fabril importado da Inglaterra, nação pioneira da Revolução Industrial no século XVIII, foi replicado em várias cidades do Brasil a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX. Além da fábrica outras construções compunham o cenário, servindo para controlar vários aspectos da vida dos operários. Um verdadeiro complexo se instalava no entorno das indústrias: vilas operárias, escolas, creches, consultórios médicos, consultórios dentários, salões de jogos e de festas, cinemas, refeitórios, associações recreativas e desportivas faziam parte do aparato social garantido por várias companhias do país, assim como ocorreu na Fábrica Confiança.

A Firma Ribeiro, Chaves & Cia., uma comandita por ações, era a proprietária da Fábrica Confiança que iniciou suas atividades em 18 de outubro de 1907 na zona norte de Aracaju em uma região próxima ao centro administrativo e comercial, sendo a segunda do setor têxtil da capital e do Bairro Industrial. Após um século de existência, a fábrica encerrou as atividades em 2009, no ano seguinte foi instalada em seu prédio a indústria Santa Mônica Têxtil. A partir de 2012 a empresa italiana *Almaviva* passou a ocupar a parte ociosa da edificação que foi modificada para abrigar uma central de *telemarketing*. (ANS, 2013 apud. SCARANTO; SILVA, 2018, p. 16).

Um dos principais acionistas da Fábrica Confiança era o Coronel Sabino José Ribeiro, filho de lavradores de cana-de-açúcar do município de Siriri. Era a figura de destaque nos anos iniciais de funcionamento da fábrica. Desde criança os seus pais apostaram na educação e custearam seus estudos particulares na cidade de Nossa Senhora das Dores. Cedo ainda passou a trabalhar em atividades ligadas ao comércio, posteriormente foi para a região Amazônica para aproveitar a alta na produção da borracha. A experiência garantiu o aporte de recursos necessários para iniciar suas atividades comerciais em Sergipe. Inicialmente na Vila de Santa Rosa montou a sua primeira casa comercial que não satisfaz as suas expectativas. Mudou-se para Maruim onde se associou à casa comercial do Sr. Pedro Barreto Pedrosa Freire. Casou-se em 1899, com D. Joana Ribeiro com a qual teve três filhos.

Em 1904 foi eleito intendente deste município onde se destacou como administrador, Sabino Ribeiro investiu na instrução pública criando uma escola noturna para a alfabetização dos operários. Ao final do mandato, transferiu-se para Aracaju onde pretendia investir no setor têxtil. O anúncio a seguir demonstra que antes de ingressar no ramo da produção de tecidos, Sabino Ribeiro mantinha outras atividades comerciais em Sergipe com as quais acumulava o capital necessário para investir no setor que viria a gerar grandes lucros em breve,

Chamamos atenção dos padeiros desta capital e aos interessados do Estado para o annuncio de farinha de trigo que na secção competente faz a firma Sabino Ribeiro & Comp. (...) Recommendamos, portanto, a farinha das marcas que anunciam Sabino Ribeiro & Comp., como capaz de satisfazer melhor a freguesia, preenchendo todos os fins desejados. (FARINHA..., 1907).

Em 1907, Sabino José Ribeiro associou-se a Teixeira Chaves, João Silveira e Félix Pereira fundando Firma Ribeiro, Chaves & Cia, que era proprietária da Fábrica de Fiação e

Tecelagem Confiança. O fragmento a seguir é parte do documento noticiado em um periódico sergipano que demonstra o momento em que é constituída a sociedade que dá origem à fábrica de tecidos:

Os abaixo assignados, constituindo uma sociedade commanditária por acções, sob a firma Ribeiro, Chaves & Comp., denominada “Fábrica Confiança” estabelecem e aprovam os seguintes Estatutos, pelos quaes se regerá a sociedade: Art. 1- É formado pelo seguinte contracto uma sociedade em comandita por acções, da qual são socios gerentes, pessoal e indefinidamente responsáveis, Sabino José Ribeiro, Manoel Teixeira Chaves de Carvalho e a Firma Teixeira & Silveira, brasileiros, negociantes, moradores em Aracajú; e são socios comanditários, de responsabilidade limitada às acções que subscreverem, os declarados adiante e no fim assignados. (CONFIANÇA, 1907).

O início das atividades da fábrica consolidou um marco para o Bairro Industrial. As duas unidades fabris ali instaladas contribuíram para o desenvolvimento econômico da cidade e do estado gerando milhares postos de trabalho, fator atrativo para famílias do interior que lutavam contra as dificuldades econômicas e tinham expectativas de uma vida promissora na capital. O tempo mostraria que a vida operária não seria fácil, ainda assim, as fábricas representavam uma possibilidade de sobrevivência para a população pobre. Amando Fontes, em “*Os Corumbas*”, lança sua visão literária sobre essa problemática tão premente,

O vento fustigava - lhes o rosto: a chuva fria arrepiava a epiderme. E, no entretanto [*sic*], marchavam, marchavam sem parar...Iam em busca do pão. Um negro pão, que a troco de trabalho, lhes forneciam as Fábricas de Tecidos. Elas estavam lá, acaçapadas e enormes. Eram duas: a da Companhia Sergipana de Fiação, que o povo cognominava a Sergipana, e a da Empresa Têxtil do Norte, apelidada simplesmente de Têxtil. Todos os dias, os seus grandes portões, escancarados, tragavam para mais de três milhares de operários. (FONTES, 1967, p. 18-19).

Outro fator a ser considerado no que tange ao sucesso inicial das indústrias têxteis da capital sergipana, era que o cultivo algodoeiro se destacava na economia da Província de Sergipe d’el Rey desde o século XIX quando realizava exportações expressivas para os Estados Unidos da América, ampliadas em virtude da “Guerra de Secessão (1861-1865)”. Por conta do conflito, durante alguns anos a produção algodoeira em Sergipe chegou a ser a principal atividade econômica, o fenômeno ficou conhecido como a “febre do ouro branco”. Em outros períodos era a segunda atividade em expressividade econômica de Sergipe ficando atrás da produção açucareira. (PASSOS SUBRINHO, 1983, p. 32-33). Diante do processo de industrialização do Brasil, a partir do final do século XIX a produção algodoeira teve grande importância para abastecer a indústria nacional:

A indústria têxtil nacional em expansão, criou-lhe um novo mercado, impedindo a total decadência da cultura algodoeira. Na década de 1890, o governo federal impôs elevada tarifa alfandegária sobre o algodão importado, reservando, para fins práticos, o mercado nacional aos produtores locais. (PASSOS SUBRINHO, 1983, p. 101).

A indústria têxtil sergipana se beneficiou da produção local do algodão, a sua abundância e a compra realizada diretamente dos fornecedores foram fatores que garantiram a competitividade do preço dos tecidos produzidos em Sergipe. Os produtores sergipanos foram os responsáveis pelo estabelecimento das primeiras fábricas têxteis da província, o que garantiu um forte mercado consumidor para o algodão local. (PASSOS SUBRINHO, 1983, p. 101).

A primeira indústria têxtil instalada na Província de Sergipe d'el Rey foi a Sergipe Industrial, no ano de 1884, de propriedade da Firma Cruz & Cia, na cidade de Aracaju. (PASSOS SUBRINHO, 1983, p. 101). A segunda indústria do ramo na capital foi a Fábrica Confiança, que iniciou as atividades em 1907. A seguir, procuraremos compreender alguns aspectos do cotidiano dos operários desta fábrica, revisitaremos questões que ampliam a compreensão do contexto analisado.

Pretendemos responder às seguintes questões: como podemos relacionar a instalação Fábrica Confiança ao processo de urbanização e de industrialização do Bairro Industrial e da cidade de Aracaju? Como eram as relações entre a classe patronal e os operários? Quais eram os serviços sociais oferecidos pela fábrica e quais os motivos e consequências desta oferta para os trabalhadores? Qual era a importância dos desportos para a fábrica e para os operários? E, finalmente, como era o cotidiano das mulheres nesta unidade produtiva? As respostas a estas indagações são cruciais para a nossa pesquisa.

Para compreender os aspectos que serviram de ponto de partida para os questionamentos anteriores, precisamos analisar o impacto da industrialização no estado. O avanço da industrialização em Sergipe trouxe desenvolvimento econômico, aumentou as receitas estaduais, promoveu o enriquecimento da classe capitalista e a ampliação do seu prestígio social, porém, para o operariado não havia motivo para comemorações, o aumento da produtividade nos teares ou a modernização do maquinário fabril pouco representava em retorno financeiro e melhoria das condições de vida para a classe trabalhadora. A situação do operariado era tão grave que o salário mal garantia o alimento, sendo pauta frequente nos noticiários que expunham as mazelas e demandas desta categoria profissional na imprensa

sergipana. No fragmento a seguir, o Jornalista Orlando Dantas, avalia a situação da industrialização no Estado de Sergipe e chama a atenção para a necessidade da melhoria salarial para a classe trabalhadora,

...Ora, o nosso parque industrial já tem uma significação econômica, que bem representa um razoável esforço do nosso povo. Nos vários setores industriais, do nosso Estado, trabalham cerca de 22.000 operários, de ambos os sexos. Mesmo assim, diariamente, deixam o Estado dezenas de indivíduos, a procura de trabalho mais compensador, em outros Estados. Destarte, a nossa população é estacionária e o enriquecimento do povo não se processa como era de desejar... (INDUSTRIALIZAÇÃO, 1949).

Ao final da década de 1940 a atividade têxtil estava consolidada no estado e se destacava na geração de emprego, porém, as reivindicações por melhorias salariais continuavam a ser pauta frequente na imprensa, pois, a despeito do crescimento da indústria a situação do operariado não melhorava. Vejamos a seguir um panorama do setor têxtil sergipano e a discrepância entre o aumento dos lucros das indústrias após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o percentual de ajuste que era repassado ao operariado.

O nosso parque industrial de tecidos representa, sem dúvida, um grande esforço de trabalho, pois ocupa atividade de 10.000 operários, sendo maioria do sexo feminino, e com uma produção anual, superior a 50 milhões de metros. O consumo de matéria-prima anda pela casa de 6 mil toneladas de algodão. (...) As fábricas estão localizadas em Aracaju, São Cristóvam, Estância, Riachuelo, Maroim, Propriá e Neópolis. (...). O valor da nossa produção de tecidos é superior a 200 milhões de cruzeiros e representa a maior econômica [*sic*] do Estado. Com a guerra última, os preços se elevaram a mais de 300%, permitindo lucros fabulosos aos seus proprietários, enquanto isso, os salários mantiveram a mesma relação, pois o salário oscilava entre 12 e 15%. (INDÚSTRIA....., 1949).

Os fragmentos acima demonstram um fator importante com relação às questões de emprego e renda da população sergipana. A situação dos trabalhadores não era satisfatória, o que ocasionava a partida para outros estados em busca de melhores condições porque ainda que as indústrias tivessem uma significativa participação na economia em Sergipe, não garantiam uma sobrevivência digna aos seus operários.

Para minimizar os efeitos nocivos da baixa remuneração do operariado, algumas indústrias brasileiras do início do século XX forneciam serviços de amparo social para os seus empregados. A opção por prestar auxílio social ao invés de ajustar o salário corretamente ocorria em virtude dos incentivos fiscais que eram destinados às companhias que adotassem estas medidas. As “benesses” não satisfaziam o operariado, pois, os descontos para a

manutenção dos benefícios eram realizados de forma compulsória na folha salarial, deixando os trabalhadores sem opção e com um dinheiro que não garantia a manutenção das suas necessidades básicas. Atendimento médico, odontológico, escolas, creches, moradias, armazéns, cinemas, associações recreativas e desportivas compunham o ambiente de diversas companhias fabris do período. Santos (2017) demonstra o descontentamento de alguns trabalhadores das fábricas de Sergipe com esta prática. De acordo com as suas análises, “Muitos compreendiam que a assistência social não era gratuita, pois, havia o desconto mensal e, assim, o salário ia diminuindo. No final, quem pagava esses benefícios eram os próprios operários, que não podiam questionar e já recebiam o pagamento com o considerável desconto.” (SANTOS, 2017, p. 145).

A defesa da oferta de serviços sociais pelas fábricas esbarrava no fato de que o salário restante mal dava para suprir as necessidades básicas, obrigando os trabalhadores a fazer malabarismos para sobreviver. Fazer hora extra e tentar empregar toda a família, até mesmo os mais jovens para tentar manter uma vida digna eram algumas práticas neste sentido. As questões salariais, assim como alguns abusos de poder sofridos pelos operários por parte dos seus superiores tornavam a fábrica um ambiente hostil. Diante da situação de pobreza, os operários culpavam seus patrões, ávidos para fazerem crescer a margem de lucro das suas empresas e insensíveis às demandas mais legítimas dos responsáveis imediatos pelo aumento da produção. (SANTOS, 2017, p. 145).

A respeito da questão salarial, a *Gazeta Socialista*, periódico sergipano em 1949, “ouve em rápida ‘enquete’ trabalhadores de diversas profissões, acerca da questão do aumento de salários – Todas as classes são unânimes em afirmar: é preciso aumentar os salários.” (COM..., 1949). Esta era a situação da classe trabalhadora sergipana em meados do século passado, o aumento salarial era questão que não podia ser adiada, assunto presente nas conversas e nas matérias jornalísticas. Na mesma reportagem podemos compreender a gravidade da situação,

O custo de vida sobe dia a dia. E num crescendo assustador vai levando a miséria a todos os lares proletários. Os trabalhadores recebem como remuneração à dura jornada cotidiana um salário que não lhe permite adquirir os gêneros de primeira necessidade para a manutenção de sua família. (COM..., 1949).

Diante de todas as situações aviltantes pelas quais passavam os trabalhadores sergipanos neste período, a fome era a pior delas e motivo de revolta chegando a gerar o

adoecimento da população em virtude das carências nutricionais. O fragmento a seguir demonstra a extremidade a que se chegava, “os inquéritos aí estão demonstrando, que aumenta o numero de tuberculosos, motivado pelo estado permanente de fome, porque os salários percebidos não atendem às necessidades mais urgentes da classe operária” (INDÚSTRIA..., 1949). Santos (2017) analisa a má remuneração em Sergipe, “O principal motivo da precariedade das classes proletárias era a estagnação dos salários e que, com isso, tinham baixo poder aquisitivo.” (SANTOS, 2017, p. 145).

Assim, observamos que a oferta de serviços para alguns operários das fábricas neste contexto é uma questão que precisa ser avaliada cuidadosamente para que possamos compreender o fenômeno de forma ampla, sem conclusões apressadas. Ressaltamos também que “As coisas não mudaram por puro beneplácito dos proprietários das fábricas e dos governantes. A classe operária teve um papel significativo porquanto lutou e engajou-se nos problemas que a afetavam.” (GRAÇA, 2005, p. 48). Governos, industriais e proletários foram corresponsáveis pela execução de ações que levaram à construção de creches, escolas e moradias nas fábricas. Acreditava-se que a oferta dos benefícios sociais incentivaria o aumento da produtividade e diminuiria a animosidade da classe trabalhadora, fatores que precisamos considerar. Os trabalhadores continuavam a lutar por dignidade e pelo direito à assistência das suas necessidades básicas.

Santos (2014) destaca a atuação do operariado na busca pela conquista de direitos, “Os Operários da fábrica Confiança, apesar do controle disciplinar, constituíam-se como agentes de transformações sociais e lutavam politicamente contra a exploração do capital/trabalho e a sujeição aos mandos do patrão.” (SANTOS, 2014, p. 21). O autor demonstra que embora houvesse um rígido controle por parte da classe dirigente sobre os corpos dos operários havia também a resistência e a luta destes por melhores condições de vida.

Analisaremos a seguir algumas ações promovidas pela direção da Fábrica Confiança no tocante à oferta de serviços sociais aos seus operários. Veremos como era composto o complexo fabril e quais eram os impactos e a importância dos serviços sociais na vida dos operários da fábrica. Avaliaremos quais eram os critérios para a oferta da moradia na vila operária e o impacto das escolas, creches e dos desportos na vida dos operários.

2.3.1 – Trabalho e cotidiano: vidas operárias

Em grande parte das cidades brasileiras do início do século XX a urbanização em fase inicial não oferecia os fatores necessários para que a maior parte da população tivesse a garantia das suas principais necessidades como saneamento básico, rede de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica. Neste momento, a infraestrutura existente no entorno de muitas fábricas era um fator a mais que atraía a classe trabalhadora. Além da oferta de emprego existia a possibilidade, para alguns operários, de morar nas casas construídas pelas companhias. As unidades habitacionais possuíam energia elétrica, água encanada e sistema de esgoto, no período em que a oferta destes serviços não era garantida para a maior parte da população das cidades do país.

Figura 06: Casas com fachadas que remetem ao passado no Bairro Industrial.



Foto da autora: 16 de fev. de 2021.

Porém, precisamos atentar para algumas questões. Uma delas é que nem todos os trabalhadores moravam nas vilas operárias. As fábricas que adotaram o modelo inglês de desenvolvimento estabeleciam critérios diferenciados para oferecer moradia aos seus trabalhadores. Em algumas delas, somente os operários mais graduados poderiam residir nas vilas operárias, em outras, o critério utilizado era número de familiares, quanto mais “braços” para operar as máquinas, maiores as possibilidades de conseguir lugar na vila. (GRAÇA, 2005, p. 49) (OLIVEIRA, 2006, p. 11).

Através de “concessões” como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas, o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais consistente,

sistemático e globalizante. Procura-se destilar, juntamente com estes “benefícios”, a ideia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma “comunidade”, lutando por interesses comuns. (RAGO, 1987, p. 34).

Outro ponto a ser considerado no que tange à oferta dos serviços sociais pelas indústrias é o relatado no fragmento acima. A concessão dos “benefícios” poderia representar também uma tentativa de sufocar manifestações, de silenciar uma classe proletária cada vez mais numerosa que vivenciava um cotidiano de dificuldades e pressões de todas as ordens. A figura do “bom patrão” era um mecanismo utilizado para acalmar a animosidade em meio à classe trabalhadora.

Grande parte dos operários que trabalhavam na Fábrica Confiança morava nos bairros que estavam no entorno da fábrica ou no próprio Bairro Industrial, poucos moravam nas casas da empresa. Mesmo na vila operária as condições de moradia da maior parte dos moradores não eram satisfatórias. O fragmento a seguir reforça esta afirmação, “Tirando um pequeno número de operários que viviam nas casas das vilas, geralmente, aqueles mais graduados e que ocupavam postos de chefia, a maioria das moradias dos operários apresentava péssimas condições.” (GRAÇA, 2005, p. 49). Um dos principais fatores considerados para a ocupação das casas nas vilas operárias era o número de familiares que trabalhavam na fábrica. Na Confiança, “De acordo com o regimento, certas regras deveriam ser seguidas para que um operário pudesse morar em uma casa de propriedade da fábrica, por exemplo, o beneficiamento de famílias com mais de três membros.” (SANTOS, 2014, p. 103). Nesta empresa, mesmo os operários pouco graduados poderiam morar na vila operária, “O dono da empresa Confiança destinava certas casas para operários que não eram especializados, ou seja, como marceneiros e fiandeiras.” (SANTOS, 2014, p. 104). Neste caso valia o critério do número de familiares que trabalhavam na fábrica.

Analisando a oferta de moradia aos trabalhadores pelas indústrias brasileiras do final do século XIX e primeira metade do século XX, refletimos sobre as consequências geradas por esta medida para as famílias atendidas, observamos haver pontos positivos e negativos a serem considerados.

Residir em uma casa com uma estrutura minimamente decente em um contexto de dificuldades financeiras e em que grande parte das moradias era extremamente simples, seria algo positivo, assim como o fato de não precisar se deslocar por longas distâncias para chegar até o trabalho. Porém, os operários que viviam nos domínios da empresa estavam sobre

constante vigilância. A vila, assim como a fábrica, era regida por normas a que todos deveriam obedecer, servindo como uma extensão do ambiente de trabalho.

Através das nossas análises sobre a concessão de moradias por algumas indústrias brasileiras durante a primeira metade do século XX, sobretudo no caso da Fábrica Confiança, em Aracaju, Sergipe, concluímos que morar em uma casa que pertencia à fábrica não poderia ser considerado algo totalmente positivo porque tinha as suas contrapartidas. Existiam critérios para a ocupação das moradias, muitas destas residências não forneciam uma estrutura satisfatória. Ademais, morar em uma vila operária poderia deixar o trabalhador mais dependente dos patrões e sujeito à vigilância constante.

2.3.2 - Trabalho & Educação: escolas e creches operárias em Aracaju

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por esforços em todo o país para a ampliação do sistema escolar. Em Sergipe, várias associações foram criadas com a finalidade de instruir a população, “o Club Esperanto (1906), o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo (1916), o Club Esportivo Feminino (1919), Hora Literária (1919) e a Academia Sergipana de Letras (1929)”. Entretanto, a escolarização no estado da virada do século XIX para o século XX era incipiente e atingia a uma parcela seleta da população. Em 1889 somente 2% da população sergipana estava matriculada no ensino primário. Quatro décadas após, ou seja, nos anos 1930 os índices pouco se alteraram e apenas 3% da população atendia a este critério. Em contrapartida, a população aracajuana cresceu expressivamente na década de 1920, por fatores como a migração do interior do estado e a atração pelos postos de empregos gerados pelas duas fábricas têxteis instaladas na capital, a Sergipe e a Confiança. (FREITAS, 2003, pp. 31-32)

As escolas operárias surgem no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX, no contexto da industrialização no país, como parte dos serviços sociais disponibilizados para os operários de diversas indústrias. As pressões exercidas por grupos de operários com o auxílio das entidades de classe, a legislação trabalhista vigente e a necessidade de melhor preparar um operariado em grande parte analfabeto, contribuíram para a inauguração de algumas escolas nestes moldes em diferentes lugares do país. A manutenção das escolas operárias tinha ao menos duas finalidades que favoreciam também à classe

patronal neste período: garantia a isenção fiscal da empresa e possibilitava a admissão de menores de 14 anos, fornecendo-lhes o certificado escolar para o ensino elementar. (GRAÇA, 2005, p. 84).

Além dos fatores acima elencados existe outro a ser considerado. A manutenção das escolas operárias, assim como das demais construções e serviços oferecidos pelas fábricas têxteis em Aracaju, estreitava a relação entre os patrões e os operários servindo como mais um instrumento de controle presente no espaço produtivo e no âmbito educacional. Obviamente, as instruções transmitidas nestas escolas tinham o objetivo de promover a melhoria no trabalho executado pelos operários, assim, não visavam à formação de cidadãos capazes de questionar a ordem vigente, mas, a ela se acomodar sem questionar. Pretendiam também criar entre os operários o sentimento de gratidão por mais este “presente” recebido.

A escola operária tinha funções fundamentais no contexto analisado. Atendia a necessidades imediatas como a alfabetização do operariado. Visava o futuro preparando trabalhadores especializados, formava os filhos dos operários em funções que, em um futuro próximo, abasteceriam a fábrica com pessoal capacitado para o trabalho. Assim, as instruções que os alunos recebiam em tais escolas, seguiam os princípios almejados pela direção da fábrica para os seus futuros trabalhadores. (SANTOS, 2014, p. 94).

Uma das escolas operárias que existiram em Aracaju foi o Grêmio Teixeira Chaves, instalado em um imóvel de propriedade da Fábrica Confiança. Esta escola se destinava aos operários desta indústria e fornecia o curso primário. Duas outras escolas operárias foram criadas na capital com a participação da direção da Fábrica Sergipe Industrial: a Escola Horácio Hora, (O COS - Centro Operário Sergipano também contribuiu para a abertura desta unidade educacional) e o Grupo Escolar José Augusto Ferraz fundada em 1926 em um terreno doado por Thales Ferraz, proprietário da fábrica. (GRAÇA, 2005).

O Centro Operário Sergipano (COS) era um órgão associativo e mutualista que congregava os operários associados do estado prestando auxílio em casos de doenças, acidentes, na velhice e morte. A entidade atuou de forma incisiva na implantação das escolas operárias em Sergipe. Empreendeu esforços para a abertura da primeira escola nestes moldes no estado, inaugurada em 1911 com funcionamento inicial no salão da Fábrica Sergipe Industrial. A partir de 1914 a escola passou a se chamar Horácio Hora, em homenagem ao ilustre pintor sergipano. Para a abertura da escola, o COS realizou intensa campanha

veiculada no jornal “*O Operário*” conclamando toda a sociedade sergipana para o esforço de inaugurar a primeira escola operária. A Escola Horácio Hora, mantida pelo (COS), visava atender às principais demandas educacionais fornecendo o ensino noturno para reverter os índices alarmantes de analfabetismo dos operários da Sergipe Industrial e da Fábrica Confiança. (RIBEIRO, 2011, pp. 2-3).

Figura 07: Fachada da Escola Estadual José Augusto Ferraz.



Foto da autora: 16 de fev. de 2021.

Inicialmente, a escola operária contava com a contribuição de pessoas da sociedade em geral. Ao longo dos anos, a ajuda financeira diminuiu afetando o seu funcionamento, assim, os governos municipal e estadual se tornaram os principais mantenedores da entidade educacional, com alguns intelectuais, comerciantes e políticos do estado.

A partir de então, qualquer pretensa autonomia de atuação da escola operária diante da sociedade e das situações que permeavam a vida dos operários era praticamente impraticável. Dependente, a escola perdia a capacidade de atuar em prol da classe que visava instruir, embora os discursos proferidos pelos intelectuais da época versassem sobre a possibilidade da emancipação da classe trabalhadora por meio da educação.

Após a Revolução de 1930 a Escola Horácio Hora passou ao controle do governo estadual e somente com o fim do Estado Novo em 1945, a instituição voltou a ser controlada pelo COS. Em 1964 após o Golpe Militar, a unidade de ensino teve as suas atividades

encerradas devido ao receio das autoridades de que o lugar abrigasse militantes comunistas ligados ao movimento operário. (RIBEIRO, 2011, pp. 8-11).

Em relação à instalação e a manutenção das escolas operárias de Aracaju, a médica Itala Silva de Oliveira (1897-1984) teve uma atuação importante. A doutora Itala cursou sua Instrução Primária no Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Aracaju e a Instrução Secundária no Colégio Atheneu Sergipense. Foi a primeira médica do Estado de Sergipe, graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1927. Resgatamos a figura da doutora Itala por compreender que ela teve importância fundamental no âmbito educacional sergipano, esta foi a sua atividade profissional inicial. (FREITAS, 2003, p. 15).

A doutora Itala reivindicava a necessidade da instrução para os trabalhadores, para as mulheres e a instalação de escolas noturnas. (GRAÇA, 2005, p. 85). Era secretária da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, publicava constantemente artigos nos quais defendia os seguintes temas: a instrução pública, a instrução feminina, o voto feminino, a importância da leitura de jornais, a filantropia e o incentivo para que a sociedade, sobretudo as mulheres, participasse da luta contra o analfabetismo. Atuou como colaboradora da “*Revista Feminina*”, editada em São Paulo, publicava artigos nos jornais sergipanos o “*Diário da Manhã*” e o “*Correio de Aracaju*” e colaborava também com os jornais “*O Estado de Sergipe*” e “*O Democrata*”. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro aos 87 anos onde morava e havia atuado profissionalmente como médica. (GRAÇA, 2005, pp. 176-179).

Além das escolas operárias consideramos a importância da oferta de creches pela direção das fábricas. Elas garantiam a possibilidade do trabalho feminino em um contexto em que as mulheres eram a maior parte do corpo de empregados, em que a quantidade de filhos costumava ser numerosa e em que a mãe precisava trabalhar para ajudar no sustento da sua família. Na Fábrica Confiança, fosse por cumprimento às determinações legais ou pela necessidade diante de um grande contingente de trabalhadoras, havia uma preocupação especial com o acolhimento das crianças, porquanto, “A creche da fábrica preocupava-se com a saúde e com a alimentação, dando assistência aos filhos dos operários, e principalmente com o processo de controle. Ela torna-se um ‘órgão social’, investe nos cuidados da criança, precavendo os males que poderiam assolar a infância.” (SANTOS, 2014, p. 94).

Com a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho e através das lutas e reivindicações femininas, a legislação brasileira gradualmente passou a atender a algumas

das suas principais demandas, sobretudo para as questões relativas à proteção da maternidade. Houve a inclusão legal de algumas das suas principais necessidades, o que observaremos no fragmento a seguir relatando o momento em que, “Regulamentou-se ainda a licença-maternidade e a exigência de creches em empresas com mais de 30 trabalhadoras”. Ficou estabelecida também a proibição do trabalho noturno para as mulheres, assim como se proibiu o trabalho no último mês de gestação e no primeiro mês do puerpério. Além disto, ficou determinada também equiparação salarial entre homens e mulheres. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 129-142).

No Brasil, a legislação que regulamenta o trabalho feminino foi implantada de forma assistemática, iniciando-se nos finais da década de 1910, pelo estado de São Paulo. Nos anos 1930, cresceu a interferência federal na órbita da regulamentação do trabalho e, no que se refere às mulheres, culminou no item ‘Da proteção ao trabalho da mulher’ da CLT (1943). Por meio dele, ficou estabelecida a equiparação salarial entre homens e mulheres. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 141).

Após séculos de lutas alguns direitos foram finalmente conquistados pelas mulheres brasileiras, durante o século XX eles foram assegurados por lei. A participação política, a maior integração no mercado de trabalho formal e a criação de leis que protegiam a maternidade, eram reflexos de uma sociedade em que ainda havia muito por fazer, mas, que via crescer a importância e a atuação do elemento feminino não podendo mais ignorá-lo.

Embora alguns espaços já tivessem sido ocupados com êxito pelas mulheres brasileiras do início do século XX existiam outros a serem conquistados. A participação feminina nos esportes, por exemplo, ainda não era uma realidade vivenciada no Brasil neste contexto. No entanto, gradualmente esta situação foi sendo alterada já que o interesse de algumas mulheres por este assunto as incentivou a promover ações que possibilitassem a abertura deste espaço, como a criação de equipes e a organização de competições esportivas.

Em Sergipe no século XX, homens e mulheres compuseram equipes esportivas que levaram adiante o nome da Fábrica Confiança. A Associação Desportiva Confiança, fundada em 1936, marcou a história do Bairro Industrial, de Aracaju e de Sergipe, foi importante também para as mulheres que fizeram parte de suas equipes esportivas, abrindo-lhes mais este horizonte. No próximo tópico compreenderemos parte da trajetória desta agremiação esportiva, da sua importância para a História Local e das possibilidades de uso da História dos esportes, especialmente do futebol, no Ensino de História.

2.3.3 - A Associação Desportiva Confiança (ADC): Os desportos, a História Local e o Ensino de História

A foto abaixo retrata um espaço importante para as práticas futebolísticas em Sergipe. Durante muito tempo, o Estádio Proletário Sabino Ribeiro, fundado pela direção da Fábrica Confiança em 1.º de maio de 1955, foi uma das principais praças esportivas de Aracaju. O Sabino Ribeiro foi criado para aperfeiçoar o desempenho da Associação Desportiva Confiança, primeira equipe a ter estádio próprio na capital sergipana. A partida inaugural ocorreu entre as equipes do Confiança e o Passagem, equipe do município de Neópolis, saindo vitorioso o anfitrião com o placar de 2 x 0. Atualmente, a construção lembra à população do bairro Industrial um passado glorioso e serve, assim como outros lugares e monumentos da localidade, de ponto de conexão entre o passado e o presente.

Figura 08: Vista parcial do Estádio Proletário Sabino Ribeiro.



Foto da autora. 31 de jan. de 2020.

Neste tópico analisaremos as relações existentes entre os desportos e a História Local, demonstrando possibilidades de uso desta temática no ensino de História na Educação Básica. Para tanto, procuraremos compreender as relações que existiram entre a Associação Desportiva Confiança (ADC) e a Fábrica Confiança com o Bairro Industrial e com a cidade de Aracaju. Demonstraremos que alguns aspectos da História Local podem ser compreendidos considerando o legado das equipes desportivas analisando-o em conjunto com a História dos lugares em que as mesmas se desenvolveram.

Ao procurar pesquisar a História por meio dos temas ligados à cultura, surgem possibilidades de análises mais profundas e pormenorizadas, com foco na observação dos aspectos sociais e culturais. Propomos analisar as relações existentes entre a História Local e a trajetória das equipes desportivas, sobretudo, as que tiveram a sua origem ligada a companhias industriais. As fábricas tiveram grande importância na constituição de inúmeras equipes, principalmente de futebol. Na Inglaterra, país de origem deste esporte, no Brasil e em outros países um grande número de equipes de fábrica surgiram. Através da pesquisa que relaciona a história da ADC à Fábrica Confiança, ao Bairro Industrial e à cidade de Aracaju, tentaremos compreender quais aspectos históricos e sociais encontrados podem ser verificados, analisados e inseridos no cotidiano das aulas de História da Educação Básica.

Figura 09: Vista parcial do Estádio Sabino Ribeiro.



Foto da autora: 16 de fev. de 2021.

As equipes de futebol originadas a partir de companhias industriais surgiram na Inglaterra, assim como o próprio futebol e rapidamente se difundiram pelo mundo gerando inúmeras agremiações esportivas nestes moldes. O futebol de fábrica teve importância fundamental para a difusão deste esporte no planeta. O subsídio financeiro fornecido pelas indústrias foi essencial para criar, estruturar e consolidar a prática desta atividade esportiva em vários clubes. No exterior, no Brasil e em Sergipe podemos citar exemplos que confirmam a importância das fábricas para a origem e o desenvolvimento de equipes esportivas, especialmente de futebol.

Antunes (1994) analisa o fenômeno representado pelo futebol de fábrica, ele assevera que,

Tal como acontecera com os clubes de várzea, que rapidamente se espalharam por São Paulo, também os clubes de fábrica se tornaram comuns. Nos anos que se seguiram, seu número não parou de crescer, sendo mesmo difícil apontar a indústria que não tivesse ao menos um pequeno núcleo constituído. (ANTUNES, 1994, p. 104)

No Brasil da primeira metade do século XX, as condições sociais da maior parte da população eram desfavoráveis nos quesitos de empregabilidade e renda. Com um passado colonial marcante, uma economia agroexportadora, com profundas desigualdades sociais¹¹ como herança histórica e com a abolição da escravidão recente, a maior parte das pessoas em idade economicamente ativa enfrentava dificuldades para sobreviver. A urbanização e a industrialização estavam em curso, porém, para os menos favorecidos a situação pouco se alterava, morando na periferia e estando à margem da sociedade, os espectros de modernidade eram quimeras para significativa parcela da população brasileira.

Com o panorama de dificuldades e de desamparo social, obter emprego em uma indústria poderia representar a possibilidade de ter uma vida digna, muito embora as notícias das vicissitudes enfrentadas pelos operários no ambiente de trabalho ultrapassassem os muros das fábricas. Porém, a necessidade de sobreviver superava outras questões, fazendo com que alguns trabalhadores e trabalhadoras suportassem certos abusos por parte dos seus superiores, embora muitos também tenham lutado de diversas formas e tenham utilizado artifícios como greves, manifestações e sabotagens na tentativa de reverter o quadro de explorações.

Outro problema enfrentado era que o ambiente fabril era, muitas vezes, um lugar insalubre e hostil. As fábricas eram pouco arejadas, nas indústrias têxteis havia a presença de partículas no ar que ao serem inaladas, causavam o adoecimento dos operários, a oferta de água era insuficiente, dentre outras questões. Além das dificuldades expostas, ressaltamos que a remuneração concedida pelo trabalho executado mal garantia a sobrevivência da classe proletária e dos seus familiares. Todavia, as necessidades cotidianas impeliavam o contingente de trabalhadores aos postos de emprego disponíveis.

¹¹ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, a fatia dos 10% mais pobre possuía 0,8% da massa do rendimento médio mensal domiciliar per capita, enquanto os 10% mais ricos concentravam 42,9% deste índice. Disponível em: <

Diante do cenário excludente que acabamos de expor, as questões relacionadas ao lazer ficavam relegadas ao segundo plano para a maior parte da população. Neste período, praticar e assistir aos espetáculos esportivos eram hábitos praticados pelas elites. O futebol não fugia a esta característica embora estivesse em fase de popularização. Neste ponto, as equipes de futebol de fábrica tiveram importância fundamental, elas possibilitaram a prática deste esporte por parte dos seus operários nas horas livres. As companhias industriais que reproduziram o modelo fabril inglês, dentre os aparatos sociais que disponibilizavam, criaram clubes esportivos¹². Inicialmente as equipes serviam para o divertimento dos operários nas horas vagas, assim como para promover o nome das fábricas mantenedoras, com o passar do tempo os clubes que conseguiram se destacar nas competições adquiriram importância própria. Alguns clubes de fábrica se tornaram mais conhecidos que as empresas que lhes originaram.

Rapidamente o esporte caiu no gosto do operariado e se popularizou fora do pátio das fábricas. As horas destinadas à prática do futebol, durante o horário de descanso no meio do expediente, se tornam insuficientes, os finais de semana ganharam um sentido diferente, uma nova e empolgante diversão caiu no gosto popular. O ambiente de trabalho se tornou pequeno para abrigar tamanha paixão. O futebol ultrapassou os muros das fábricas, passou a ser praticado nos campos de várzea ou em qualquer lugar onde surgisse uma oportunidade. (ANTUNES, 1994, p. 104).

A maioria dos primeiros clubes esportivos do Brasil foi criada por membros das elites econômicas. Muitos deles compreendiam equipes de futebol e regatas, esporte elitista, praticado por jovens das classes mais abastadas. Os equipamentos necessários para esta prática esportiva eram caros, era necessário muito tempo disponível para os treinos, algo impossível para aqueles que precisavam trabalhar para garantir o seu sustento. Por sua vez, os clubes de fábrica tiveram um papel fundamental com relação ao desenvolvimento e a difusão do futebol enquanto prática esportiva e espetáculo. Estes clubes possibilitaram aliar o esporte à diversão, permitindo a inserção das classes populares nos quadros esportivos, ampliando a

¹² Estas foram algumas das equipes esportivas que tiveram origem direta ou indireta ligada a indústrias: Manchester United (1878) da Inglaterra, Milan (1899) da Itália, Bayern (1900), Wolfsburg (1945) e Bayer Leverkusen (1904), na Alemanha, PSV Eindhoven (1913), na Holanda, Sochaux (1928), na França, Cruz Azul (1927) do México, Talleres de Córdoba (1913) da Argentina, Bangu Atlético Clube (1904) do Rio de Janeiro, Ferroviário Atlético Clube (1933) de Fortaleza, Rio Claro Futebol Clube (1909) da cidade de Rio Claro -SP e Andarahy Athletico Club – RJ (1909), sendo estes quatro últimos, equipes brasileiras.

quantidade de praticantes, do público, das partidas e campeonatos, assim como promoveram os espetáculos como uma forma democrática de divertimento.

Desde então, o futebol é um dos esportes de maior destaque no Brasil e em outros países do planeta. Acreditamos que a análise de alguns fatores relacionados ao desenvolvimento das equipes esportivas pode contribuir para resgatar a trajetória histórica de um lugar e de uma época, fornecendo subsídios que permitem acessar elementos que auxiliam a compreensão da História Local. Faremos um breve resgate de informações relativas ao surgimento e difusão do futebol desde o contexto do seu surgimento na Inglaterra, analisando a sua difusão pelo mundo, assim como a sua chegada e consolidação no Brasil. Finalmente, analisaremos o futebol através do time proletário fundado pela Fábrica Confiança na cidade de Aracaju. Pretendemos que as relações entre a fábrica e a associação desportiva, assim como outros elementos pesquisados permitam ampliar a compreensão de aspectos da História do Bairro Industrial e da cidade de Aracaju interligando-os, sempre que possível, aos contextos estadual, regional, nacional e global.

Passaremos agora a fazer um breve histórico do futebol, desde o contexto da sua fundação até a contemporaneidade. As origens do futebol remontam à Inglaterra do século XIX. Neste período, as instituições de ensino inglesas eram frequentadas por jovens pertencentes às elites capitalistas de vários países, estes estudantes foram os responsáveis por desenvolver esta nova modalidade esportiva, o *football*, para o qual estabeleceram as regras e os equipamentos. Ao voltar para os seus países de origem, estes jovens levavam consigo as regras do novo esporte, os equipamentos e alguns uniformes utilizados para a sua prática. Esta ação promoveu a rápida difusão do futebol em lugares diferentes, os responsáveis por propagar esta nova modalidade esportiva eram conhecidos como “missionários da bola”. Na Inglaterra ocorreu outro fato que promoveu a rápida popularização deste esporte. Algumas indústrias passaram a incentivar a prática do futebol por seus operários nas horas vagas. Ao passo em que a industrialização avançava, trabalhadores ingleses eram enviados a diversos países para instalar o modelo fabril inglês. Eles apresentavam o futebol como uma alternativa de divertimento salutar para operariado que incorporou rapidamente esta nova forma de preencher o tempo livre em seu cotidiano. (FERREIRA, 2005, p. 2).

O surgimento do futebol esteve ligado ao processo de urbanização e industrialização inglesa, entretanto, a sua prática ainda que obviamente tenha servido para a diversão de

muitos, nem sempre esteve voltada a atender a esta finalidade. Para os donos das fábricas que originaram equipes, este se tornou mais uma mercadoria. Segundo Ferreira (2005),

a passagem do futebol para as fábricas não se refletiu apenas na adoção do profissionalismo, mas também numa mudança de mentalidade em relação ao esporte que deixou de ser tratado apenas como atividade de lazer ligada à melhoria da condição física e mental do indivíduo, sendo agora alçado também à condição de mercadoria. (FERREIRA, 2005, p. 2).

O futebol mercadoria, praticado pela classe operária, serviu a finalidades capitalistas específicas: propagandear as fábricas em que tiveram origem dando-lhes visibilidade para gerar lucro. “Ao que tudo indica, os industriais brasileiros perceberam cedo que o futebol praticado pelos operários poderia funcionar como um ótimo veículo publicitário” (ANTUNES, 1994, p. 106). O futebol foi também um subproduto da industrialização, porém, ultrapassou esta dimensão, caiu no gosto popular, se tornou um dos esportes mais apreciados e praticados no mundo, passou a fazer parte da cultura de vários países. “Ao se popularizar, o futebol ganhou novos significados simbólicos, ideológicos, socioeconômicos. Transformou-se em fenômeno social de grande importância, envolvendo uma complexa rede de relações sociais e de interesses, às vezes mais, às vezes menos divergentes.” (ANTUNES, 1994, p. 109).

Com o passar do tempo, este esporte adquiriu uma importância gigantesca, capaz de envolver vários segmentos econômicos. Atualmente, setores de produção de uniformes, chuteiras, alimentos, medicamentos, cosméticos, telecomunicações, hotelaria e transportes são alguns dos impactados por esta prática esportiva. Sem citar os setores midiáticos envolvidos na divulgação dos campeonatos estaduais, regionais, nacionais e dos grandes eventos como a Taça Libertadores da América, a *Champions League* e a Copa do Mundo FIFA (Federação Internacional de Futebol).

Estes eventos além outros não citados movimentam anualmente somas incalculáveis. Além de impulsionar a economia, o futebol faz parte do imaginário coletivo, no Brasil é opção de lazer de grande parte da população, estando historicamente imbricado na cultura de vários lugares por meio das equipes locais que através das suas trajetórias se relacionam aos aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos das localidades em que se originaram. Há equipes que de tão grandiosas que se tornaram superaram a dimensão local e conquistaram torcedores em vários estados da federação e até mesmo fora do país.

Passaremos a compreender a partir de agora como podemos resgatar elementos da História Local para utilizá-los nas aulas de História da Educação Básica. Para tanto, analisaremos a trajetória da Associação Desportiva Confiança (ADC), agremiação esportiva da cidade de Aracaju, Sergipe.

A Fábrica Confiança já havia se consolidado no cenário econômico sergipano tendo papel preponderante no Bairro Industrial e na cidade de Aracaju, quando em 1º de maio de 1936, deu origem à Associação Desportiva Confiança (ADC), agremiação esportiva composta pelos operários da fábrica. Inicialmente a ADC dispunha de equipes masculinas e femininas de voleibol, basquete e atletismo. (RIBEIRO, 2005, p. 108). A adoção da prática esportiva com o suporte financeiro da fábrica fazia parte da política de relacionamento entre a diretoria representada pelo Sr. Joaquim Sabino Ribeiro e os operários. Como vimos anteriormente, neste período várias indústrias criaram equipes desportivas de diversas modalidades com destaque para o futebol.

Joaquim Sabino Ribeiro entrou em contato com as práticas esportivas quando estudou no Rio de Janeiro, onde conheceu o Dr. Manuel Guilherme da Silveira Filho, o “Dr. Silveirinha”, administrador da Companhia Progresso Industrial do Brasil, a Fábrica Bangu, localizada no subúrbio carioca. A Cia. Bangu, como ficou conhecida criou o *Bangu Athletic Club*, equipe de futebol, fundada em 1904¹³.

O diretor da Fábrica Confiança admirava os esportes e com o auxílio de dois operários, Isnard Cantalice e Epaminondas Vital fundou a Associação Desportiva Confiança, em 1936. A partir de então, a ADC estreou suas equipes no cenário esportivo sergipano, onde rapidamente passou a se destacar nas competições estaduais garantindo uma maior visibilidade à fábrica. Ribeiro (2005) destaca que,

Esta iniciativa compartilhava o novo modelo de fábrica /sociedade, que se queria. A fábrica como geradora de emprego e de progresso, incorporou em sua ideologia, a perspectiva de “lazer” advinda dos Estados Unidos e da Europa. Assim, o lazer, que já era um prolongamento do trabalho, passa a ser agora um agente gerador de espetáculo (RIBEIRO, 2005, p. 94).

Somente em 1949 a ADC cria a sua primeira equipe de futebol. Neste período o esporte já havia se popularizado no Brasil e ganhou adeptos nas camadas populares. “No entanto há evidências de que a criação da Associação Desportiva Confiança, no tocante ao

¹³ <https://www.bangu-ac.com.br/bangu/sua-historia/>. Acesso em: 15 de mai. de 2020.

futebol, sofreu uma influência determinante pelo modelo Inglês e sua relação fabril – têxtil – seja proveniente de trabalhadores ingleses (engenheiros), seja pelos filhos de empresários que, após seus estudos na Inglaterra, trouxeram o futebol para o Brasil.” (RIBEIRO, 2005, p. 94). Santos Júnior (2013) destaca que apesar da matriz inglesa, a popularização do futebol se processou de modo rápido no Brasil, “O futebol rapidamente ganhava proporções diferentes da imagem de distinção social desejada pelos *sportsmen*, tornando-se cada vez mais patente a participação de negros e trabalhadores.” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 2) A classe operária foi uma das responsáveis pela popularização deste esporte que em meados do século XX já era praticado nos campos de várzea, as famosas “peladas”. No Confiança alguns operários eram atletas, porém, a diretoria também contratava jogadores profissionais que já se destacavam fora do estado.

Em 1.º de maio de 1955 foi inaugurada uma importante praça esportiva para Aracaju, o Estádio Proletário Sabino Ribeiro, local destinado a abrigar treinamentos e competições oficiais, com foco no desenvolvimento do time de futebol do Confiança. Pouco tempo depois da inauguração do estádio, entretanto, o Confiança deixou de pertencer à fábrica em razão de desentendimentos entre a diretoria do clube e a Federação Sergipana de Desportos (FSD), atualmente Federação Sergipana de Futebol (FSF). O mando de campo estabelecido para o segundo jogo da final do campeonato estadual de 1955 não agradou à diretoria da ADC que pretendia que a segunda partida ocorresse em seu mais novo estádio, a FSD determinou novamente o Estádio Adolpho Rollemberg como local da partida. Diante do impasse, a diretoria do clube decidiu pela desfiliação da FSD e pelo encerramento das atividades do time. (RIOS, 2016)

A torcida azulina já numerosa e apaixonada, realizou uma passeata em direção ao Bairro Industrial para demonstrar o seu descontentamento com a decisão da diretoria do clube e reivindicar a continuidade da existência do Confiança. Joaquim Ribeiro vendo o quanto o time que havia fundado era querido pela torcida, discursou de improviso e decidiu permitir a reativação do time, sem a participação da fábrica, nos braços do povo. Em 1957, o Confiança retornou ao futebol sergipano. (RIOS, 2016)

No contexto analisado, marcado pela intensificação da urbanização e industrialização no Brasil, os donos das fábricas viam no apoio às práticas esportivas um instrumento de controle do lazer de parte dos seus operários, para que estes não procurassem formas de

diversão consideradas reprováveis pela sociedade e que pudessem ocasionar a diminuição da produtividade no trabalho. A prática esportiva saudável afastava o operário das distrações perigosas (jogos de azar, vícios e prostituição, por exemplo), servindo como um elo que o ligava emocionalmente à fábrica. As vitórias ou derrotas eram elementos que reforçavam os laços de pertencimento às instituições, a fábrica e o clube, podendo inclusive incentivar no aumento da produtividade.

Com vistas ao sucesso, inúmeras equipes foram formadas com o apoio das companhias. Seus administradores perceberam que o esporte estimulava os trabalhadores. A vitória no futebol aumentaria o orgulho do trabalhador pelo clube e pela empresa dos quais fazia parte. Dessa forma, diferentes companhias passaram a incentivar a prática entre seus empregados, acreditando que o sentimento de integração poderia, assim, reduzir os conflitos no local de trabalho, o que possivelmente otimizaria a produção. (ANTUNES, 1994 apud. SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 2).

Na Fábrica Confiança, assim como em outras da época, havia a noção de integração entre as práticas de trabalho e dos esportes, esta concepção de controle não apenas do labor, mas da moradia e das formas de lazer praticadas pelos operários surgiu também na Inglaterra e foi reproduzida no Brasil e em Sergipe. Para isso, existia o incentivo por parte da direção da fábrica, importava obter destaque também nos esportes, engrandecer o nome da fábrica e do clube, tornar próxima e amistosa a relação patrão/empregado. (RIBEIRO, 2005, p. 100)

As pretensões de muitos capitalistas do período com relação ao incentivo ao esporte tinham finalidades específicas, gerar lucro através do aumento da produtividade e da visibilidade alcançada através dos espetáculos esportivos e criar relações de trabalho favoráveis, acalmando os ânimos exaltados por constantes reivindicações trabalhistas.

Analisando por esta perspectiva, o esporte era investimento, tanto para patrões quanto para empregados. Vencer em campo significava bonificação extra para o operário/jogador, demonstrava a grandiosidade da organização fabril e da equipe esportiva, gerava outras vantagens no cotidiano de trabalho do operário/jogador, ainda que para a maioria, diante das dificuldades de sobrevivência do período isto não fosse o mais importante. “Não resta dúvida que as vantagens (funções mais leves na fábrica, sair mais cedo para jogar, ascensão funcional etc.) foram determinantes. No entanto, a garantia do emprego era mais evidente por tudo que a fábrica representava na realidade sergipana (salário, condições de moradia, saúde etc.)...” (RIBEIRO, 2005, p. 100). Os benefícios na empresa eram um atrativo a mais, entretanto, a busca por uma vida digna imperava sobre os demais fatores.

Atentemos para o fato destacado anteriormente porque assim como a oferta de escola, creche, cinema e clínicas médicas e odontológicas, dentre outros, não se deva ao acaso, a constituição das equipes esportivas fabris fazia parte de um contexto em que as relações patronais com os seus operários seguiam o modelo importado do exterior e reproduzido mundo afora com as suas particularidades. Joaquim Ribeiro simpatizava pela causa da prática dos desportos, o futebol, sobretudo, despertava a sua atenção. Neste período o esporte já havia se popularizado no Brasil, ainda assim, contribuía para criar um *status* de modernidade para os patronos dos clubes que propagavam a imagem do bom patrão. Sabemos, no entanto, que o subsídio fornecido para a prática do futebol não era desprezível, pois, representava um novo campo de atuação para os industriais que seguiram esta linha.

Os ventos de modernidade vindos do exterior causavam impactos nas camadas economicamente dominantes da sociedade brasileira. Assim como os empresários e industriais procuravam apreender o que era considerado novidade para a melhoria dos seus empreendimentos financeiros e as cidades apressavam a marcha rumo à modernização com a urbanização e a organização dos espaços públicos, a parte privilegiada da sociedade absorvia os costumes estrangeiros como uma oportunidade de se adequar ao que havia de melhor à época. A classe de menor poder aquisitivo continuava a lutar pela sobrevivência e através da convivência em sociedade, acabava por adotar alguns costumes e práticas trazidas de outras partes do mundo.

Outra questão que queremos destacar com relação ao desenvolvimento desportivo no Brasil é a formação de equipes femininas, isto se processou em um contexto em que as mulheres estavam conquistando espaços sociais que até então lhes eram interditados. Desde meados do século XIX as brasileiras começavam a se envolver com as práticas esportivas, porém, é a partir do início do século XX que este processo foi intensificado quando em 1914 foi criada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). (GOELLNER, 2006, pp. 86 - 88).

Inicialmente as mulheres participavam dos espetáculos esportivos na qualidade de expectadoras ou colaboradoras na organização dos eventos desta nova forma de lazer voltada à diversão das elites. Ainda que as mulheres não fossem praticantes das atividades esportivas nesta época, um novo ambiente de atuação era conquistado. A mudança de hábitos consistia na abertura do espaço público para a sua aparição cada vez mais frequente. As práticas esportivas femininas em Aracaju, se iniciaram no final da primeira década do século XX,

através de uma competição de remo realizada no Rio Sergipe, com a participação de três clubes: Cotinguiba, Sergipe e *Club* dos Diários. (ALMEIDA, 2006, p. 61 – 63).

Com relação ao ingresso das mulheres em equipes de futebol havia grande descrédito e resistência. Há registros das primeiras décadas do século XX que tratam da atuação feminina nos gramados, o que não era uma prática comum no período, mas que precisamos considerar. De acordo com Almeida (2021), equipes de futebol feminino do subúrbio do Rio de Janeiro, por exemplo, jogavam entre si. Entretanto, havia em setores da sociedade brasileira um profundo preconceito a respeito deste assunto, chegando ao ponto de a atuação feminina nos gramados ser proibida, através do Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941. No Capítulo IX que trata das Disposições Gerais e Transitórias, no artigo 54 havia a seguinte determinação: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” O decreto anterior foi assinado pelo Presidente da República Getúlio Vargas, criando o Conselho Nacional de Desportos (CND). Somente décadas depois, no ano de 1979, as mulheres puderam voltar à prática do futebol. (ALMEIDA, 2021, p. 1), (BRASIL, 1941)

Em 1936, com a fundação da Associação Desportiva Confiança, em Aracaju, foram criadas equipes de voleibol, basquete e posteriormente, de futebol que eram compostas por operários da Fábrica Confiança. Existiram na ADC equipes masculinas e femininas, embora as mulheres não praticassem todas as modalidades como o futebol, por exemplo. O preconceito sobre a inserção das mulheres no campo esportivo era latente na sociedade brasileira, fazia parte de concepções historicamente arraigadas que se faziam perceber não apenas no tocante à participação esportiva, mas, em diversas outras atividades consideradas inadequadas para elas, fato previsto em lei. “Identificada como de natureza frágil, nesse momento, circulavam vários discursos que alertavam para possíveis perigos que a prática competitiva poderia representar, entre eles, o da masculinização da mulher” (GOELLNER, 2006, p. 88).

A matéria jornalística a seguir, demonstra a visão do médico alemão Hugo Selheim sobre este tema e demonstra, dentre outras coisas, a concepção arraigada à figura feminina enquanto portadora de uma natureza específica e essencialmente voltada ao aperfeiçoamento de características capazes de ajudá-las a cumprir a função da maternidade,

Deve a mulher praticar esportes em condições iguaes ao homem? Esta pergunta foi feita ao doutor Hugo Selheim, médico, da clínica de mulheres de Leipzig, Alemanha. Elle respondeu reconhecer que a pratica regular do esporte é um fator util para a formação do corpo feminino e chamou a atenção sobre o quanto de contraproducente pode advir para a mulher da lucta demasiada nos campos esportivos. A felicidade do homem e da mulher, acrescentou o famoso especialista, provêm de pontos diferentes. O homem está obrigado a destrar-se para a lucta pela vida, nos campos de esportes; enquanto que **a mulher deve inclinar-se para os esportes que, adaptando-se à sua natureza, fortifiquem seu corpo e a capacitem para cumprir melhor funções da maternidade, assegurando um melhoramento na descendência.** Assim – concluiu elle – não deve praticar todos os esportes que os homens praticam. (A MULHER..., 1936). (Grifo meu)

A visão do médico alemão demonstrava muito além do que pensava a medicina sobre as mulheres, a sociedade da época continuava a vê-las com reservas em sua participação nos mais diferentes contextos, no esporte a situação era a mesma. A função social feminina continuava a ser a maternidade. Ainda que a mulher tivesse conquistado direitos políticos e sociais em algumas partes do mundo, inclusive no Brasil, tivesse aumentando a sua participação no mercado de trabalho e garantido a incorporação legal de direitos de proteção à maternidade, os espaços interditados continuavam a existir. Neste ponto, a constituição de equipes esportivas femininas pela Associação Desportiva Confiança em Aracaju a partir dos anos 1930, foi um importante avanço para a mudança de concepções sociais e para a quebra de paradigmas da sociedade aracajuana.

No próximo tópico compreenderemos como ocorreu a participação feminina no mercado produtivo brasileiro e sergipano. Para tanto, analisaremos o contexto da industrialização nacional e em Sergipe, examinaremos o processo que culminou com a conquista de direitos políticos e de introdução efetiva no mercado formal de trabalho, a incorporação da legislação protetora da maternidade e finalmente, compreenderemos como a figura da mulher operária foi retratada em suas múltiplas dimensões na obra literária, “*Os Corumbas*”, de Amando Fontes.

CAPÍTULO III-TECENDO HISTÓRIAS

3.1 O OPERARIADO TÊXTIL NO BRASIL E EM SERGIPE

A partir da virada do século XIX para o século XX a economia brasileira passou por um processo de diversificação com a introdução de novas atividades produtivas. A lavoura cafeeira, com merecido destaque na região sudeste do país, entrou em crise embora continuasse tendo importância efetiva para a economia nacional. O Brasil começou a desenvolver as primeiras indústrias e voltou recursos financeiros para outros ramos da economia, a composição social ganhou novos entes, novas classes de profissionais surgiram, novas demandas sociais também.

As atividades econômicas que se desenvolveram procuraram atender às necessidades de consumo internas e em especial, as externas. A indústria ganhou importância na economia nacional, novas profissões foram inseridas no cotidiano brasileiro, camadas sociais antes ignoradas pelo poder público como, militares de baixa patente, profissionais liberais e o operariado urbano, passaram a exigir uma maior participação nas decisões que dariam rumo ao país.

Desde o início da colonização portuguesa a atuação feminina era comum no espaço doméstico, as mulheres se encarregavam prioritariamente dos assuntos privados: cuidavam da casa, do marido e dos filhos. Os preceitos científicos vigentes reforçavam a ideia de que existiriam “aptidões inatas” para homens e mulheres. Para elas estava reservado o espaço privado e as suas respectivas atribuições, para eles o domínio dos espaços públicos. Os estudos que atestavam a inadequação feminina para as atividades fora do lar alcançavam grande aceitação, a crença no que dizia a ciência sobre as mulheres se fortalecia a cada dia.

A ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. (SOIHET, 2012, p. 219).

Esta concepção preconceituosa perdurou por muito tempo no país embora, desde o período colonial, mulheres escravas ou pertencentes às camadas mais baixas da sociedade precisassem garantir ou complementar a renda familiar, portanto, trabalhavam também fora de casa. Ainda assim a sua vida social e especialmente a sua atuação no trabalho externo, era

vista com desconfiança, a ação produtiva fora do lar era considerada um mal necessário. Del Priore (2009) observa que desde o início da colonização empreendida na América Portuguesa, Estado e Igreja exerciam forte vigilância sobre o corpo e a conduta feminina, padrões desejáveis de comportamento foram estabelecidos, a “boa- e- santa- mãe” tornou-se o exemplo a ser seguido.

A partir do século XIX, no entanto, a concepção burguesa concebeu novas prerrogativas para a atuação social feminina. As mulheres que faziam parte das camadas menos favorecidas da sociedade teriam de se adequar a nova moral que agora, atestava a necessidade do trabalho feminino fora do lar. Virtudes como a castidade e a laboriosidade eram valorizadas. Conforme esta maneira de pensar a sociedade, uma boa dose de esforço individual seria necessária para obter sucesso no âmbito profissional. Reforçava-se a ideia do “fazer-se por si próprio” apregoada, por exemplo, pelo Sr. Josiah Bunderby do livro, *Tempos Difíceis*, do escritor inglês Charles Dickens. Este princípio representava a crença burguesa vigente na Inglaterra e em outras partes do Ocidente. A ideia de que através do esforço e do trabalho eficiente haveria a possibilidade de subverter a situação das disparidades sociais. Na prática, o que se podia ver era a classe operária fazendo horas de trabalho extra para garantir o mínimo necessário para a sua sobrevivência. (RAGO, 1987, p. 62); (HOBSBAWM, 1996, p. 42).

No início do século XX, a participação feminina na sociedade, na política e no mercado produtivo era pequena, através da persistência e da luta elas conquistaram cada um destes espaços. O direito ao voto e à participação política eram demandas das mulheres de várias partes do mundo que se mobilizavam pela garantia destes direitos, elas acreditavam que estes seriam passos que abririam espaço para conquistas posteriores. A notícia a seguir, veiculada em um periódico sergipano do início do século XX, demonstra algumas conquistas femininas quanto à participação política em outros países e demonstram como estas notícias reverberavam em Sergipe,

Nada menos de 19 mulheres acabam de ser feitas deputadas na Finlândia. Já na Noruega as mulheres eram admittidas a fazer parte dos conselhos municipaes. Na Nova Zelandia, as mulheres são eleitoras e tomam parte nas eleições legislativas. Na própria Russia, em algumas cidades, as mulheres substituem os maridos nos diferentes pelouros da vereação, quando elles não podem comparecer ás sessões. No entanto, a Finlândia será o primeiro paiz que possui mulheres deputadas. E- caso curioso- o elemento feminino vae

representar, na dieta finlandesa uma decima parte do numero total dos seus membros. (MULHERES..., 1907).

Percebemos ao ler a matéria jornalística acima o caráter meramente expositivo do editorial limitando-se a noticiar o ingresso das mulheres na política em alguns países do exterior sem, contudo, problematizar tal fato minimamente. É curioso perceber que o autor da publicação não emitiu opinião sobre o assunto ainda polêmico à época, todavia, não podemos afirmar o porquê desta atitude. Ainda assim, a notícia era animadora para as/os entusiastas da participação feminina na política.

Após muitas lutas o direito ao sufrágio feminino no Brasil foi conquistado. “Em 1932, o Brasil finalmente ganhou um novo Código Eleitoral. Com o Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, estabeleceu-se no país o voto secreto e o voto feminino”. O ingresso das mulheres na política nacional tornava-se realidade, estava assegurado e viria a se concretizar a partir de 1934, com a incorporação deste princípio à nova Constituição Federal. (SOIHET, 2012, p. 226); (BRASIL, 1932). Ao mesmo tempo em que conquistaram o direito ao voto, as brasileiras garantiram também a igualdade legal perante os homens. Estas mudanças demonstravam uma nova perspectiva para a sociedade brasileira, o que podemos verificar no fragmento abaixo,

De fato, a nova constituição agradou as militantes ao defender a criação de condições para que as mulheres pudessem se integrar nos vários planos da vida nacional; a principal entre elas era a igualdade com os homens perante a lei. Além de votar, as brasileiras casadas com estrangeiros adquiriram o direito de manter sua nacionalidade e transmiti-la aos filhos. (SOIHET, 2012, p. 228).

A admissão nos postos de trabalho formal era outra demanda feminina. Muitas mulheres precisavam trabalhar para complementar a renda familiar, outras viam no trabalho a oportunidade de realização pessoal ao exercer profissões que exigiam uma formação técnica ou superior. A instrução educacional foi fator fundamental no processo de busca pela empregabilidade formal, fato que não podemos deixar de mencionar embora não seja o foco desta pesquisa. Neste período surgiam novos campos profissionais que demandavam uma formação adequada, tanto para facilitar o acesso ao mercado de trabalho, quanto para diminuir as disparidades salariais entre elas e os homens. (SOIHET, 2012, p. 221).

Além das questões que acabamos de revisitar, com o processo de conquista do espaço público pelas mulheres e a aquisição dos direitos políticos e trabalhistas, pretendemos

compreender também, quais eram as condições de trabalho das mulheres na indústria têxtil, assim como revisitamos outras variantes que se relacionam a este tema.

Um contingente crescente de mulheres ingressava no mercado produtivo em diversos lugares do planeta, a partir da Revolução Industrial que teve início na Inglaterra no século XVIII. Este processo foi acelerado quando a arregimentação da força de trabalho feminina aumentou em virtude do desenvolvimento da indústria têxtil. Nas fábricas, ateliês, fiações e tecelagens elas eram a principal força de trabalho. Isto representou uma verdadeira mudança dos costumes: industrialização, urbanização e trabalho feminino foram fenômenos que passaram a fazer parte da realidade das sociedades ocidentais a partir de então, embora compreendamos que cada lugar teve as suas particularidades. (PERROT, 2006, p. 119).

Questões antes ignoradas suscitaram preocupações e fizeram repensar os “papéis” sociais masculinos e femininos porque “Foi a industrialização que colocou a questão do trabalho das mulheres. A manufatura, a fábrica, eram uma mudança perturbadora, mais aguda para elas do que para seus companheiros” (PERROT, 2006, p. 119). A saída da mulher da circunscrição do espaço doméstico, a conciliação das tarefas de casa e do trabalho externo e a exposição aos perigos do assédio sexual e moral foram desafios enfrentados pelas pioneiras deste processo sendo elementos que merecem atenção.

Não havia unanimidade acerca da atuação feminina no mercado de trabalho, esta condição não era aceita por toda a sociedade e gerava desentendimentos, controvérsias e desconfianças. Havia a concepção segundo a qual, “a fábrica, com suas máquinas, sua sujeira, suas promiscuidades sexuais, não era para elas. ‘operária: palavra ímpia’, escreve Michelet. E num congresso operário de 1867, um congressista declara: ‘Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos.’” (PERROT, 2006, p. 119). Para aquelas que participaram ativamente deste processo, fazendo parte da classe profissional do período existia a barreira do preconceito a ser superada. Longe de resolver esse conflito, muitas mulheres encararam corajosamente às novas perspectivas que surgiam no horizonte.

Desde então, antigas concepções sociais que recaíam sobre homens e mulheres, assim como os conceitos e pré-conceitos sobre aquilo o que se esperava de cada um deles tiveram que ser repensados. Este processo é de tal forma complexo que continua o seu curso na contemporaneidade. Por ora passaremos a compreender alguns dos principais aspectos que se

relacionaram ao cotidiano das operárias do mercado produtivo têxtil nacional, setor onde existia uma superioridade numérica feminina na maior parte das fábricas.

Segundo dados do censo de 1920, as mulheres eram a maioria absoluta dos trabalhadores empregados no setor têxtil brasileiro, totalizando 51% do operariado. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 134). Com a urbanização e a industrialização elas se tornaram parte importante da classe trabalhadora, chegando ao ponto de ser maioria em muitas fábricas brasileiras assim como ocorreu em Sergipe.

Embora a industrialização sergipana fosse considerada tímida no início do século XX, pois o estado contava com poucas unidades produtivas instaladas em alguns municípios, as mulheres foram requisitadas como principal contingente de trabalhadores sendo na maioria das fábricas têxteis, a parcela majoritária do operariado. “Em todas elas [as fábricas] o contingente de operários era bastante elevado, notando-se a predominância do sexo feminino, exceto na de Vila Nova, onde a quantidade de homens superava a de mulheres.” (DANTAS, 2004, p. 50).

A superioridade numérica feminina dentre o operariado sergipano é atestada também nos fragmentos a seguir que demonstram a preferência pelo trabalho feminino no setor têxtil. Graça (2005) observa que “Nas fábricas de Sergipe, como nas demais do país, o contingente de mulheres e crianças era muito superior ao de homens”. Na Fábrica Confiança a presença feminina era massiva, muito maior que a masculina inclusive no caso dos aprendizes. Santos (2014) assevera esta questão

Referente à quantidade de operários, sempre houve o privilégio para com o trabalho feminino -geralmente as mulheres recebiam menos do que os homens- chegando inclusive a ter um número absurdamente superior do que a força masculina, como no ano de 1921 que possuía apenas 104 rapazes para 440 moças. O mesmo fato acontecia com o trabalho de menores, tendo privilégio as meninas, porém a diferença entre os números era um pouco mais sutil. (SANTOS, 2014, p. 30).

Esta preferência pelas mulheres no setor têxtil ocorria em outros lugares do Brasil e do exterior e se devia a alguns fatores que explicaremos a seguir. O setor industrial brasileiro em expansão arregimentou um número significativo de crianças e mulheres em diferentes setores. Na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), mulheres e meninas eram cerca de 70% do total dos trabalhadores. O trabalho feminino e infantil era desvalorizado a despeito da sua preferência. A contratação das operárias era uma das formas encontradas pelo patronato

para aumentar a sua margem de lucro com a produção industrial, tanto mulheres quanto crianças recebiam salários menores que os indivíduos do sexo masculino. A diferença salarial atingia índices alarmantes, “O ordenado feminino representava apenas 65% do masculino adulto. Além disso, as atividades nas quais as mulheres penetraram foram sendo, progressivamente, desprestigiadas, desvalorizadas monetária e socialmente, e por fim descartadas pelos homens”. Outro fator precisa ser considerado, as concepções existentes sobre as mulheres. A sociedade do período valorizava a delicadeza dos seus modos, a docilidade e a obediência comumente observada, fatores que contribuíram para a contratação de mulheres em determinados setores, com destaque no momento para a indústria têxtil. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 128).

Assim, observamos haver uma clara divisão sexual do trabalho no ambiente fabril, de maneira deliberada e com razões evidentes: a economia no pagamento dos salários e, o mais grave, a persistência de visões depreciativas sobre o elemento feminino como a crença na sua incapacidade para trabalhar em postos especializados. As funções de chefia eram lugares interditados para elas, não havia ameaça à prevalência masculina no comando das companhias. Da mesma forma, a participação ativa na luta sindical era, na prática, pouco incentivada para as mulheres, embora diversos artigos jornalísticos cobrassem a sua atuação neste âmbito. (RAGO, 1987, p. 64 - 65).

O trabalho feminino nas fábricas têxteis brasileiras era uma demanda da indústria, de algumas mulheres e de muitas famílias com necessidades de sobrevivência ou de complementação de renda. Para algumas, participar ativamente do espaço público era a oportunidade de experimentar novas formas de vida fora do ambiente doméstico, para outras, trabalhar na produção fabril ou em outras profissões em condições insalubres, recebendo baixos salários, tendo que acumular uma dupla jornada de trabalho externo e o cuidado com os afazeres da casa não era uma escolha, mas uma necessidade.

Nessa visão, poder trabalhar é determinante, pois propicia às mulheres os meios de subsistência, livrando-as de uma ‘dependência humilhante para elas’ e ‘nefasta para os homens’, e favorece o amadurecimento da personalidade feminina, ajudando a ‘disciplinar a vontade e educar o pensamento’. (SOIHET, 2012, p. 220).

A condição de vulnerabilidade econômica era tamanha, para grande parte da população brasileira, que compelia muitas mulheres para o mercado laboral ocupando os postos que estivessem disponíveis, pouco importando as aptidões pessoais ou o grau de

instrução. A capacidade para ocupar funções especializadas não garantia o acesso às mesmas. As mulheres ligadas às camadas médias baixas da população que conseguiam obter uma melhor instrução educacional precisavam contar com o favor dos empregadores, provar competência e se adequar aos padrões de comportamentos morais estabelecidos à época, já que, “A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade” (RAGO, 1987, p. 63). Além destas questões, vale ressaltar que elas acumularam funções e atribuições sociais que já desempenhavam no lar ao trabalho fora de casa. Diante disto, Perrot (2006) indaga, “Como conciliar o trabalho doméstico, sua tarefa mais importante, com as longas horas na fábrica?” Eis um dilema tipicamente feminino.

A seguir analisaremos outros aspectos que nos auxiliarão a compreender o cotidiano feminino no ambiente fabril. Veremos que, ao mesmo tempo, em que a sociedade empreendia forte vigilância sobre o seu comportamento, cobrando o cumprimento de rígidos padrões morais, havia muita “sujeira em baixo do tapete”. Reclusas à circunscrição das paredes das fábricas, muitas sofreram assédio moral e sexual por parte dos seus superiores. Através da análise da obra literária “*Os Corumbas*”, e da correlação com outras pesquisas sobre o tema, poderemos compreender melhor a amplitude das questões revisitadas assim como veremos a importância de não negligenciá-las.

3.2 ECOS NA LITERATURA: VULNERABILIDADE E PROSTITUIÇÃO EM “OS CORUMBAS”

A literatura é uma das formas de interpretação e leitura do mundo social, promove representações, sensações e percepções de determinadas épocas e lugares captados pela pena do autor. Esta expressão artística pode contribuir sobremaneira com as análises históricas, especialmente no que concerne à compreensão das relações sociais.

Romances, crônicas e poesias revelaram aspectos da paisagem humana e urbana da cidade e do bairro que, de outro modo, não seria possível recuperar. Mais do que servir de fonte, seus trechos e passagens [...] transportam o leitor a cenários aflitivos e paisagens bucólicas que somente a pena arteira e a inteligência arguta dos seus escritores são capazes de fazê-lo. (GRAÇA, 2005, p. 22).

Neste tópico pretendemos analisar como era o cotidiano feminino dentro e fora das fábricas têxteis sergipanas do início do século XX conforme a visão retratada na obra literária, “*Os Corumbas*”, publicada em 1933, de autoria de Amando Fontes¹⁴. Procuramos compreender a visão que o autor apresenta sobre as mulheres, personagens de destaque da sua obra. Observamos a análise que o autor faz sobre o trabalho feminino no ambiente fabril. Ao confrontá-la com outros escritos, observamos que a sua percepção não era unívoca, existiam outros setores da sociedade que desaprovavam o trabalho das mulheres nas indústrias, assim como em outros postos de trabalho do período. Muitos viam a fábrica como um lugar que promovia a promiscuidade, este fator somado à carência econômica, contribuiria para impelir muitas mulheres para a prostituição.

Amando Fontes, embora criterioso, na construção de suas personagens, em momento algum faz reflexões ou tece quaisquer comentários sobre o comportamento e as atitudes de cada uma delas. Limita-se tão somente a mostrá-los. (ROCHA, 1984, p. 18).

Antes de principiar a análise das representações femininas em “*Os Corumbas*”, precisamos compreender que alguns acontecimentos modificaram características das sociedades ocidentais influenciando, inclusive, às obras literárias do período que procuraram refletir sobre estas questões. O mundo ocidental passou por mudanças significativas no início do século XX, abalos de diversas ordens subverteram a lógica econômica, política e social. A Primeira Guerra Mundial (1914 -1918) pôs fim às esperanças da *Belle Époque*¹⁵, explicitou as fraquezas e limites da humanidade, da ciência e fez questionar a validade do modelo europeu de civilização. No Brasil em meio ao intenso processo de transformações que ocorria, podendo ser verificado em aspectos como, urbanização, industrialização, mudanças políticas e

¹⁴ Amando Fontes nasceu em Santos (SP), em 15 de maio de 1889, aos cinco meses de vida, com o falecimento do seu pai, a família voltou para Aracaju, de onde era oriunda. Iniciou os estudos em uma escola particular, em 1909 ingressou no Atheneu Sergipense. Em 1914 tornou-se o revisor do *Diário da Manhã*. Em 1919 ingressou para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, abandonando-a depois. Em 1922, após ser aprovado em concurso público, tornou-se agente fiscal do imposto de consumo do Ministério da Fazenda, em Salvador na Bahia. Em 1928 bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Após a Revolução de 1930, transferiu-se novamente para o Rio de Janeiro, onde se dedicou à advocacia, frequentando o círculo do pensador Jackson de Figueiredo. De volta a Sergipe elegeu-se deputado federal em 1934, permanecendo no cargo até 1937 quando os órgãos legislativos foram suprimidos. Em 1945, elegeu-se deputado por Sergipe para a Assembleia Nacional Constituinte, permanecendo no exercício do mandato até o final da legislatura. Reelegeu-se em 1950. Foi professor de escolas técnicas secundárias e participou da Academia Petropolitana de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro em 1967. Era casado com Corália Teixeira Fontes, com quem teve seis filhos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontes-amando>. Acesso em: 8 set. 2020.

¹⁵ A *Belle Époque* foi uma fase de otimismo e euforia vivida, especialmente na Europa, nos anos que antecederam o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O período foi caracterizado por uma vasta produção artística, pelo desenvolvimento tecnológico e pela profunda crença na ciência para resolver os inúmeros problemas da vida humana.

movimentos sociais, os artistas incentivavam a valorização dos elementos nacionais, dos tipos brasileiros, do nosso jeito de viver e de falar. No âmbito literário, o Romance Regionalista de 1930, expressa os problemas do povo brasileiro de uma forma incomum. Então,

Se a ocasião não era propícia para a sociedade que se defrontava com toda ordem de problemas, para a arte o momento era por demais favorável, uma vez que é próprio desta evoluir nas épocas de crise social intensa. Pois, sendo “produto da sociedade”, a arte tende a acompanhar as metamorfoses sofridas tanto pelo homem como pela sociedade. E a literatura não poderia fugir à regra. (ROCHA, 1984, p. 103).

Em “*Os Corumbas*”, obra literária publicada pela primeira vez em 1933, aclamada pela crítica, vencedora do Prêmio Felipe de Oliveira, exemplo da vertente regionalista dos anos 1930, Amando Fontes faz uma análise dos reflexos do processo de industrialização da cidade de Aracaju no cotidiano do proletariado, pondo em relevo a observação das relações sociais das personagens da família Corumba. Vindos do interior sergipano fugindo das dificuldades econômicas em busca de melhores condições de vida, os Corumbas trouxeram muitos sonhos na bagagem. Porém, logo que chegaram à capital se depararam com uma dura realidade e rapidamente viram sucumbir o sonho de ter uma vida melhor diante das mais diversas situações vivenciadas em Aracaju. Geraldo e Josefa inicialmente conseguiram empregar as duas filhas mais velhas, Albertina e Rosenda, nas fábricas de tecidos que atraíam a população através da oferta de emprego. Após um tempo as filhas mais novas do casal de retirantes, Bela e Caçulinha, passaram também a trabalhar na fábrica de tecidos.

A admissão feminina nas indústrias têxteis era prioritária nesta época. O trabalho era motivo de esperança de dias melhores para diversas famílias assim como para os Corumbas que esperançosos acreditavam que “Na Capital, havia emprego decente para as duas meninas mais velhas. Era nas Fábricas de Tecidos. Estavam assim de moças, todas ganhando bom dinheiro...” (FONTES, 1967, p. 10).

A pretensão de arranjar “emprego decente” para as filhas e de que elas ganhassem um “bom dinheiro”, entretanto, logo se transformaria em decepção frente aos míseros salários que recebiam e à degradação dos costumes das moças na capital. O salário que recebiam mal dava para se alimentar, as personagens vestiam roupas tão desgastadas pelo tempo, que rasgavam sobre o corpo deixando até mesmo as partes íntimas à mostra. Dormiam em camas desconfortáveis, feitas com varas de madeira, ou seja, tinham um cotidiano difícil.

Além das dificuldades financeiras vivenciadas pelos Corumbas, outra questão ainda mais grave abalou o cotidiano desta família. O desenrolar da estória, demonstra o processo que levou uma após outra das moças da família Corumba a situações consideradas graves naquele período. As filhas de Geraldo e Josefa foram seduzidas e envergonhadas, se transformaram em motivo de desalento para os pais. Rosenda, Albertina e Caçulinha, representaram na literatura, ecos de uma visão fatalista e preconceituosa sobre as mulheres que tinham origens nas camadas sociais mais humildes da época. O fragmento a seguir polemiza esta visão preconceituosa, “Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor?” (RAGO, 1987, p. 63). Observamos uma dubiedade com relação à visão que uma parcela das pessoas tinha sobre o trabalho feminino na indústria têxtil. A mesma sociedade economicamente frágil que compelia até mesmo as crianças ao mercado produtivo para complementar a renda familiar, continuava a ver a atuação feminina no mercado produtivo de forma desconfiada, como se elas sempre estivessem prestes a cometer algum deslize.

Ao continuar a análise de “*Os Corumbas*”, observamos que a única das filhas da família de retirantes que escapou à desmoralização em virtude da conduta sexual também não teve boa sorte. Bela foi acometida de uma grave doença que a obrigou a se afastar do trabalho, depois de muito padecer e definhar faleceu ainda jovem, aumentando o sofrimento dos pais. Pedro, o único filho do casal Geraldo e Josefa, também não pôde contribuir para que a sua família lograsse êxito na capital. O jovem se tornou um leitor voraz das ideias revolucionárias, porém, acabou sendo preso e deportado após se envolver em manifestações e greves trabalhistas deixando os pais desolados mais uma vez.

A fábrica e os outros locais que absorviam o trabalho feminino no contexto em que o romance foi escrito, eram ambientes que reproduziam os preconceitos e as visões depreciativas sobre o comportamento das mulheres que já existiam na sociedade brasileira da época. Nestes lugares, as trabalhadoras podiam sofrer ameaças de assédio pelos seus superiores e continuavam sob a vigilância implacável da sociedade. Muitas vezes, eram julgadas e condenadas por outras mulheres, exemplo disso, é a personagem retratada em “*Os Corumbas*”, Maria Pirambu, a típica vizinha bisbilhoteira, ávida por uma novidade sobre a vida alheia, que fingindo amizade empreendia marcação cerrada sobre as moças da família Corumba, só esperando a primeira oportunidade para noticiar algum tropeço. Qualquer semelhança com a realidade não é coincidência.

Dando prosseguimento à análise, podemos verificar um exemplo, de como a situação econômica imperava e acabava por suplantar o desejo de subverter a ordem social e conseguir ter uma vida menos sofrida. O fragmento a seguir, demonstra a situação da personagem Caçulinha, diante da necessidade de tomar uma difícil decisão frente a crescente miséria em que se encontrava a sua família, interpelada pela mãe sobre a decisão de abandonar os estudos em fase final, ela responde: “Não, mãe, esta situação não pode mais continuar. Assim, a gente acaba pedindo esmola na rua. Bela já tem um mês que não trabalha... Tudo está faltando aqui em casa.” (FONTES, 1967, p. 124). Caçulinha era a única das filhas da família Corumba que havia tido a oportunidade prosseguir os estudos, representava a esperança de toda a família, porém, ao ver a situação se complicar em razão das dificuldades financeiras, a jovem decide abandonar o curso normal, em fase final, em uma atitude resignada em que via a necessidade de sustentar a família superar o desejo de obter o diploma de professora.

A personagem, em nome da necessidade de garantir o “negro pão”, cumpre com o determinismo social presente na obra e na vertente literária em que a mesma se insere, abandona o curso normal para trabalhar no escritório da fábrica de tecidos. Iludida, seduzida, “desonrada” e abandonada por seu noivo, acaba com o sonho de uma vida digna e de ter um destino diferente das suas irmãs mais velhas Rosenda e Albertina. O fragmento abaixo analisa a questão da prostituição, tema exaustivamente abordado em “*Os Corumbas*”.

A propósito ainda do tema, há que considerar a questão da prostituição - uma constante na ficção de Amando Fontes - que na estrutura do romance é por demais expressiva. Em grande parte d’os Corumbas ela se faz presente. É ao mesmo tempo a responsável pelas ações, pelo comportamento e pelo destino das personagens e da própria narrativa. Tal problema, em geral, tem origem na miséria, na vida precária e sem perspectivas, ocorrendo, portanto, nas camadas pobres da sociedade, onde as necessidades básicas são mais prementes. (ROCHA, 1984, pp. 110 - 111).

Na sociedade retratada em “*Os Corumbas*” assim como no Brasil do contexto retratado, ser uma trabalhadora dedicada ao bom desempenho das suas funções não era o suficiente. Ser considerada uma “boa moça” ou “moça de família” era, em alguns casos, condição essencial para a admissão ou manutenção do emprego em uma sociedade hipócrita que determinava comportamentos “aceitáveis” para as mulheres, negava oportunidades, cerceava espaços, negligenciava o assédio, escamoteava vidas e calava vozes femininas. A este respeito, Fontes (1967) demonstra um hábito nefasto, embora aparentemente comum nas fábricas do período:

Foi ao próprio Geraldo que entregaram o último ordenado de Caçulinha, juntamente com uma nota, em que a despediam do serviço. Era este um velho hábito, que desde sua fundação as Fábricas vinham mantendo com rigor: - Não permitir nunca o trabalho, na seção do Escritório, a moças que não tivessem vida honesta. E Caçulinha entrara nesse rol, desde o dia em que a sua infelicidade corre mundo... (FONTES, 1967, p. 163).

O excerto acima demonstra como a mulher considerada desonesta era tratada. Não ser aceita no trabalho sequer para receber o último salário era uma demonstração clara de como a sua presença e o seu “mau exemplo” eram indesejáveis. Os julgamentos morais sobre o comportamento feminino, tão presentes na sociedade brasileira da primeira metade do século XX, dificultavam ainda mais a sua condição no mercado de trabalho. Ser recusada no emprego representava a perda da renda e, a depender do motivo da demissão, significava também a perda do respeito das pessoas e a dificuldade para se reintegrar ao mercado produtivo.

Pelo que foi exposto, o tema central do romance é a prostituição. Pois, esta bem mais que a seca e a luta dos trabalhadores, é quem empresta o tom dramático à narrativa e de certa forma define o caráter documental da obra. A maneira como é tratado e conduzido o assunto deixa em evidência, porém, o conceito de moralidade, não do romancista, mas o da região, o da sociedade dos anos trinta, os quais, apoiados em preceitos religiosos, bastante radicais, julgava a mulher com austeridade, não lhe perdoando o menor deslize. (ROCHA, 1984, p. 112).

O assédio sexual ou moral eram atos violentos sofridos pelas mulheres em diversos setores da sociedade desta época que eram reproduzidos no ambiente fabril, onde a vulnerabilidade feminina diante dos seus superiores representava uma face cruel do machismo que se manifestava de maneira ainda mais incisiva nestes lugares em que estavam longe da proteção dos seus familiares, perto dos abusadores e temerosas pela perda do emprego. Estas pioneiras vivenciavam um somatório de fatores desfavoráveis.

Muitas das jovens que trabalhavam nas indústrias ainda não tinham a maturidade necessária para resistir e até mesmo denunciar os abusos sofridos. Outro fator que dificultava qualquer reação era a origem econômica desfavorável, o que as tornava vulneráveis diante das investidas dos seus superiores por medo de perder o seu emprego. Na França, por exemplo, o assédio também fazia parte do ambiente fabril, segundo Perrot (2006), “Contramestres e fiscais fazem o que querem em seu relacionamento com as jovens. O assédio sexual era um dos motivos de greve.” (PERROT, 2006, p. 120). De acordo com Santos (2014), nas fábricas, “as crianças sofriam vários abusos: maus-tratos dos patrões e de outros cargos de chefia, as

meninas eram paqueradas lascivamente, e também recebiam salários pouco significativos.” (SANTOS, 2014, p. 93). Podemos concluir diante do cenário exposto, que muitas crianças e jovens que trabalhavam nas fábricas durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sofriam danos morais, psicológicos e financeiros em seu cotidiano de trabalho.

As situações anteriores demonstram a vulnerabilidade da mulher diante das diversas formas de assédio que reforçavam a visão negativa de grande parte da sociedade sobre o trabalho feminino, especialmente sobre algumas profissões. Moralistas, médicos e religiosos demonstravam posição contrária ao trabalho feminino em “profissões como operária, costureira, lavadeira, doceira, florista, artista (...) [estas ocupações] foram estigmatizadas e associadas à ‘perdição moral’ e até à prostituição.” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 133). A partir da visão da época, a fábrica “emerge como lugar da prostituição, como o espaço onde a mulher, frágil e indefesa, corre o risco de corromper-se física e espiritualmente: o lugar do trabalho é a antítese do lar. Além disso, critica-se a ameaça sexual representada pela relação de dominação exercida pelo supervisor hierárquico.” (RAGO, 1987, p. 67).

Compreenderemos a seguir, que a herança colonial portuguesa contribuiu para estabelecer relações de gênero marcadas pelo silenciamento das vozes femininas e pela criação de códigos de condutas desejáveis velados para homens e mulheres da América Portuguesa. Estas convenções sociais foram reproduzidas pelas gerações através do tempo, assim, “a condição feminina fabricava-se, então, marcada pelo caráter exploratório da empresa portuguesa no Brasil, do século XVI ao XVIII. O modelo escravista de exploração vinculava as relações de gênero.” (DEL PRIORE, 2008, p. 22). Mulheres e homens tinham papéis definidos na sociedade colonial e que dependiam não somente das questões de gênero, a origem étnica e a condição social eram fatores que se somavam nas atribuições que cada pessoa assumiria na sociedade brasileira. Porém, para as elas, os espaços de atuação na sociedade eram restritos, interditados e cerceados, pois, “a tradição androcêntrica da cultura ibérica e os objetivos da empreitada colonial estimulavam os homens - padres, governantes, cientistas - a estabelecerem um papel identificado com o esforço de colonização para todas as mulheres indiscriminadamente.” (DEL PRIORE, 2008, p. 22).

Analisaremos algumas das atribuições femininas durante o período colonial na América Portuguesa, entenderemos que a condição social era um fator importante para definir qual seria o espaço de atuação feminino. As funções destinadas às mulheres deste período

diferiam conforme a camada social e a origem étnica a qual pertenciam e consequentemente, foram se estabelecendo e criando padrões na sociedade colonial em formação. Os fatores étnicos e a condição social definiam atribuições. A mulher branca, católica que fazia parte da elite econômica, se dedicaria ao cuidado do espaço doméstico, do marido, dos filhos e da administração da casa. As mulheres escravizadas lutavam para sobreviver, eram tratadas em grande parte dos lugares em que viviam como mercadoria. Trabalhavam na lavoura, como domésticas, amas-de-leite ou vendeiras nas ruas, para elas a luta pela sobrevivência era essencial. As mulheres livres, brancas ou mestiças, pertencentes às camadas mais baixas na escala social também precisavam desempenhar diversas funções laborais para obter o seu sustento. Assim, concluímos que para estes dois últimos grupos de mulheres o trabalho, não somente doméstico, era parte do cotidiano e uma necessidade premente.

Nota-se uma distinção clara quanto à atuação social feminina. Enquanto às mulheres pertencentes às elites estava reservado o espaço doméstico e a sua quase “santificação” enquanto mães e esposas exemplares, já as mulheres escravizadas e livres que faziam parte das camadas menos favorecidas economicamente, necessitavam buscar o sustento próprio, ignorando as convenções sociais, submetendo-se aos olhares, julgamentos e condenações. As formas de vida que se desenvolveram no longo processo de colonização e mesmo após este período, delineiam os usos, costumes e a maneira de tratar homens e mulheres ao longo da História do Brasil, que perpassaram gerações e se reinventaram temporalmente.

Em uma sociedade com características sociais marcantes, como era o Brasil no período colonial e até mesmo após a sua independência, o avanço temporal não garantia mudanças significativas para as formas de vida das mulheres brasileiras. Somente em meados do século XIX, algumas alterações de ordem política, econômica e social que ocorreram no Brasil, passaram a criar as condições necessárias para que algumas modificações comessem, de fato, a acontecer.

As antigas bases políticas e econômicas nas quais o Brasil foi construído foram abaladas de forma significativa, a partir de então, a sociedade brasileira passou por mudanças mais sensíveis. O preço do café estava em queda no mercado exterior que era o seu principal comprador, isso gerou descontentamentos nas elites cafeicultoras que pressionavam o governo. Neste momento cresciam as pressões dos grupos abolicionistas assim como se fortalecia o movimento contrário a este projeto. Outro importante fator de mudanças foi o

início da imigração, os primeiros imigrantes começam a chegar da Europa durante as últimas décadas do século XIX, o que modificou as relações de trabalho vigentes no Centro-Sul do país. Um movimento que ganhava força era o republicanismo, fazendo crescer as pressões sobre o império brasileiro que não resistiria por muito tempo.

Acabamos de citar macro - ingredientes que se somaram à micro mudanças nas relações sociais na totalidade. Porém, concluímos que apesar de tantas modificações pelas quais passava a sociedade brasileira no período que vai das últimas décadas do século XIX até a primeira metade do século XX o *status quo* de homens e mulheres que faziam parte das camadas baixas e médias da sociedade pouco se alterou, mas havia sinais de esperança por dias com maior liberdade e oportunidades para ambos os lados.

O alvorecer de uma nova época traria, finalmente, avanços significativos para as mulheres no Brasil e em outras partes do mundo. O século XX, desde o início, foi convulsionado por eventos de diversas ordens: duas guerras mundiais, crises do sistema financeiro e econômico, revoluções, movimentos sociais, surgimento e fortalecimento de ideologias. Estes foram alguns dos aspectos que marcaram o chamado “breve século”. Neste período as mulheres conseguiram avançar na busca pela conquista de direitos políticos e sociais. A participação efetiva na cena política, no mercado de trabalho e na sociedade se tornaram realidades, embora tenham se estabelecido enfrentando resistências e interdições. O processo de reconhecimento, valorização e respeito às mulheres é complexo e continua em curso na contemporaneidade.

No século XXI o feminicídio¹⁶ é a face mais cruel da visão doentia, machista e misógina reproduzida através do tempo na sociedade brasileira, segundo a qual alguns homens se arvoram ao direito de decidir sobre a vida ou a morte de mulheres que consideram objetos de sua posse¹⁷. Os assassinatos têm sido noticiados constantemente pela imprensa e deixam a sociedade brasileira diante de um grande desafio a enfrentar. Como reverter, não somente os níveis alarmantes deste crime, assim como de outros que afligem as mulheres como os estupros e diversas formas de assédio? Precisamos combater todas as formas de

¹⁶ Considera-se feminicídio, o crime de ódio motivado pela condição de gênero.

¹⁷ Um importante instrumento legal criado para combater a violência contra a mulher foi a Lei n. 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, que passou a ser chamada “Lei Maria da Penha”, em homenagem à farmacêutica e ativista brasileira que se dedicou ao combate à violência contra a mulher, após ter sofrido duas tentativas de homicídio por parte do seu esposo. A lei tem os objetivos de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/lei-maria-da-penha/> Acesso em: 22 de maio de 2021.

violência, contra homens, mulheres, crianças, idosos ou homossexuais. Enfim, cabe à sociedade brasileira criar condições mais justas e igualitárias para todos os indivíduos do país, respeitando as liberdades individuais, garantindo o acesso aos direitos e ao cumprimento dos deveres, possibilitando uma vida digna para todos os cidadãos.

A educação tem papel fundamental na conscientização sobre os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade. Por meio dela podemos combater o sexismo, desnaturalizar preconceitos e visões deturpadas. O estudo da História possibilita compreender que a visão diminutiva sobre as mulheres no Brasil é altamente prejudicial e resulta, não somente em atos de extrema violência como o feminicídio, mas, em diversas práticas de ordem discriminatória vivenciadas no Brasil contemporâneo.

No próximo capítulo compreenderemos como é possível utilizar os temas pesquisados neste trabalho na sala de aula. Demonstraremos como ocorreu processo de construção do caderno de sequências didáticas, com sugestões de temas e de atividades destinadas aos docentes de História da Educação Básica, podendo ser utilizado também por professores de outros componentes curriculares.

CAPÍTULO IV - A SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Nos capítulos anteriores discutimos diversos aspectos referentes ao ensino de História e à importância dos estudos locais como ferramenta capaz de aproximar a realidade de professores, alunos e a História ensinada no âmbito escolar.

Tivemos também a oportunidade de compreender que a História Local não é estanque, mas, possibilita multiplicidades de temas e abordagens. Fugindo ao tradicionalismo historiográfico, é possível revisitar um passado pouco pesquisado, mas, capaz de fazer compreender aspectos históricos e culturais de uma determinada localidade.

Pesquisar a História das mulheres é um possível caminho de acesso, fornece um prisma por vezes esquecido, escamoteado e negligenciado. Através da compreensão e da reconstituição da sua trajetória pode-se também chegar à História Local. Este trabalho procurou analisar como isto é possível, ou seja, demonstramos que as mulheres, em suas múltiplas facetas, enquanto mães, cidadãs, operárias e desportistas constroem as suas histórias. O resgate de suas trajetórias possibilita compreender a sociedade de um modo mais amplo e complexo.

Demonstramos também que os esportes são outro campo fértil a ser pesquisado. Muitos lugares têm equipes esportivas que fazem parte da sua cultura, através do complexo patrimônio material e imaterial que se relaciona à História e à memória do lugar, sendo parte integrante do imaginário individual e /ou coletivo.

Diante de novas demandas podemos oferecer novas respostas. Algumas questões se apresentam em relação ao lugar da História enquanto disciplina escolar na contemporaneidade. É relevante ensinar História diante de uma sociedade cada vez mais imediatista e com acontecimentos múltiplos e fugazes? Como pensar e vivenciar a História em sala de aula diante deste desafio? Estas foram algumas das indagações que nos moveram para procurar as respostas que resultaram na construção de um material para uso didático que pretende auxiliar o trabalho do professor, demonstrando possibilidades de aproximar à História e os alunos e de evocar temas pouco pesquisados.

Pensar em possibilitar a integração da História Local ao conteúdo proposto pelo currículo escolar de História da Educação Básica é tentar minimizar a aparente ausência de sentido na aprendizagem da História. É diminuir a distância entre os educandos e o que é

ensinado, é demonstrar que a sua comunidade e as pessoas que nela viveram são importantes e por isso podem ser objetos de uma pesquisa historiográfica.

Mas para alcançar esta finalidade, ou seja, para ser possível levar a História Local para a sala de aula, se faz necessário transformar as pesquisas deste campo historiográfico em materiais apropriados para serem utilizados na escola. Propomos através deste trabalho, a construção de sequências didáticas para serem utilizadas pelo professor como material de apoio. Zabala (1998) observa que a sequência didática “é determinada pela série ordenada e articulada de atividades”, ainda segundo ele, “os tipos de atividades, mas, sobretudo a sua maneira de se articular, são um dos traços diferenciais que determinam a especificidade de muitas propostas didáticas.” Assim, compreendemos que a sequência didática traz um planejamento de ações pedagógicas organizadas por etapas que sugerem abordagens temáticas e atividades escolares a serem utilizadas nas aulas de História, com possibilidade de uso por docentes de outros componentes curriculares. De acordo com Oliveira (2013), a sequência didática é

um procedimento simples que compreende um conjunto de atividades conectadas entre si, e prescinde de um planejamento para delimitação de cada etapa e/ou atividade para trabalhar os conteúdos disciplinares de forma integrada para uma melhor dinâmica no processo ensino-aprendizagem.

Os temas trabalhados no caderno de sequências didáticas são os seguintes: os processos de urbanização e industrialização do Brasil e de Sergipe, as condições de trabalho do operariado brasileiro e sergipano, a luta feminina pela garantia de direitos sociais e políticos, os desportos e o ensino de história e, finalmente, a compreensão dos fatores inerentes à participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e sergipano enquanto operárias têxteis na primeira metade do século XX. Os conteúdos propostos podem ser utilizados tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, embora nesta última fase o foco da maior parte dos alunos e professores seja a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) o que dificulta, mas não impossibilita a realização de atividades que utilizem os temas transversais.

O que propomos para a utilização das sequências didáticas, é que o professor faça as adaptações necessárias para demonstrar aos seus alunos como os aspectos históricos podem se relacionar em diferentes temporalidades e espacialidades, inclusive com a história do município em que a escola está inserida, se for o caso, fazendo as devidas aproximações e explicitando os fatores de diferenciação quando existirem.

Vejamos um exemplo. Digamos que, no primeiro bimestre letivo o tema a ser trabalhado seja o processo de urbanização e industrialização do Brasil. Utilizando o caderno de sequências didáticas, o professor poderá demonstrar para os seus alunos como ocorreu este processo na cidade onde a escola está localizada, se for o caso, demonstrando as possibilidades de relacionar um aspecto histórico local aos contextos: estadual, regional, nacional e internacional, possibilitando uma análise pormenorizada deste conteúdo, ensinando o conhecimento da História Local. Após a exposição preliminar do tema, o docente promoverá o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos para, a partir de então, definir como procederá para promover a compreensão satisfatória do tema estudado. Em um período posterior o professor orientará os seus alunos para a realização de atividades que auxiliem na consolidação da aprendizagem. As sequências didáticas sugerem temas e atividades neste sentido.

Pesquisas, questionários, atividades de campo, elaboração de exposições e entrevistas com pessoas da comunidade são algumas das alternativas de trabalho com as turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, no sentido de fortalecer os laços identitários entre os alunos e o lugar em que vivem. Importa envolvê-los no processo de pesquisa e elaboração de materiais (produtos finais) para socialização com a comunidade escolar, para que o conhecimento seja por eles construído e compartilhado, com o auxílio do professor.

O processo de construção das sequências didáticas foi uma etapa importante desta trajetória no mestrado profissional, um momento fundamental e de muito desenvolvimento. Representou a materialização da tentativa despretensiosa de contribuir para encontrar um caminho possível para diminuir as dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar.

Nós professores temos, nos materiais didáticos que utilizamos diariamente, um importante instrumento de trabalho, geralmente os manuais nos auxiliam a levar a História até os alunos de uma forma organizada e compreensível. Atualmente há uma variedade de instrumentos que podemos utilizar com nossos alunos. As publicações didáticas e paradidáticas são numerosas, existem jogos, aplicativos, filmes, séries e documentários, assim, os materiais que tratam de um mesmo tema são abundantes.

No entanto, um dos grandes desafios atuais da docência é estar preparado para adotar as novas tecnologias, encontrando a melhor forma de utilizar os materiais disponíveis e que façam sentido para sua realidade de trabalho. Tal prática exige reflexão sobre diversos pontos, por exemplo, é preciso pensar sobre a adequação dos materiais para a faixa etária dos alunos e para a realidade socioeconômica em que eles estão inseridos.

Além das dificuldades apontadas anteriormente há outra que não pode ser ignorada. Embora exista uma variedade de meios para serem empregados no ensino de História, persiste a insuficiência de materiais que tratem das Histórias Locais e de temas transversais que, embora, há muito tempo tenham lugar de destaque nas pesquisas científicas, continuam a figurar como assuntos coadjuvantes na maior parte dos materiais didáticos.

Em relação aos manuais didáticos adotados pela maior parte das escolas do país, a questão da ausência ou da insignificância da História dos lugares que estão fora do eixo Rio-São Paulo é algo que já deveria ter sido superado. Os materiais que tratam das Histórias Regionais, quando existem, são adotados de forma superficial. Como a maior parte das grandes editoras estão localizadas nos estados do centro-sul brasileiro, a História das metrópoles é privilegiada em detrimento dos fatos ocorridos em outros lugares, ao ponto de ganhar o *status* de História Nacional ou de História do Brasil.

Os temas sociais e culturais são amplamente pesquisados nas universidades, porém, o que se observa nos livros didáticos é que a política e a economia ainda figuram como os grandes temas, o fio condutor do relato historiográfico. Os aspectos culturais de cada período aparecem, geralmente, ao final de cada seção ou em boxes ao redor do texto principal.

Estas foram as grandes questões que influenciaram a escolha dos temas que fizeram parte da construção das sequências didáticas, ou seja, os temas locais e a compreensão de aspectos da trajetória da História das mulheres. Compreendemos que a História pode ser reconstituída considerando outros temas, entendemos que cada um deles pode contribuir para a análise de um determinado período, a depender daquilo o que se quer conhecer.

As sequências didáticas foram elaboradas a partir dos seguintes temas: a importância de conhecer a nossa história, aspectos da História do Estado de Sergipe, da cidade de Aracaju e do Bairro Industrial, urbanização e industrialização do Brasil e de Sergipe, a luta feminina por direitos políticos, aspectos da vida e do trabalho feminino nas fábricas têxteis e, finalmente, a compreensão da dimensão histórica do futebol de fábrica, através da trajetória da Associação Desportiva Confiança.

Para cada um dos temas acima, apresentamos um breve texto com informações que serviram de base para a resolução de atividades, com indicações de músicas, poemas, fotografias e vídeos. Procuramos fazer as conexões que julgamos pertinentes para cada assunto trabalhado, trazer referências que enriquecessem a compreensão dos alunos, trazer questões do passado, sem perder de vista a percepção que vivemos no presente e que,

portanto, podemos compreender melhor o nosso mundo e as situações que se apresentam cotidianamente.

Sabemos que nenhum material didático é suficiente para dar conta de explicar o passado, cada um é uma tentativa de aproximar os fatos e personagens de épocas remotas e torná-los compreensíveis e capazes de gerar reflexões para as gerações posteriores. Assim, esperamos poder contribuir para tornar o estudo da História mais prazeroso e significativo, auxiliando aos alunos na compreensão do lugar onde vivem e de questões pouco debatidas durante as aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolhermos a área educacional como o nosso destino profissional, não temos a real dimensão dos desafios que serão enfrentados, do quanto de nós será exigido. É certo que cada profissão tem as suas dificuldades, os seus pedregulhos no caminho, porém, ser professor exige doações profundas. Dos empecilhos durante a formação ao duro cotidiano escolar, das aulas na escola e reuniões pedagógicas, ao trabalho levado para casa, sem falar nos problemas familiares, psicológicos e socioeconômicos dos alunos que, sem pedir licença, nos invadem o pensamento e nos afligem. A batalha é incessante e árdua, o trabalho do professor nunca chega ao fim, apenas determinamos o momento da pausa necessária para conservar a sanidade mental e para nos possibilitar cuidar de outros afazeres.

O quadro pintado com esses matizes parece um tanto sombrio, mas esta é só uma percepção apressada. A tela tem cores e cenas vibrantes também, típicas de uma obra dos gênios impressionistas. A escola é um organismo vivo, dinâmico e fascinante, a sua beleza está nas pessoas que convivem diariamente neste espaço. Cada um ao seu modo contribui com seus saberes e vivências, isto é o que enriquece os dias de quem tem na escola o seu ambiente cotidiano, seja como aluno, educador ou colaborador.

A escola com as suas vicissitudes impele e instiga o professor a alçar novos voos, a educação é um processo e, como tal, os entes envolvidos têm de estar em constante movimento. Por este motivo, muitos docentes têm procurado formas de ampliar os seus conhecimentos sendo que, infelizmente, em sua maioria, de forma isolada, já que não há políticas públicas que garantam a continuidade dos estudos para a maior parte do professorado. A formação complementar é primordial, ela garante a melhoria do desempenho educacional de todos os envolvidos no processo.

Um profissional cujo principal material de trabalho é o conhecimento, necessita de atualização constante. Assim, a possibilidade de cursar um mestrado profissional é algo valioso, uma iniciativa transformadora não só para a prática docente, mas, para a vida de quem tem esta oportunidade, sobretudo para os que atuam profissionalmente há muitos anos e sentem a necessidade de ampliar e / ou atualizar o leque de conhecimentos à disposição, estando capacitados para enfrentar as dificuldades diárias de forma assertiva.

Procuramos através deste trabalho, refletir sobre possibilidades de melhoria da nossa prática docente. Compreendemos a importância de que o profissional da educação avalie

constantemente as suas práticas pedagógicas para obter melhorias no processo, garantindo resultados mais eficazes.

As questões que nos inquietavam no cotidiano escolar foram debatidas com professores e colegas do PROFHISTÓRIA. As contribuições foram enriquecedoras, a cada encontro saíamos estimulados a fazer mais e o melhor pela educação. Como todos os alunos do mestrado profissional são professores da Educação Básica, houve uma troca de experiências que, certamente, ficará na memória de cada um, auxiliando a sanar as dificuldades que aparecerem pelo caminho.

Um primeiro problema que se apresentou gerando inquietações foi a dificuldade para trabalhar os temas locais durante as aulas de História. Faltam materiais adequados sobre estes assuntos para auxiliar o trabalho docente. Os alunos sabem muito pouco ou quase nada a este respeito. Os professores não têm as condições para sanar esta situação de forma pronta, é preciso querer fazer algo a respeito, buscar alternativas. Desde o início da trajetória desta pesquisa, almejávamos contribuir para diminuir esta lacuna, ou seja, produzir um material didático sobre a História da cidade de Aracaju e do Estado de Sergipe.

As nossas análises permitiram também entrar em contato com fragmentos da História de uma das localidades mais antigas e icônicas da capital sergipana. O Bairro Industrial, lembrado pelo memorialista Mário Cabral como um “bairro humilde, bairro proletário, bairro de gente pobre”, nos abriu um leque de possibilidades para revisitar a História Local. Compreender o contexto da sua formação, as variações em sua toponímia temporalmente, a sua relação com o Rio Sergipe, com as fábricas de tecido e com a Associação Desportiva Confiança, nos auxiliaram a conhecer a História de Aracaju, fazendo deste, um lugar indispensável para aqueles que têm este objetivo. Poder adentrar em suas veredas e conhecer as suas particularidades foi uma experiência singular que pretendemos revisitar em outras oportunidades.

Mas algumas surpresas que surgiram no caminho deste percurso foram um tanto inimagináveis. Diversos fatores interferiram na produção deste trabalho, dentre eles, a pandemia do covid-19 foi um dos mais sensíveis e gerou profundos impactos e limitações, desde a realização da pesquisa propriamente dita, com relação à visita a lugares e instituições que forneceriam elementos importantes para o aprofundamento das questões levantadas, assim como, o profundo impacto gerado na adaptação à prática docente voltada para trabalho remoto. Fomos surpreendidos, tivemos que nos reinventar, mudar a nossa forma de viver, de trabalhar, de estudar e de proteger a nossa saúde física e mental. Além dos

problemas citados, enfrentamos um período de recessão econômica que atinge a maior parte das pessoas através da inflação, do desemprego, da insegurança alimentar e da decretação da falência por diversos empreendedores.

Em relação ao trabalho docente, tivemos que nos familiarizar com o uso da tecnologia, assim como atender às novas e inúmeras exigências burocráticas, tais como, a inserção de planejamentos programáticos semanais, registro diário de frequência do alunato sem haver meios realmente eficazes para aferir a sua participação nas atividades, além da necessidade constante da produção de materiais para serem enviados diariamente para os alunos, gerando uma carga laboral excessiva, com o aumento do tempo de trabalho diário.

A insuficiência de materiais que resgatem História das mulheres no contexto escolar foi outra questão que tentamos deixar a nossa pequena contribuição. Percebemos a necessidade de valorizar a trajetória feminina na História, observamos a negligência com que o tema tem sido tratado, embora esta questão seja menos aguda na atualidade. Sugerimos atividades que auxiliem aos alunos a perceberem a importância de valorizar todos os indivíduos que fazem parte da sociedade.

Procuramos compreender aspectos da trajetória feminina enquanto seres sociais atuantes nos lugares em que viveram e que lutaram, não somente por sua existência, mas, por seus direitos e das gerações que as sucederam. Resgatamos as ações de mulheres que buscaram ir além, quando perceberam que a sua força estava na organização e na união para lutar por seus anseios. Valorizamos a luta feminina pela garantia dos direitos políticos, direitos à proteção da maternidade e ingresso no mercado formal de trabalho.

Compreendemos que uma obra literária como, *“Os Corumbas”*, pode ser utilizada como uma rica fonte de pesquisa histórica. A sua análise nos deu elementos para ampliar a compreensão das questões relativas à condição do operariado feminino sergipano, complementando informações encontradas em outros escritos.

Sabemos que há muito a ser feito, não somente no âmbito teórico, mas, na prática. Temporalmente houve muitos avanços sobre as questões relativas às mulheres na sociedade brasileira. Mudanças na legislação, nos costumes e na educação objetivam reparar os danos causados pela forma desigual como a sociedade brasileira foi constituída. Convivemos em pleno século XXI, com cenas diárias de maus tratos contra as mulheres, presenciamos o furor de certos homens sobre as suas parceiras. A violência doméstica cresce de forma alarmante, sobretudo durante a pandemia do covid- 19, quando muitas pessoas tiveram que passar mais tempo em casa.

Além da violência física, os abusos psicológicos e certas formas de preconceitos contra as mulheres persistem. Visões calcadas em um machismo estrutural na misoginia se fazem presentes em nosso cotidiano. A maternidade, por exemplo, continua a promover concepções como, a “mãe solteira”. Outra situação que dificulta o cotidiano feminino é a dupla jornada de trabalho. Assim, a educação tem papel fundamental para solucionar ou diminuir o impacto destas questões em nossas vidas, contribuindo para desenvolver uma nova mentalidade com relação à importância de todos os indivíduos na constituição de uma sociedade justa e igualitária.

Revisitamos outras questões que julgamos pertinentes. Tentamos compreender, por exemplo, qual o papel e a importância do professor de História na atualidade. Demonstramos a necessidade deste profissional como mediador entre o conhecimento e os seus alunos, receptores de um excesso de informações através dos meios de comunicação, em especial a *internet*.

Outra questão importante que tratamos nestes escritos foi a percepção de que as trajetórias das equipes esportivas podem ser utilizadas para compreender aspectos da História Local. O futebol de fábrica, por exemplo, está ligado aos temas como industrialização, urbanização e condições de vida e de trabalho do operariado. Acreditamos ser este um campo que merece receber mais pesquisas.

Esperamos, ao final deste trabalho, termos contribuído com mais uma ferramenta para tornar o ensino de História na Educação Básica significativo, tanto para os professores quanto para os alunos. Para tanto, demonstramos a importância de reconhecer todos os indivíduos para a formação de uma sociedade justa e igualitária, assim, revisitamos a trajetória do operariado feminino sergipano, utilizando aspectos deste tema para acessar a História Local da cidade de Aracaju. Acreditamos que tanto a História Local quanto a trajetória do operariado feminino podem aproximar a História dos alunos e dos professores, trazendo questões históricas que consideramos ser pouco explicitadas, contribuindo para criar ou ampliar as noções de identidade, pertencimento e cidadania, demonstrando que todos somos sujeitos históricos.

Finalizamos esta jornada. Estamos certos que há muito por fazer e de que estamos longe de ter conseguido sanar as questões que nos motivaram a pesquisar. Entre erros e acertos, houve muito aprendizado, a construção de cada capítulo, a pesquisa de cada tema foram desafios marcados por muitas dificuldades e frustrações. Ainda assim, poder contribuir para tornar o ensino de História mais significativo para professores e alunos é algo animador.

O professor que tem a oportunidade de fazer um mestrado profissional ou mesmo a formação em serviço, apesar das múltiplas limitações impostas pela falta de estímulo do poder público, aprimora a sua prática profissional, cresce através do aprendizado com as experiências dos colegas de curso, dos seus professores e alunos, enfim, torna-se uma pessoa melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Caroline Soares de. O Futebol Feminino é realidade no Brasil há mais de cem anos. *Ludopédio*, São Paulo, v. 139, n. 48, 2021.

ALMEIDA, Marlaine Lopes de. *O Club Sportivo Feminino e as formas de sociabilidade para as mulheres da elite de Aracaju (1919 – 1926)*. Tese de Doutorado (Educação). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador (BA), 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24173>>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. O futebol nas fábricas. *Revista USP*. São Paulo, v. 22, p. 102-109, 1994.

BRASIL, *Decreto-Lei nº 3.199*. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1941. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Coordenação Edições Câmara, 1996.

BRASIL. *Código Eleitoral Brasileiro: Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 de out. de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia*. 2. ed. v. 5. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>>. Acesso em: 25 de ago. de 2019.

CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju: Guia sentimental da cidade*. Aracaju: Livraria Regina, 1948.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889- 2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, Ibarê. *Imprensa Operária em Sergipe (1891-1930)*. Aracaju: Criação, 2016. Disponível em:

https://www.academia.edu/39986305/Imprensa_Oper%C3%A1ria_em_Sergipe_1891_1930. Acesso em: 23 de out. de 2020.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo. Condição Feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 19 – 29.

FERREIRA, Fernando da Costa. Futebol de Classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX. *Lecturas, Educación Física y Deportes*. Buenos Aires, Ano 10, nº 90, 2005. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd90/times.htm>> Acesso em: 13 de jul. de 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. História Local e Fontes Orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. *História Oral* (RJ), v. 9, pp. 125-141. 2006. Disponível em: <<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=193&path%5B%5D=197>> Acesso em: 22 de out. de 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da História Local e a construção de identidades. In: *Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. 9ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2009.

FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

FRANÇA, Noeli Cristina Perobelli. A condição de existência dos trabalhadores pobres durante a Revolução Industrial Inglesa (1780-1848). In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. *Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2016*. Curitiba: SEED/PR., 2018. V. 2. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_unesp-ar-paranavai_noelicristinaperobelli.pdf> Acesso em: 25 de jun. de 2020. ISBN 978-85-8015-094-0

FREITAS NETO, José Alves de Freitas. A Transversalidade e a renovação do ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5º ed. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 57-74.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: SP, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253190?mode=full>> Acesso em: 01 de set. de 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*. V. 8. n. 1, revisada p. 65. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272851627_Mulher_e_esporte_no_Brasil_Entre_incentivos_e_interdicoes_elas_fazem_historia/link/5656aa1808aefe619b1ea6e7/download> Acesso em: 08 de set. de 2020.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *De Maçaranduba a Industrial: história e memória de um lugar*. Aracaju: Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes - FUNCAJU, 2005.

HISTÓRIA do Confiança. *Infonet*. Aracaju, 1 de maio de 2009. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/esporte/historia-do-confianca/>> Acesso em: 19 de fev. de 2021.

HOBBSAWM, Eric J. A Revolução Industrial. In: *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 26 -43.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 126-147.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: *Fotografia e História Interfaces*. Tempo: Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73-98.

NADAI, Elza. *O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 13 nº 25/26, set. 92 /ago. 93 p. 143/162. Disponível em: <file:///C:/Users/ERICA%20ANDRADE/Downloads/revista_v13_elza-nadai.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2019.

OLIVEIRA, M. P. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (51). Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 23 de mar. de 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly. *Sequência Didática Interativa no Processo de Formação de Professores*. Petrópolis: Vozes, 2013. pp. 13-40.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe: 1850-1930*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1983. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279518/1/PassosSobrinho_JosueModestodos_M.pdf> Acesso em: 19 de maio de 2020.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto: 2007. pp. 119-123. Disponível em: <<https://www.academia.edu/27869340/310564251-Minha-Historia-Das-Mulheres-Michelle-Perrot.pdf>> Acesso em: 08 de maio de 2020.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar, por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2007. 5º ed. pp. 17-36.

PORTO, Fernando F. *Alguns nomes antigos do Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade Ltda., 2ª ed., 2011.

PORTO, Fernando F. *Cidade do Aracaju (1855-1865) Ensaio de evolução urbana*. Aracaju, 1945.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2º ed. Disponível em: <https://www.academia.edu/36079938/Do_Cabar%C3%A9_Ao_Lar_A_Utopia_da_Cidade_Disciplinar_Margareth_Rago_pdf> Acesso em: 10 de out. de 2020.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 608 -637. Disponível em: < <https://docero.com.br/doc/c88xev>>. Acesso em: 11 de out. 2020.

RIBEIRO, Alessandro Cardoso. A Escola Horácio Hora. *V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*. São Cristóvão - SE, 2011. pp. 1-15. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/10/16.pdf>> Acesso em: 13 de maio de 2020.

RIBEIRO, Sérgio Dorenski Dantas. *Da fábrica ao campo de futebol, vender tecido e vender espetáculo: tecendo os fios da história de um: "Casamento Feliz"*. Dissertação de Mestrado (Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, (SC), 2005. Disponível em: <http://labomidia.ufsc.br/index.php/aceso-aberto/teses-e-dissertacoes/doc_download/334-09-da-fabrica-ao-campo-de-futebol-vender-tecido-e-vender-espetaculo> Acesso em: 15 de maio de 2020.

RIOS, Osmar. *A relação 'operário-jogador' e o dia em que a fábrica se desligou do Confiança*. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/se/futebol/times/confianca/80-anos/noticia/2016/05/relacao-operario-jogador-e-o-dia-em-que-fabrica-se-desligou-do-confianca.html>>, 2016. Acesso em: 04 de ago. de 2019.

ROCHA, Claudemildes Monteiro da. Os Corumbas: uma vertente do romance social dos anos trinta. Fortaleza: *Revista de Letras*, 7 (1/2), jan./dez. 1984. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3381/1/1984_Art_CMROcha.pdf> Acesso em: 01 maio. de 2020.

SAMUEL, Raphael. Documentação História Local e História Local. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Rev. 9, nº 19, pp. 219-243. Set. 89/fev. 90. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3887> Acesso em: 28 de Jul. de 2019.

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge dos. Um "Clube da Fábrica" e um "Clube de Fábrica" o futebol nos arrabaldes de Bangu e Andaraí (1910). *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 12, n. 2, 2013, p. 100-117. Disponível em: <<file:///C:/Users/ERICA%20ANDRADE/Downloads/6698-Texto%20do%20artigo-27419-1-10-20140223.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. *"O Paraíso Termina Quando o Trabalho Começa": Cotidiano operário e poder disciplinar na Fábrica Têxtil Confiança (Sergipe, 1943-1957)*. Dissertação de Mestrado, UFS, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5672/1/WAGNER_EMMANOEL_MENEZES_SANTOS.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. "Quem vê diz que se vive aqui no céu": alimentação e vestuário dos trabalhadores têxteis sergipanos (1940-1960). *Revista de História*, 6, 1-2 (2017), p. 141-155. Disponível em: <www.revistahistoria.ufba.br>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

SCARANTO, Sâmia Carolina Lima; SILVA, Roseman de Oliveira. Aracaju Parque Shopping: Cultura e Religião em Espaço Empresarial. *Ciências Humanas e Sociais*. Aracaju, v.5, n.1, p.11-28, Out. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/download/5133/2978/>> . Acesso em: 19 de fev. de 2021.

SEF, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

> Acesso em: 20 de ago. de 2019.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 218-234.

ZABALA, Antoni. As Sequências didáticas e as demais variáveis metodológicas. In: *A Prática educativa: como ensinar*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disponível em: <

https://www.academia.edu/26521924/A_PRATICA_EDUCATIVA_COMO_ENSINAR_ZABALA> Acesso em: 22 de maio de 2021.

ZARBATO, J.A.M. Educação Patrimonial: ações de planejamento, execução e avaliação no ensino de História. In: *Patrimônio, Cultura e Processos Educativos em História: Percursos e Reflexões*. Campo Grande: Life, 2018. pp. 95-109.

JORNAIS

A MULHER e o esporte. *Sergipe-Jornal*. Aracaju, 27 Fevereiro 1936.

COM o que se ganha atualmente não é possível viver. *Gazeta Socialista*. Aracaju, 05 Fevereiro 1949.

CONFIANÇA. *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 27 julho 1907

DANTAS, Orlando. Indústria de Tecidos de Algodão. *Gazeta Socialista*. Aracaju, Ano II, n. 37, 05 Fevereiro 1949. Caderno: Aspectos da Economia Sergipana.

DANTAS, Orlando. Industrialização. *Gazeta Socialista*. Aracaju, Ano II, 22 Janeiro 1949. Caderno: Aspectos da Economia Sergipana.

FARINHA de trigo. *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 26 Novembro 1907.

MULHERES deputadas. *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 27 Julho 1907.

APÊNDICE